



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PRÓ REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PRPPGI

CHIRLEY VANUYRE VIANNA CORDEIRO

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES COTISTAS DO CURSO DE
MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL SOBRE O SISTEMA DE COTAS
SOCIAIS

PETROLINA

2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PRPPGI

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES COTISTAS DO CURSO DE
MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL SOBRE O SISTEMA DE COTAS
SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa II: Processos Psicossociais

Orientação - Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro.

PETROLINA

2020

C794r Cordeiro, Chirley Vanuyre Vianna
As representações sociais de estudantes cotistas do curso de Medicina de uma universidade federal sobre o sistema de cotas sociais / Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro. – Petrolina – PE, 2020. xi, 110 f.: il.; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina-PE, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro.

Inclui referências.

1. Estudantes universitários cotistas. 2. Representações Sociais. 3. Cotas nos cursos de Medicina. I. Título. II. Ribeiro, Marcelo Silva de Souza. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 320.6

CHIRLEY VANUYRE VIANNA CORDEIRO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES COTISTAS DO CURSO DE
MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL SOBRE O SISTEMA DE COTAS
SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
Orientador

Prof. Dr. Juracy Marques dos Santos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Membro Externo

Profa. Dra. Susanne P. Costa e Silva
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
Membro Interno

Petrolina – PE, 27 de julho de 2020.

DEDICATÓRIA

Aos homens e mulheres pobres, negros, índios, velhos e de todas as demais condições que os tornam excluídos em alguma medida e necessitados do olhar equânime da sociedade e do Estado, pela força que precisam ter até alcançarem a vitória dos seus objetivos, e pela maior força que precisam ter para superarem o preconceito e a exclusão, mesmo depois que se tornam vitoriosos.

AGRADECIMENTOS

A Deus:

"Louvem o Senhor com harpa; ofereçam-lhe música com lira de dez cordas.
Cantem-lhe uma nova canção; toquem com habilidade ao aclamá-lo.
Pois a palavra do Senhor é verdadeira; ele é fiel em tudo o que faz.
Ele ama a justiça e a retidão; a terra está cheia da bondade do Senhor".
(Salmo 33)

A minha mãe, Avany Cordeiro, in memoriam: mãe, sua ausência dói mais do que posso descrever.

À filha Luíza:

"Vem cá, Luíza
Me dá tua mão
O teu desejo é sempre o meu desejo(...)" (Tom Jobim)

À filha Raquel:

"Menininha do meu coração
Eu só quero você a três palmos do chão.
Menininha não cresça mais não,
Fique pequenininha na minha canção". (Toquinho)

A José Farias Filho, meu marido:

"Pensei em tudo que é possível falar
Que sirva apenas para nós dois
Sinais de bem, desejos de cais, pequenos fragmentos de luz (...)
Quem sabe isso quer dizer, amor,
Está dada de fazer o sonho acontecer?" (Milton Nascimento)

A meu pai, Pedro China, lenda de Juazeiro que nasceu em Petrolina, a meus irmãos, Pedro e Charles, e aos meus amigos e familiares (todos, graças a Deus, meio loucos):

"Não quero só o ombro e o colo, quero também sua maior alegria.
Não quero risos previsíveis, nem choros piedosos.
Não quero amigos adultos nem chatos.
Quero-os metade infância e outra metade velhice!
Tenho amigos para saber quem eu sou.
Pois os vendo loucos e santos, bobos e sérios, crianças e velhos,
nunca me esquecerei de que 'normalidade' é uma ilusão imbecil e estéril." (Oscar Wilde)

Aos queridos colegas e alunos dos cursos de Direito da Facape, em Petrolina, e da Uneb, em Juazeiro, pelo carinho, respeito e estímulo ao estudo constante.

Ao meu orientador, Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro, pela delicadeza no trato, grandeza dos gestos e imenso repertório de sabedoria e conhecimento que enriqueceram meu patrimônio de saber.

Ao PPGPSI e à Univasf, pela excelência do curso e amplitude do aprendizado.

Às minhas amigas de quatro patas, Mafalda, Gorda e Griselda, respectivamente, cadela e gatas que me adotaram e que, com amor nos olhos e na companhia constante, alegraram até os dias e noites mais cansativos e desanimadores.

*Somos todos irmãos
mas não porque tenhamos
a mesma mãe e o mesmo pai:
temos é o mesmo parceiro
que nos trai.*

*Somos todos irmãos
não porque dividamos
o mesmo teto e a mesma mesa:
dividamos a mesma espada
sobre nossa cabeça.*

*Somos todos irmãos
não porque tenhamos
o mesmo berço, o mesmo sobrenome:
temos um mesmo trajeto
de sanha e fome.*

*Somos todos irmãos
não porque seja o mesmo sangue
que no corpo levamos:
o que é o mesmo é o modo
como o derramamos.*

(Ferreira Gullar, Nós, latino-americanos, in “ Barulhos” , 2006)

RESUMO

A promoção da inclusão de estudantes egressos da rede pública de educação num meio originariamente desenhado para as classes econômicas mais abastadas, de formação escolar privada, promove, logo no primeiro momento, a convivência entre iguais que vinham trilhando caminhos desiguais e que, por isso mesmo, podem ter acabado por desenvolver pensamentos, opiniões e visões de mundo completamente diversos entre si. Deste modo, importa investigar, a partir das representações sociais que os cotistas fazem de si mesmos na condição de destinatários de uma política pública inclusiva, e ainda da representação que eles fazem do próprio sistema de cotas, que eventual transformação esta dita política produz nos indivíduos que são alcançados por seus efeitos e quais as consequências decorrentes da presença dos cotistas no ambiente social acadêmico. Mais especificamente, esta pesquisa, procedida através de pesquisa exploratória e sob caráter quanti-qualitativo, fundamentada na Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, busca apreender como os cotistas do curso de Medicina da Univasf vêm a si mesmos, como eles entendem a existência deste sistema inclusivo e ainda como representam socialmente a condição de cotistas. Para tanto, 21 estudantes dos primeiro e segundo períodos voluntariaram-se para submissão a questionário semiestruturado, cujas respostas evidenciaram, entre outros aspectos, a grande importância do sistema de cotas como janela de oportunidade, a dimensão da formação profissional superior como fator de mudança positiva de vida e ainda a existência de representações sociais tão complexas quanto a má consciência conceituada por Nietzsche e a zona abissal social, de Boaventura de Souza Santos.

Palavras-chave

Representações sociais – cotistas – sistema de cotas sociais – políticas públicas – inclusão - universidade

ABSTRACT

The promotion of the inclusion of students graduating from the public education network in an environment originally designed for the rich classes, with private school education, promotes, right at the first moment, the coexistence between equals who had been treading unequal paths and who, for this very reason, may have ended up developing completely different thoughts, opinions and worldviews. Thus, it is important to investigate, from the social representations that quota holders make of themselves as recipients of an inclusive public policy, and also from the representation that they make of the quota system itself, what eventual transformation this policy produces in individuals which are achieved by their effects and what are the consequences of the presence of quota holders in the academic social environment. More specifically, this research, carried out through exploratory research and under a quanti-qualitative character, based on Serge Moscovici's Theory of Social Representations, seeks to apprehend how the quota holders of the Univasf Medicine course come to themselves, how they understand the existence of this inclusive system and how they socially represent quota holders. To this end, 21 students from the first and second periods volunteered to submit to a semi-structured questionnaire, whose answers showed, among other aspects, the great importance of the quota system as a window of opportunity, the dimension of higher professional training as a factor of positive change of life and the existence of social representations as complex as the bad conscience conceptualized by Nietzsche and the social abyssal zone, by Boaventura de Souza Santos.

Key words

Social representations - quota holders - social quota system - public policies - inclusion - university

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS**Gráfico 01**

Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2017.... Pág. 41

Figura 01

Distribuição de vagas segundo a Lei 12.711/2012.....Pág. 27

Figura 02

Triângulo de Bauer-GaskellPág. 63

Figura 03

Nuvem de palavrasPág. 82

Tabela 1

Gênero e faixa etária dos respondentesPág. 81

Tabela 2

Condições de moradia e exercício de atividade remunerada na universidadePág. 81

Tabela 3

Exercício de atividade remunerada não acadêmica.....Pág. 81

ÍNDICE DE SIGLAS

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
BIA – Bolsa de Iniciação Acadêmica
CAAEE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CCA – Campus Ciências Agrárias (da Univasf)
CF – Constituição Federal
CONUNI – Conselho Universitário
DEM – Partido Democratas
EaD – Ensino à Distância
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
FAMEB – Faculdade de Medicina da Bahia
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
ONU – Organização das Nações Unidas
PENAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Univasf
PROAE – Pro Reitoria de Assistência ao Estudante
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RS – Representações Sociais

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRS – Teoria das Representações Sociais

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFPA – Universidade Federal do Pará

UnB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

Resumo	i
Abstract	ii
Lista de figuras, tabelas e gráficos	iii
Índice de siglas	iv
1. Introdução	15
2. Fundamentação da Pesquisa.	21
2.1. Memorial	21
2.2. O sistema de cotas	25
2.2.1. Aspectos históricos	25
2.2.2. Políticas públicas inclusivas e sua razão de existir no Brasil	28
2.2.3. O sistema inclusivo das cotas – um <i>case</i> ainda de pouco sucesso	32
2.2.4. Contraponto: pontos de vistas contrários às cotas	34
2.3. O ensino superior no Brasil	37
2.3.1. Da implantação aos dias atuais	38
2.3.2. A Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF	42
2.3.3. O novo perfil da comunidade discente das universidades federais	42
2.3.4. Os cursos de Medicina no Brasil	44
2.3.5. A prática segregacionista na área médica	45
2.3.6. Dos efeitos das práticas segregacionistas sobre os segregados	48
2.4. Fundamentos Jurídicos	49
2.4.1. Ihering e a necessidade de lutar para que os direitos existam	50
2.4.2. Dworkin: a compensação através do estabelecimento da discriminação	52
2.4.3. A inclusão como meio para a concreção da justiça – a teoria de Rawls.	53
2.5. Fundamentos teóricos	55
2.5.1. As Representações Sociais, de Durkheim a Jodelet. O marco de Moscovici	56
2.5.2. As Representações Sociais e a relação do indivíduo com a sociedade	61
2.5.3. O suporte metodológico das representações sociais	65
2.5.4. As representações sociais do preconceito e da exclusão	67

3. Objetivos	71
3.1. Objetivo Geral	71
3.2. Objetivos específicos	71
4. Método	72
4.1. Delineamento da pesquisa	72
4.2. Aspectos éticos	73
4.3. A análise prototípica	74
4.4. População	74
4.5. Instrumentos de coleta de dados	76
4.6. Procedimentos de coleta de dados	77
4.7. Procedimentos de análise de dados	78
5. Resultados e discussão	79
5.1. Informações socioeconômicas	79
5.2. Análise das respostas às questões semiestruturadas	81
5.3. Grupos temáticos	87
5.3.1. Grupo I	87
5.3.2. Grupo II.	89
5.3.3. Grupo III	91
5.3.4. Pertencimento, inclusão e desconforto	93
6. Conclusão	95
7. Referências	98
8. Apêndices	104
8.1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	104
8.2. Questionários	107

“ O novo objeto da psicologia social é um encontro,
muitas vezes indiferenciado, entre indivíduo e sociedade”

Ricardo Vieiralves De Castro

1. INTRODUÇÃO

No início de sua obra *A Verdade*, o filósofo grego Protágoras expõe a tese fundamental que enunciou: “*O homem é a medida de todas as coisas*”. Partindo-se desta premissa, é de se concluir que se cada homem é a medida de todas as coisas, por consequência, nenhuma medida pode ser a mesma para todos os homens: a verdade está em cada sujeito e no que ele constrói a partir de suas experiências.

Adotando-se este pensamento como moldura, pode-se pensar no sentido de que cada circunstância humana – social, política, religiosa, etc. – pode ser, ao mesmo tempo, uma realidade aceita coletivamente em seus conceitos e características, e assim alcançar seus objetivos, sem deixar de imbuir os sujeitos que as compõem de pensamentos individuais sobre ela, capazes de construir múltiplas verdades, conforme sejam múltiplos os que as vivenciam.

Neste passo, as políticas públicas inclusivas, ainda que eivadas do objetivo de levar a todos a igualdade de oportunidade para o alcance do desenvolvimento pessoal e, por conseguinte, da própria sociedade, não encontram um eco que multiplique discurso unívoco de aceitação ou de rejeição, nem mesmo entre seus destinatários. Não há uma verdade indiscutível sobre serem estas políticas positivas ou deletérias em seus efeitos. A sociedade valora os fundamentos de validade, por exemplo, da instituição do chamado “sistema de cotas”, em diferentes sentidos. Aqueles que delas se valem, também.

Tratando especificamente acerca das cotas que permitem o acesso de estudantes negros e/ou egressos de escolas públicas às universidades, é possível alcançar a verdade que se extrai do raciocínio que as instituiu, e que as retrata como sendo um meio de consolidação do direito que todos os cidadãos possuem a um tratamento igualitário, mediante a aplicação de instrumentos aparentemente desiguais, na medida em que se busca levar em consideração, justamente, a flagrante desigualdade entre os indivíduos.

De fato, a inegável e histórica desigualdade que se verifica em vários âmbitos da coletividade humana estabelece-se entre os sujeitos de um mesmo grupamento social, as mais das vezes, a partir de parâmetros apenas circunstancial e temporariamente aceitos. Desta forma, estes parâmetros podem, eventualmente, se tornar objetos de novas interpretações e, assim, serem transformados ou excluídos.

Não foi diferente com o acesso dos estudantes à formação profissionalizante de nível superior. Estudos apontam que a universidade, até a década de 1960, destinava-se à transmissão da cultura, ensino de profissões, investigação científica e educação dos novos homens de ciência, ao tempo em que a vivência social no ambiente universitário era vista como exclusividade das classes econômicas elevadas (Martins, 2002).

Esta realidade permaneceu inalterada e seus fundamentos ficaram-se firmes no transcurso de um considerável lapso temporal, embora não sem pontuais e episódicas manifestações de questionamento acerca de sua validade.

Hoje, um sem número de ações estatais e não estatais promoveram uma mudança fundamental não só na constituição do ambiente social das universidades, mas também nas concepções em torno dos objetivos que estes ambientes precisam alcançar, inclusive além daqueles intrinsecamente derivados da finalidade de formação profissional de nível superior.

Em face desta nova realidade, por exemplo, no Brasil, leis como a 12.711/2012, que instituiu como obrigatória a reserva de vagas nas universidades públicas federais para estudantes egressos de escolas também públicas – a “Lei das Cotas” – gerou um quadro social acadêmico diferenciado, uma vez constituído por estudantes cujos perfis estão distantes daqueles a que se destinava o ensino superior até os idos dos anos 60 do século passado.

Estas novas composições, entretanto, não se estabeleceram sem que produzissem efeitos os mais diversos – desde a aceitação irrestrita e a interpretação positiva das ideias que as lastreiam, até a rejeição absoluta e a defesa de argumentos que visam sua desconstrução e o esvaziamento da sua legitimação.

Sem embargo, dado que políticas públicas inclusivas como o sistema de cotas não geram consequências apenas nos ambientes sociais onde se operam, mas também – e de modo muito mais amplo e profundo – nos indivíduos a que se destinam, é que estudos como o que se faz em cerne do presente trabalho encontram motivação e razão de ser.

O que ocorre é que existem intercâmbios dentro dos grupamentos sociais que fazem com que o poder e os interesses vigentes em cada época sejam reconhecidos apenas através de representações ou valores que lhes deem sentido, conforme leciona Serge Moscovici em seu “*Representações Sociais – investigações em psicologia social*” (2015).

Este é o ponto fulcral deste trabalho: a análise das representações sociais dos estudantes cotistas de ensino superior, mais especificamente do curso de Medicina da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), acerca de sua própria condição de cotista. Importante destacar que a escolha do curso de Medicina, dentre todos os demais mantidos pela Univasf, deu-se por conta dos relatos comuns colhidos de estudantes e docentes daquela IES, que dão conta de ser este o curso onde com maior clareza se percebe a existência de comportamentos refratários à presença de cotistas em seu meio.

Por outro lado, a relevância desta pesquisa para os estudos de Psicologia Social com ênfase em Políticas Públicas está na busca pelo entendimento de como estes estudantes se enxergam no papel de destinatários do dito sistema, de como eles creem que são vistos, para efeito de desenvolvimento de sistemas inclusivos, e de como essa compreensão influencia sua realidade na integração com o novo grupo social a que passam a pertencer.

Neste passo, importa investigar, a partir das representações sociais que os cotistas fazem desta sua condição, entre outros aspectos, se há alguma percepção de inclusão no ambiente social da universidade, e que sentimentos existem neles com relação ao fato de terem ingressado na universidade através de uma ação afirmativa estatal.

Sem dúvidas, a partir das respostas que se alcança destas questões, novos estudos podem vir a esclarecer que eventual transformação esta política pública produziu - a partir do convívio entre cotistas e não cotistas - no ambiente social acadêmico e naquilo que um dia se acreditou ser a finalidade da universidade, considerando-se que, inegavelmente, a universidade é o ambiente social mais importante para muitos discentes, independente das suas condições individuais – idade, classe, sexo, origem, etc. Para a maioria dos estudantes, será na universidade, por exemplo, o primeiro contato com a diversidade ideológica, política e de classes, a multiplicidade de opiniões e, eventualmente, os episódios de exclusão e preconceito de alguma espécie (racial, religioso, ideológico ou de classe).

Neste ambiente, os indivíduos são imersos em relações coletivas e privadas dos mais diversos matizes, oportunizando, num relativamente curto espaço de tempo, o desenvolvimento de ideias e de ideais, a exposição e a absorção dos mais diversos pontos de vista, opiniões e aspectos culturais, formações de grupos, espaços de posicionamentos e, mesmo, experiências, transformações e descobertas que podem vir a marcar de modo indelével – e mesmo até alterar definitivamente – o curso de suas vidas.

Em caldo social deste quilate, a possibilidade de as instituições inserirem elementos de contraste, contraposição, justaposição ou de composição é sempre muito ampla, de modo que não há como deixar de admitir o papel de formadores de opiniões – as mais das vezes em larga escala - na atuação dos docentes e dirigentes de universidades.

Bem por isso, as políticas públicas voltadas ao atendimento de necessidades e/ou reclamos das comunidades acadêmicas possuem, entre outros, o condão de transformar o ambiente (ou, pelo menos, de instigar, incitar debates, oportunizar questionamentos), pelas eventuais respostas que os estudantes podem apresentar à sua implantação, de modo que, além dos seus primordiais objetivos, pode-se alcançar muitos outros, tanto mais importantes quanto maior seja o impacto das mudanças promovidas.

Neste diapasão, a promoção da inclusão de estudantes oriundos de classes econômicas inferiores, egressos da rede pública de educação, num ambiente originalmente destinado a estudantes de classes econômicas mais abastadas, quase sempre saídos dos bancos das escolas da rede privada, pode acabar por desenvolver nos atores sociais destes ambientes acadêmicos pensamentos, opiniões e visões de mundo completamente diversos entre si, muito mais devendo ser observado nos próprios cotistas.

Ora, a Teoria das Representações Sociais, conforme Moscovici (1978), é uma teoria do senso comum através da qual se interpreta e até mesmo se constrói as realidades sociais. Deste modo, estudá-la permite identificar a visão de mundo que os indivíduos ou grupos têm e empregam na forma de agir e de se posicionar. Esta é a razão pela qual essa pesquisa utiliza as representações sociais como “lente teórica” e metodologia para a compreensão sobre como os cotistas representam e reapropriam a realidade, como a reconstruem no seu sistema cognitivo e como a integram no seu sistema de valores.

Face à relevância para o desenvolvimento de futuras políticas acadêmicas a partir dos seus resultados, sem embargo da possibilidade de embasamento para a implementação de novas e mais amplas políticas públicas inclusivas, é que o maior objetivo deste trabalho reside na verificação das representações sociais dos cotistas do curso de Medicina da Universidade

Federal do Vale do São Francisco sobre o sistema de cotas sociais, também porque o referido curso é palco de elevada disputa de vaga no processo de seleção e ingresso.

Assim, o estudo que ora se inicia objetiva, de modo geral, analisar as representações sociais de estudantes cotistas do curso de Medicina da Univasf sobre o sistema de cotas. Em âmbito específico, a pesquisa busca: i) identificar as representações sociais dos cotistas do curso de Medicina da Univasf, egressos de escolas públicas, enquanto sujeitos de direitos; ii) avaliar como as representações sociais dos cotistas influenciam nas visões que eles possuem do cotidiano acadêmico e; iii) analisar como os cotistas se veem enquanto destinatários do sistema de cotas.

Neste estudo, será considerado elemento relevante da representação social a significação, fundamental justamente por ser determinada pelo contexto, que pode ser discursivo ou social, na medida em que a significação de uma representação deve ser observada primeiramente pela natureza das condições do discurso, pelo contexto ideológico e pelo lugar que ocupa o indivíduo ou o grupo no sistema social a partir do qual foi produzida tal representação ressaltando as suas estruturas. Importante observar que, a par de esta conceituação ter sido desenvolvida por Jean Abric (1994), o presente estudo adotará delineamento trazido por Denise Jodelet, que assume a abordagem processual das representações sociais, na qual o fenômeno da ancoragem permite compreender como os elementos da representação expressam as relações sociais.

Considerados estes aspectos, pretende-se que este trabalho, além dos objetivos geral e específicos anteriormente mencionados, proporcione e oportunize a construção de ponto de vista fundamentado acerca das representações sociais dos estudantes cotistas do curso de Medicina da Univasf, sob a perspectiva de serem eles sujeitos de direitos e, como tais, de poderem influir no ambiente social acadêmico.

Para tanto, é importante tentar conhecer as representações que estes mesmos cotistas têm de si mesmos enquanto beneficiários de políticas sociais e de como se dá a tomada de posição deles frente o preconceito social que eventualmente possa ocorrer no ambiente acadêmico.

Por fim, de modo bem mais amplo e com alcance alargado, cabe observar a possibilidade de a pesquisa desenvolvida vir a tomar vulto de mediações, principalmente pela contribuição para o desenvolvimento de ações acadêmicas afirmativas ou do fortalecimento das ações porventura já existentes, mormente em face de ser o ensino superior de grande importância na formação profissional, mas muito mais importante em razão de as

universidades brasileiras terem sido constituídas, historicamente, para serem espaços alcançados por poucos.

Com vistas ao alcance destes objetivos é que a presente pesquisa se desenvolveu, de sorte que esta dissertação se apresenta estruturada como a seguir se descreve: inicialmente, o Tópico 2 dedica-se às considerações teóricas, ou seja, à descrição das teorias e dos pensamentos dos estudiosos que fundamentaram o trabalho, delineando os contornos psicossociais necessários à compreensão dos fenômenos abordados e estabelecendo a estrutura da Teoria das Representações Sociais, que emoldura todo o trabalho; em seguida, o Tópico 3 traz a descrição dos objetivos geral e específicos que se pretende alcançar com este estudo; o Tópico 4 – Método - volta-se à descrição da pesquisa conduzida junto aos estudantes que aceitaram dela participar, pela submissão aos questionários: seus aspectos éticos, metodológicos e procedimentais; logo após, o Tópico 5 apresenta as respostas ofertadas pelos cotistas, a sistematização destas respostas como resultados da pesquisa e a discussão dos resultados; por fim, o Tópico 6 dedica-se às conclusões alcançadas pela interpretação dos resultados da pesquisa, seguidas pelas referências (Tópico 7) e pelos apêndices (Tópico 8).

*“ O direito da intolerância é, portanto, absurdo e bárbaro;
é o direito dos tigres, sendo bem mais horrível também,
porque os tigres dilaceram suas presas para comer,
enquanto nós nos exterminamos por causa de alguns parágrafos”.*
Voltaire

2. FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA

2.1. Memorial

No ano de 2002, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Instituição de Ensino Superior multicampi, lançou seu primeiro edital de vestibular com estabelecimento de vagas exclusivamente destinadas a pretos e pardos egressos de escolas públicas. Era a segunda universidade brasileira a adotar o sistema de cotas - a primeira foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Naquele mesmo ano, eu, após ter sido aprovada no vestibular para o curso de Direito da mesma UNEB, retornava à academia, com o fito de adquirir segunda formação de nível superior, tendo sido a primeira em Engenharia Agrônômica.

É importante esclarecer que a ideia de estudar Direito nasceu primordialmente da necessidade advinda das rotinas de trabalho na Administração Pública, porque sou há mais de 30 (trinta anos) servidora pública de carreira.

Assim, o aprofundamento de estudos sobre as normas e rotinas burocráticas que regulam a Administração Pública, bem como a razão de ser da distribuição de competências e estabelecimento de regras na prestação do serviço público, havia-se tornado muito importante para o desempenho das minhas atribuições e até para o pleito de novas e mais importantes funções.

Iniciada a graduação, entretanto, estudar Direito e, mais especificamente, os aspectos jurídicos da Administração Pública Brasileira se tornou um grande prazer, uma paixão, uma seara que desperta tanto mais interesse quanto maiores são as variedades de manifestações coletivas da sociedade brasileira, tendentes a gerar consequências positivas ou negativas na vida dos indivíduos e na própria trajetória histórica do país.

Entretanto, uma vez iniciadas as aulas do primeiro semestre letivo da minha nova faculdade, um quadro de polêmica e dissensão de opiniões foi imediatamente estabelecido no âmbito da Universidade, causado pelo recém inaugurado sistema de reserva de vagas por critérios raciais. Os debates aconteciam não apenas dentro dos ambientes acadêmicos, mas também através da mídia e nas ruas, em todas as cidades da Bahia que abrigam os campi da UNEB.

Estes debates me pareceram extremamente graves em alguns dos pontos que abordavam, importantes nos alcances que podiam vir a ter e profundos em suas raízes: apesar de o racismo jamais ter saído da pauta dos temas sociais de grande relevância, eu nunca havia acompanhado tão de perto as paixões exacerbadas que ele desperta em todas as pessoas, indistintamente. Passei a perceber com maior nitidez, no bojo dos argumentos que as pessoas usavam para detrair ou defender as cotas, que há quem se manifeste radicalmente contra os atos racistas, há quem não consiga esconder que se posiciona a favor deles, mas dificilmente há manifestação de total indiferença.

Tamanha foi a repercussão da adoção do sistema de cotas pela UNEB e tantas foram as discussões, que o tema despertou em mim um imenso interesse pela pesquisa, pelo estudo, pela busca de maiores informações e pela construção de raciocínio que, bem embasado, fundamentado em argumentos juridicamente fortes e reconhecidamente legítimos, demonstrassem que as políticas públicas inclusivas devem ser vistas como tão naturais quanto são hoje outros direitos que a humanidade conquistou ao longo de sua história.

Neste passo, determinei-me a discutir o tema no meu Trabalho de Conclusão de Curso. Entretanto, ao tempo da elaboração do TCC, a lei federal de estabelecimento cogente da sistemática das cotas ainda não existia, a adoção da reserva de vagas era ainda muito incipiente nas universidades brasileiras e a literatura sobre o tema, por consequência, estava muito adstrita a outros campos, como o da Sociologia, de modo que não me senti preparada para desenvolver o estudo com a qualidade que era requerida. Por isso, a ideia de pesquisar e construir argumentos robustos de defesa das cotas acabou por ser adiada.

Passados alguns anos, quando eu já estava desempenhando meus misteres de docente do curso de Direito da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE, em conversa mantida com colegas de docência, manifestei minha paixão pelo tema e minha vontade de transformá-lo em projeto de extensão, no qual os estudantes iriam às escolas públicas de ensino fundamental e médio das cidades de Juazeiro e Petrolina levar conhecimento e informação sobre direitos e cidadania, na busca de imbuir as crianças e adolescentes da certeza de serem as políticas públicas inclusivas direitos de todos, por excelência, e não favores ou gestos de magnanimidade social ou estatal.

Neste ponto, um colega, estudante do curso de Psicologia da Univasf, me falou sobre a Psicologia Social e sobre serem as cotas um tema que pode ser estudado dentro da área, e ainda a respeito das representações sociais, seu conceito e significado. Dentro desta conversa, entendi que a Psicologia Social poderia me ajudar a compreender algumas das questões relativas às políticas públicas, não somente em seus mecanismos de elaboração e efetivação – isso o Direito Público, em que me especializei, já havia feito – mas principalmente no que tange aos aspectos subjetivos: as pessoas a que se destinam, as coletividades onde são implantadas, e, por fim, a própria sociedade, cuja complexidade de comportamentos e de pensamentos tende mesmo ao infinito.

Vendo meu interesse, o colega me colocou a par do edital de seleção para o Mestrado em Psicologia da Univasf, no qual estavam disponibilizadas vagas na linha II – Processos Psicossociais; ali observei a possibilidade de desenvolver estudos exatamente tangentes do objeto do meu interesse, tratando das representações sociais dos destinatários das cotas.

Assim, aprovada na seleção e ingressa no Mestrado, iniciei meus estudos, cumprindo as etapas do programa do PPGPSI da Univasf. Ressalte-se um aspecto da minha trajetória no Mestrado: não foram poucas as vezes em que colegas e professores mostraram-se interessados em saber os motivos que levaram uma advogada a ingressar num programa de pós graduação em Psicologia.

A resposta para esta indagação é simples, muito embora pouco percebida, e está na nítida transversalidade que há entre o Direito e a Psicologia Social – primeiramente, porque o Direito é uma ciência social, e depois porque ambos se enraízam na investigação e nos estudos dos fenômenos sociais, muito embora, a toda evidência, os tratem por lentes diversas e com objetivos muito mais diversos ainda.

Deste modo, por exemplo, enquanto o Direito desenvolve teorias tridimensionais de formação das leis, explicando serem elas resultado da ocorrência dos fatos e da valoração

destes pela sociedade, a Psicologia Social adota uma mesma triangulação, mas para analisar as razões da ocorrência dos fatos e os mecanismos de formação dos valores nos sujeitos e na sociedade.

Não há, portanto, nada no Direito que esteja abissalmente distante da Psicologia Social, porque o homem é um animal social – por natureza ou por escolha – e suas relações sociais são necessariamente reguladas pelas leis. A transversalidade é, como dito antes, nítida.

Neste passo, observar que os sistemas inclusivos, como as cotas raciais e sociais, resultantes da aplicação de leis e princípios jurídicos, possuem amplos efeitos na seara psicológica dos sujeitos e dos grupos, pelas profundas modificações que podem produzir nas relações individuais e coletivas, é objeto de interesse constante do Direito, uma vez que os comportamentos resultantes destas modificações nas relações subjetivas, intersubjetivas e transobjetivas podem vir a ser móveis da atuação dos profissionais do Direito.

Assim acontece com as cotas: elas não são apenas o resultado de leis a serem postas em vigor e devidamente obedecidas, mas, soberanamente, o cerne de representações que as pessoas passam a fazer de si mesmas socialmente, quando inseridas em novas sistemáticas coletivas. Essas representações, por sua vez, podem pavimentar comportamentos individuais ou coletivos que exijam a intervenção do Direito, em maior ou menor medida.

É preciso, portanto, que se observe que o Direito se importa com o ser humano e o seu comportamento, e leva em consideração o indivíduo como resultado da confluência de fatores, entre outros, inerentes à sua consciência, potencialidades e dos diversos estímulos que recebe, e que faz com que ele espelhe seu próprio ambiente, ao mesmo tempo em que promove, intencionalmente ou indiretamente, transformações neste mesmo ambiente.

De outra banda, a busca pela compreensão da efetividade das políticas públicas enquanto normas estabelecidas por meio de leis formais que compõem o ordenamento jurídico do país se faz em importante seara de pesquisa, já que estudos desta natureza lastreiam e pavimentam os caminhos de novas, mais amplas e socialmente relevantes ações afirmativas, sem deixar de fortalecer e aperfeiçoar as já existentes.

Desta forma, estudos como o que ora se apresenta podem demonstrar, sob o olhar cuidadoso da pesquisa, a relevância de as leis virem a materializar o bem-estar individual e coletivo como forma basilar de concretização do equilíbrio social.

De maneira mais específica, tratar sobre o resultado da aplicação da lei que instituiu como obrigatória a admissão de estudantes pelas universidades públicas dentro do sistema de cotas tem relevância, para o Direito, na justificação da manutenção desta política pública,

principalmente por ser ela um móvel de democratização do ensino público superior e, de forma indireta, de construção de uma sociedade economicamente mais fortalecida, na medida em que coloca ao alcance de indivíduos de classes sociais historicamente desfavorecidas pelas ações estatais a oportunidade de melhor formação profissional.

2.2. O sistema de cotas

Palavra derivada do latim *quotus*, de *quot* (quantos), o vocábulo “cotas”, conforme definição do Magno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, constitui-se em adjetivo referente à parte de um todo e ainda a substantivo que indica parcela ou fração de algo.

Já no vocabulário jurídico, o termo “cota” exprime a parte, o contingente ou a porção de alguma coisa, que deve ser entregue para a formação ou composição de um todo.

A partir destas definições enciclopédicas, torna-se possível inferir a acepção em que o termo foi tomado, para que designasse toda sistemática adotada para concessão a determinadas classes de pessoas, definidas conforme parâmetros objetivamente traçados, de acesso a objetivos predeterminados em normas específicas e leis formalmente elaboradas.

Não sendo uma ideia já nova, o histórico da concessão de cotas a certos indivíduos remonta a décadas e se faz fundamentar em teorias que lastreiam desde a proteção de direitos sociais das minorias e até as teses de economia liberal, conforme adiante se verifica.

2.2.1. Aspectos históricos

De acordo com Oliven (2007), a política de reserva de vagas em universidades surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) na esteira das ações afirmativas promovidas pelo Estado, durante a época das lutas pelos direitos civis, em meados da década de 1960, como forma de promover a igualdade social entre os negros e brancos e também como parte de políticas que tinham como objetivo auxiliar as pessoas pobres e diminuir a desigualdade entre classes.

No entanto, os sistemas adotados pelo governo dos EUA beneficiaram a classe média negra, ao invés de todas as classes mais baixas da população do país, sendo provavelmente esta a causa do fracasso do programa, uma vez que ele falhou em seu objetivo de diminuir e amenizar as desigualdades sociais e econômicas entre negros e brancos (1).

Por causa da ineficiência do programa, em 2007 esta política foi abolida pela Suprema Corte daquele país, sob o pressuposto de que em nada contribuiu para a igualdade das raças -

a reserva de vagas, assim, é hoje considerada ilegal nos EUA, muito embora ainda existam ali universidades que utilizam amplamente ações afirmativas na seleção de seus estudantes.

No Brasil, o sistema de cotas foi criado em meados dos anos 2000, através de uma lei do Estado do Rio de Janeiro, que estabelecia que 50% das vagas do processo seletivo de alunos para os cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) fossem destinadas a estudantes egressos de escolas públicas cariocas.

Em 2002, a primeira reitora negra a dirigir uma universidade no país, Professora Ivete Sacramento, implantou as cotas para negros na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, reservando 40% das vagas de todos os cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) para os candidatos pretos ou pardos, ou denominação equivalente, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; logo após, a Universidade de Brasília (UnB) também implantou uma política de ações afirmativas para negros em seu vestibular de 2004, em meio a muita discussão e dúvidas dos próprios vestibulandos.

O modelo passou a ser seguido por instituições de ensino superior em todo o país, como parte de uma política para reparar as desigualdades sociais. Em contrapartida, estabeleceram-se, de uma ponta a outra do país, intensos debates em torno da aplicabilidade, eficiência, legalidade, constitucionalidade e até do caráter isonômico do sistema de cotas.

Em 2009, a instituição de cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB) foi objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº 186, ajuizada pelo Partido Democratas (DEM) no Supremo Tribunal Federal (STF). O partido tinha por finalidade que fosse declarada a inconstitucionalidade dos atos do poder público que resultaram na instituição de cotas raciais naquela universidade (1).

Em 2012, após mais de dez anos de controvérsias e decisões judiciais que discutiam o cabimento do sistema de cotas raciais, julgando a supramencionada ADPF movida pelo DEM, o Supremo Tribunal Federal o considerou constitucional pela unanimidade dos seus ministros.

Poucos dias antes da reunião do STF que resultou neste julgamento, a Organização das Nações Unidas – ONU - já se havia manifestado a respeito do tema, declarando apoio à política de cotas raciais nas universidades brasileiras e justificando sua posição no fato de o país ser marcado por fortes desigualdades de gênero, raça e etnia.

Em nota, a ONU declarou (2):

"O Sistema das Nações Unidas no Brasil reconhece a adoção de políticas que possibilitem a maior integração de grupos cujas oportunidades do exercício pleno de

direitos têm sido historicamente restringidas, como as populações de afrodescendentes, indígenas, mulheres e pessoas com deficiências"

Em decorrência do reconhecimento pelo STF da constitucionalidade do sistema de cotas, foi aprovada a Lei nº 12.711/2012, conhecida também como Lei de Cotas. Por meio dela, as instituições de ensino superior federais receberam a determinação de, até agosto de 2016, destinarem metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes oriundos de escolas públicas, considerando critérios raciais e sociais.

Regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, essa lei propõe que as instituições federais de educação superior reservem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Além disso, é de se observar que a metade dessas cotas se destina aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*, enquanto a outra metade das cotas são destinadas àqueles que estudaram o ensino médio em escolas públicas e cujas famílias possuem renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo. Por fim, há um percentual de vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas, na proporção destas populações em cada localidade, conforme o último Censo Demográfico do IBGE na região.

Desta forma, a distribuição se dá conforme demonstrado a seguir:

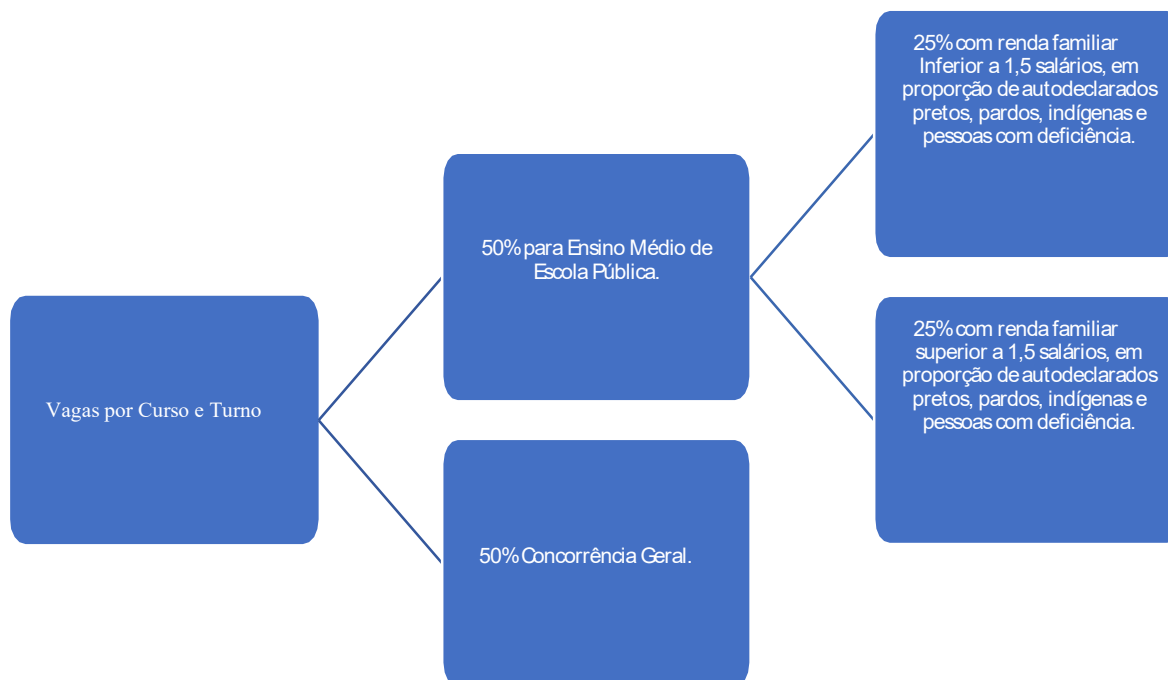


Figura 01 - Distribuição de vagas segundo a Lei 12.711/2012

Desde então, outras universidades – além das federais - aderiram às cotas em seus certames, destinando reserva de vagas não só para negros, como também para indígenas, pardos e membros de comunidades quilombolas – as cotas raciais – e também para deficientes e estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas – as cotas sociais.

Hoje, mais de 140 universidades no Brasil adotam o sistema de cotas em suas mais variadas denominações – raciais, sociais e para deficientes -, fazendo evidente que o reconhecimento pelo STF da sua constitucionalidade e a sua obrigatoriedade assegurada em lei determinarão sua extensão a todas as instituições públicas do país.

2.2.2. Políticas públicas inclusivas e sua razão de existir no Brasil

O cerne das discussões que gravitam em torno do núcleo investigado nesta pesquisa é o fato de que a par - e também a despeito - das discussões ou dos embates, das imposições legais ou dos estímulos do meio, o ser humano segue em sua trilha de vivências, sob maior ou menor proteção do Estado ou da sociedade, mas inegavelmente fadado a transmutar-se no resultado da equação que envolve suas potencialidades, experiências, consciência e finalidades, entre outros fatores, sendo, desta forma e ao mesmo tempo, espelho do seu ambiente e vetor das transformações que este mesmo ambiente sofrerá sob sua influência.

Verdadeiramente, os debates jurídicos e sociais, as mais das vezes, são travados sob ângulos cuja variedade e amplitude sempre levam a assertivas ainda pouco conclusivas, ainda mais quando as sociedades estão sujeitas aos influxos das ideias econômicas e políticas de forma muito mais preponderante do que aquelas de busca da proteção dos direitos individuais e coletivos, sendo de grande importância que se observe que, ao fim e ao cabo, a medida de todas as coisas é, mesmo, o homem.

Seguindo este parâmetro, cabe observar, para os fins deste estudo, que é sobremaneira relevante conhecer este novo homem e esta nova sociedade, ambos resultantes de todos os fatores que mutuamente os influenciam, de onde resulta oportuna e conveniente a reflexão do Prof. Ernani Maria Fiori, no texto de introdução da obra magistral do eminente Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido* (2005). Neste trecho, o autor trata de um dos mais importantes fatores de transformação do homem e do seu meio – a educação:

Eis por que, em uma cultura letrada, aprende a ler e escrever, mas a intenção última com que o faz vai além da alfabetização. Atravessa e anima toda a empresa educativa, que não é senão aprendizagem permanente desse esforço de totalização – jamais acabada – através do qual o homem tenta abraçar-se inteiramente na plenitude de sua forma. É a própria dialética em que se existencia o homem. Mas, para isto, para assumir responsabilmente sua missão de homem, há de aprender a dizer a sua palavra,

pois, com ela, constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui; instaura o mundo em que se humaniza, humanizando-o. Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. E o método que lhe propicia essa aprendizagem comensura-se ao homem todo, e seus princípios fundam toda pedagogia, desde a alfabetização até os mais altos níveis do labor universitários.

Vê-se, do quanto posto no excerto acima, que a educação formal das pessoas não se destina, única e exclusivamente, à formação profissional ou ao ingresso nos meios de desenvolvimento de atividades laborais específicas, mas, antes disso, à construção do ambiente em que o homem se insere e, em outra dimensão, à construção da própria consciência do homem acerca de si mesmo.

Nesta senda, pela palavra concedida aos estudantes beneficiários das cotas sociais para ingresso na universidade, busca-se alcançar o olhar que este benefício faz nascer neles a respeito de si mesmos no processo de inserção no ambiente acadêmico, reconhecendo-se transversalmente a relevância que a abordagem psicossocial agrega aos resultados da aplicação de leis que concedem ou admitem a proteção a direitos sociais dos indivíduos.

Sob ângulo mais estreito, o estudo busca promover uma análise das representações sociais que os indivíduos fazem de si mesmos, quando se encontram no bojo de circunstâncias decorrentes da aplicação prática da chamada “Lei das Cotas”.

Ora, a promulgação de leis de alcance nitidamente social não é o bastante para que os direitos sejam plenamente vivenciados pelos seus beneficiários; para além da efetivação das políticas públicas, é preciso que se reconheça as dinâmicas individuais e coletivas de representação dos sujeitos a partir das experiências decorrentes destas políticas e o impacto (positivo ou negativo) dessas representações na sociedade, para que se avalie o cabimento, adequação ou as necessárias modificações a serem procedidas nos sistemas.

Ainda conforme Ernani Fiori (*idem*),

É um comportar-se do homem frente ao meio que o envolve, transformando-o em mundo humano. Absorvido pelo meio natural, responde a estímulos; e o êxito de suas respostas mede-se por sua maior ou menor adaptação: naturaliza-se. Despegado de seu meio vital, por virtude da consciência, enfrenta as coisas objetivando-as, e enfrenta-se com elas, que deixam de ser simples estímulos, para se tornarem desafios. O meio envolvente não o fecha, limita-o – o que supõe a consciência do além-limite. Por isto, porque se projeta intencionalmente além do limite que tenta encerrá-la, pode a consciência desprender-se dele, liberar-se e objetivar, transubstanciando o meio físico em mundo humano. (pág. 13)

É de se reconhecer que o homem está longe de ser um alvo inerte que, recebendo do meio estímulos positivos ou negativos, apenas produza, com seu comportamento, o reflexo direto e imediato destes estímulos. Longe disso, o homem não se naturaliza: humaniza o mundo. E esta humanização, a ciência tem demonstrado à larga, não é apenas um processo biológico, mas também histórico.

Por seu turno, o Estado, premido pelos anseios da humanidade que acabam por se tornarem prementes sob o influxo de determinados fatos ou momentos da História, é frequentemente bafejado pelos ventos das novas ideias, desenvolvidas por pensadores dos mais variados matizes – sociólogos, juristas, psicólogos, poetas - mas que trazem em comum, invariavelmente, a verve da transformação social.

Neste passo, e uma vez que o Estado é movido, com maior ou menor permeabilidade, pela vontade democraticamente estabelecida, não é tão difícil concluir que as políticas sociais, mesmo as de mais difícil implantação, são a resposta (direta ou oblíqua) afirmativa à aceitação das ideias dos pensadores que, de tempos em tempos, acendem luzes no cenário obscuro da sociedade.

É por isso que, no Brasil, as políticas públicas ditas inclusivas são, além da materialização das ideias que pululam no mundo das ciências e das artes, o resultado do aspecto social do Estado Brasileiro, nascido dos anseios populares e abrigado no bojo da Constituição intitulada de cidadã, redigida sob a inspiração de grandes pensadores hodiernos que imputam ao Estado a obrigação de desenvolvimento de ações cujo escopo é o alcance do bem-estar social, primordialmente.

Um bom exemplo de manifestação do pensamento social contemporâneo com larga aceitação no mundo jurídico e na seara das ciências sociais como um todo, inclusive na formação da ideia de Estado Social albergada no texto da Constituição Federal de 1988, está na obra do filósofo norte-americano John Rawls, cujo trabalho lapidar, “*Uma teoria da Justiça*”, esboça ideia em torno da formação de um conceito de justiça a partir da materialização da equidade entre os homens.

Para Rawls, além de todas as definições do vocábulo “justiça” não se pode deixar de admitir que apenas quando os homens têm ao seu alcance, na mesma medida e ao mesmo tempo, a possibilidade de concretização de iguais direitos e oportunidades, é que se estará verdadeiramente construindo a justiça.

De forma prática, o que se extrai do pensamento rawlsiano é o alicerce de programas distributivos de direitos, tais como a “Teoria da Renda Mínima”, que lastreia tanto programas

como o Bolsa Família quanto o sistema de cotas, tudo construído a partir da ideia de que a parte abastada da sociedade, através do Estado, deve abrir mão de parcela de suas riquezas para distribuí-la com as parcelas mais pobres ou socialmente desfavorecidas.

Através deste caminho de pensamento, a sociedade deve, utilizando-se das políticas estatais, instituir meios de as camadas inicialmente minoritárias no alcance e exercício de direitos passar a tê-los em seu âmbito de atuação e vivência, como patrimônio jurídico legitimamente conquistado e perenemente inalienável.

No caso específico do sistema de cotas, a lei que a instituiu e o conjunto de motivações que alicerçam esta lei buscam, aprioristicamente, o cumprimento das disposições da regra que estabelece a igualdade entre todos os cidadãos, estabelecida no art. 5º do texto da Lei Maior (Brasil, 1988).

Assim, os governos têm a seu cargo a criação dos meios necessários a que os degraus econômicos, culturais, sociais e quaisquer outros sejam paulatinamente aplainados, com vistas à criação das mesmas oportunidades para todos que almejem os mesmos objetivos, ou seja, é dever do Estado criar e levar a efeito políticas públicas que promovam a igualdade entre todos os brasileiros, indistintamente (Bulos, 2002).

Nesta linha, reconhecidas as grandes diferenças havidas entre classes e entre grupos os mais diversos, e diante das dificuldades havidas para que aqueles que figuram entre os menos favorecidos alcancem os patamares onde tradicionalmente repousam os economicamente favorecidos, foram criados mecanismos - políticas públicas afirmativas e inclusivas - que buscam a rápida redução das distâncias econômicas e sociais, atalhos políticos por onde os excluídos passaram a chegar aos lugares que antes eram para eles quase inalcançáveis. O sistema de cotas inclui-se no rol destes mecanismos, como uma ação de inclusão que beneficia não só aqueles que compõem minorias raciais, mas também os que estão em situação econômica desfavorável e ainda pessoas com deficiências.

De acordo com a lei que instituiu a política de reserva de vagas em universidades (Lei 12.711/2012), as instituições federais de ensino superior são obrigadas a destinar parte de suas vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, devendo metade destas vagas ser destinada a candidatos que possuam renda mensal *per capita* igual ou menor a 1,5 salário-mínimo e a outra metade para os estudantes com renda maior que 1,5 salário-mínimo.

Atualmente, as universidades estaduais e federais, além de outras instituições de ensino, estão adotando ações afirmativas que beneficiem os estudantes de baixa renda, desde

que, caso eles sejam aprovados dentro da reserva de vagas, comprovem as informações prestadas.

Num primeiro plano, a lei materializa a igualdade de oportunidade, fazendo com que os estudantes que trilharam caminhos mais árduos cheguem à graduação no mesmo momento em que chegam aqueles que tiveram estradas mais amplas e bem pavimentadas, porque a aplicação do sistema concede aos destinatários um tratamento de aparente privilégio para que alcancem o patamar que almejam e que, de outra forma, não poderiam atingir ou teriam dificuldades para fazê-lo.

Pelo até aqui exposto, faz-se inequívoco que um país regido por uma Constituição que faz sobejamente clara a índole social da nação não se pode furtar ao reconhecimento da legitimidade de programas como o sistema de cotas, ainda que discussões as mais variadas possam por em dúvida sua efetividade ou a validade dos argumentos que os institui.

Em ângulo diametralmente oposto do âmbito destas considerações, é de se sublinhar que diálogos informais mantidos com cotistas, seus amigos e familiares mostraram que, apesar das finalidades inclusivas desta política pública, os estudantes beneficiados trazem visões distintas das motivações do Estado para implementação deste sistema, ao tempo em que levam para o ambiente acadêmico novos pontos de discussão, vivências sociais e modos de pensar a formação profissional de nível superior, conforme verificado nos resultados adiante demonstrados.

Bem por isso, o estudo e a discussão sobre como os cotistas se veem enquanto destinatários de um sistema inclusivo tem sua importância no conhecimento do meio social universitário e do perfil dos futuros profissionais egressos deste novo ambiente, sem embargo da importância na avaliação do programa como política pública inclusiva, sua efetividade e a validade de eventual ampliação e/ou instituição de novos programas de mesma natureza.

2.2.3. O sistema inclusivo das cotas – um *case* ainda de parco sucesso

Numa análise histórica, observa-se que o Brasil fez parte do grande processo de racialização inferiorizante dos negros ou não-brancos na década seguinte após a institucionalização da Abolição da Escravatura, fenômeno que perdurou até os anos 40, época em que se verificou a expulsão, da escola e da carreira de educador, de milhares de negros. Uma desvantagem escolar concreta, portanto, foi promovida pela chamada elite branca racista na primeira metade do século XX.

Em segundo lugar, a ideologia da democracia racial, que celebrou a nossa mestiçagem, não teve como plataforma política restaurar ou promover uma igualdade racial no sistema escolar – nem sequer no nível primário de ensino, hoje dito “fundamental”, o que dirá então no nível superior. Foi nesse clima que as universidades se constituíram como espaços institucionais brancos e expandiram seus contingentes de alunos e professores inúmeras vezes ao longo do século XX, sem tomarem nenhuma iniciativa para corrigir a exclusão racial que as caracteriza desde sua fundação.

Deste quadro se extrai que havia uma política abertamente racista na hora de iniciar a distribuição dos benefícios do ensino superior; todavia, não houve nenhum protesto ou ação antirracista posterior por parte dos acadêmicos brancos contra os privilégios que receberam em virtude desse racismo estrutural. Pelo contrário, houve grande hostilidade e rejeição à presença de vários quadros de nomes negros importantes nos postos docentes.

Se for levado em consideração – e para tanto nem é preciso dispender grande esforço – que as classes mais pobres do Brasil são constituídas, não por acaso, pelos não-brancos, torna-se simples concluir que a realidade referente à diferenciação entre ricos e pobres no mesmo cenário da educação foi pautada pelo mesmo viés excludente e preconceituoso. Desta forma, aos pobres, as chances de acesso ao ensino profissionalizante superior foram tão poucas e raras quanto o foram para os negros.

Neste cenário, o ideário das cotas, que apenas começam na graduação, aponta para questionamentos teóricos e metodológicos muito mais densos e amplos do que possam parecer à primeira vista. A ideologia da mestiçagem, por exemplo, tão difundida nas ciências sociais brasileiras, é uma teoria cara aos acadêmicos brancos; já os acadêmicos negros não se identificam com ela e a maioria deles vê o discurso da mestiçagem como parte de uma ideologia racista que visa a desautorizar e a desarmar a afirmação de uma negritude. E sem negritude não há demanda por reparação dos danos causados aos atuais descendentes negros após séculos de escravidão.

Essa crise de representação provocada pelas cotas indica configurações que apontam para uma incomensurabilidade discursiva, a partir da inevitabilidade dos posicionamentos: primeiro há que se questionar a neutralidade do campo teórico, pela admissão de que a academia contribuiu, no Brasil, para a produção e a reprodução do quadro de desigualdade étnica e social, o qual não melhorou apesar dos investimentos maciços do Estado no ensino superior ao longo de toda a segunda metade do século passado. Dito de outro modo, a classe

de cientistas sociais que discute relações raciais está totalmente imersa no problema da desigualdade.

Caminhando em outro sentido, a Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, promovida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que apresentou, além de dados do perfil social (cor ou raça, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, escolaridade de pais e mães) e econômico (renda, trabalho, bens e moradia), indicadores educacionais e acadêmicos anteriores e posteriores ao ingresso dos estudantes nas universidades, trouxe dados que comprovam que o percentual de cotistas saiu de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018.

Outro dado que se destaca é o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* até um e meio salários mínimos. Em 1996, quando foi realizada a primeira edição da pesquisa, eles eram 44,3% do corpo discente, número relativamente próximo aos dos percentuais encontrados nos levantamentos realizados em 2003 e 2010. Porém, percebe-se que, a partir de 2014, ocorre salto e os estudantes nessa faixa de renda passam a ser 66,2% do total de estudantes da graduação, chegando a 70,2% em 2018.

De acordo com a Andifes, a pesquisa mostra que o perfil dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras está, a cada edição, mais próximo do perfil sociodemográfico do Brasil. Os resultados mostram que as universidades expressam a diversidade cultural, racial e de sexo da população brasileira, assim como a desigualdade de renda. A renda mensal familiar nominal média per capita no país, publicada pelo IBGE em 2018, era de R\$1.373,00, enquanto a renda mensal familiar nominal média per capita dos estudantes da graduação é de R\$1.328,00.

O quadro atual denota, pelo exposto, evidente construção de caminho institucional voltado à correção histórica das desigualdades entre pessoas da mesma e única sociedade brasileira, muito embora seja ainda imprescindível reconhecer que, a par das políticas públicas inclusivas, urge dotar as comunidades do pensamento – e do sentimento – de reconhecimento da inclusão como meio inafastável de refazimento de liames interpessoais fundamentais ao bem coletivo.

2.2.4. Contraponto: pontos de vista contrários às cotas

As discussões polêmicas e acaloradas a respeito da reserva de vagas em certames, das ações afirmativas, das cotas raciais e demais políticas públicas de mesmos objetivos, apesar das decisões já definitivas dos Tribunais do país, nunca saíram, de fato, da pauta dos debates

sociais em todos os níveis, uma vez que opiniões e comportamentos favoráveis ou contrários sempre são manifestados e continuam suscitando questões acirradas e provocando reações as mais diversas, exceto a indiferença.

Ora, entende-se por cotas um modelo de política de ações afirmativas a fim de garantir menores desigualdades socioeconômicas e educacionais entre os membros pertencentes a uma sociedade, principalmente no que se refere ao ingresso em instituições de ensino superior públicas e empregos públicos.

De pronto, observa-se que o objetivo primordial do estabelecimento das cotas é a busca pela correção das chamadas “injustiças históricas” – o sistema social distorcido resultante do período escravista que quase negava acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho, para negros e índios.

Deste modo, por sua própria definição, a política de reserva de vagas busca ser, além de uma medida de permissão de acesso à formação profissional de nível superior, um meio de integração social, apesar do que o sistema ainda divide opiniões no país, e subsistem os argumentos que sustentam a resistência à sua implementação.

Conforme explica Ronald Dworkin (2002), os liberais sustentaram durante muito tempo, como parte de um conjunto de atitudes tendentes à sustentação do sistema de cotas, três proposições distintas: (a) que a classificação racial é um mal em si mesma; (b) que todos têm direito a uma oportunidade educacional proporcional às suas habilidades; (c) que a ação afirmativa estatal é o remédio adequado para as graves desigualdades existentes na sociedade. Entretanto, essas proposições acabaram perdendo força diante da opinião de que essas proposições não são compatíveis, pois os programas mais eficazes de ação estatal são aqueles que dão uma vantagem competitiva aos grupos raciais minoritários.

Sob este prisma, percebe-se que, para muitos dos contrários às cotas, há racionalização em torno da ideia de que elas favorecem a inércia do Estado frente à necessidade gritante de investimentos na melhoria da educação básica. Por este raciocínio, as cotas não deveriam existir; em seu lugar, o Estado implementaria medidas de melhoria no sistema educacional infantil, fundamental e médio, de modo que todos os estudantes tivessem o mesmo nível de preparo e se tornassem capacitados às disputas por vagas nas universidades. Além disso, há quem defenda que as cotas ferem, de certa forma, a autonomia das Instituições de Ensino Superior, garantida como princípio na Constituição Federal.

Para outros tantos, a lei que institui a reserva de vagas, apesar da posição adotada pelo STF, é inconstitucional, por estabelecer diferenças entre pessoas que deveriam ser tratadas

como iguais; outros ainda se referem às cotas como “maquiagem” do sistema educacional e apontam o reforço do preconceito nas universidades como argumentos para permanecerem contra elas.

Sem dúvida, não há como negar que a Lei de Cotas não foi sancionada como parte de um plano para melhorar a educação no país, e este fato tem sido muito utilizado como argumento contrário à sua adoção. Seguindo tal raciocínio, há que se admitir que este aspecto a torna uma medida imediatista e, até certo ponto, ameaça sua efetividade no alcance dos objetivos a que se propõe.

Outro argumento contra a política de reserva de vagas é a alegada inconstitucionalidade da Lei 12.711/2012, já que, segundo o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, somos todos iguais, sem distinção de qualquer natureza, ao tempo em que a Lei de Cotas considera os egressos de escolas públicas como merecedores de tratamento privilegiado na disputa de vagas em universidades. Segundo este raciocínio, a reserva de vagas, por oferecer tratamento especial a um determinado grupo de indivíduos, teria como consequência a confirmação e institucionalização da segregação social e racial existente no país e apontada como causa de muitas das mazelas brasileiras, ao tempo em que as cotas destinadas apenas para pessoas de determinadas etnias, por conta da desigualdade socioeconômica do Brasil, poderiam instigar o ódio racial.

Há também quem defenda que a implantação das cotas raciais, sem observação do critério socioeconômico, pode beneficiar negros e índios que estudaram em escolas particulares e possuem renda alta, o que tornaria a ação afirmativa não somente inócua, mas ainda reforçadora de privilégios para as classes economicamente mais privilegiadas.

Num claro contraponto fático às alegações de quem se opõe às cotas raciais e sociais, em levantamento feito em 2011 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), no Brasil, negros e pardos representavam 52% da população, mas nas instituições federais esse índice caía para 40%, sendo 32% de pardos e apenas 8% negros, o que deixa realçada a justificativa que embasou a criação das cotas em universidades, ou seja, o difícil acesso que os estudantes negros e pardos têm à universidade.

Educadores há que também trouxeram ponto de vista contrário às cotas. Segundo Dworkin (2002), eles argumentaram que cotas favorecidas são ineficazes e, até mesmo, contraproducentes, já que o tratamento preferencial reforça o sentimento de inferioridade que muitos negros já têm. Outros fazem uma objeção mais geral. Argumentam que qualquer discriminação racial – mesmo aquelas com o propósito de beneficiar minorias – termina na

verdade por prejudicá-las, pois o preconceito é fomentado, sempre que as distinções raciais são toleradas, seja com que objetivo for.

De fato, muito mais contraditório que isso é o fato de que mesmo aqueles a quem se destinam tais políticas são capazes de lhes tecerem críticas lastreadas nos mais diversos fundamentos, desde os sociológicos até os políticos e psicológicos, sendo um bom exemplo o posicionamento defendido pelo norte-americano Thomas Sowell, responsável por uma das mais bem elaboradas pesquisas sobre ação afirmativa no mundo, que questiona a validade e aplicabilidade de políticas públicas de natureza compensatória.

Economista americano, além de teórico social, filósofo e autor de mais de 30 livros, Sowell defende, em resumo, que as cotas beneficiam apenas uma minoria entre os grupos ditos discriminados; segundo ele, a reserva de vagas cria um aumento das hostilidades raciais, pois as pessoas passam a ver os cotistas como privilegiados e também a desconfiar de sua competência. Acrescenta que, segundo ele, nos EUA a maioria dos cotistas inseridos em universidades de alto padrão não consegue se formar por não ter condições de acompanhar o nível dos demais alunos com formação pré-universitária considerada adequada.

Por seus polêmicos posicionamentos, tornados sempre públicos e notórios, as teses de Sowell servem de parâmetro para os detratores do sistema de cotas e engrossam o coro dos que se colocam contrários às ações afirmativas por nenhuma outra razão além de serem apenas e puramente preconceituosos, de modo que se torna importante ressaltar que Thomas Sowell é negro.

2.3.O ensino superior no Brasil

Quando o Brasil foi declarado descoberto pela coroa Portuguesa, nos idos do ano de 1500, a mesma Europa que iniciava a colonização das novas terras contava já com instituições de ensino superior que datavam de séculos!

De fato, há registros de que a origem das universidades remonta ao final do século XI, na Itália, especificamente na cidade de Bolonha, onde se desenvolviam as atividades da “Escola de Artes Liberais”.

Em 1088, a Escola de Direito da Universidade de Bolonha (1088) já atraía inúmeros alunos de diversas partes da Europa, donde se conclui que o ensino superior em terras europeias era reconhecidamente de grande importância para a qualificação dos profissionais, o que destoava francamente do posicionamento adotado por Portugal, de impedimento da

abertura no Brasil de escolas de formação superior, conforme se extrai dos tópicos relacionados a seguir.

2.3.1. Da implantação aos dias atuais

Inicialmente, o histórico da implantação das escolas de nível superior no Brasil permite inferir que a formação educacional universitária em terras brasileiras faz inegável a assertiva que atribui adjetivos tais como “desiguais” e “elitistas” às instituições de ensino do país, haja vista que, além de tardia sua implantação, em comparação com outras nações da mesma Europa que nos colonizou, sua destinação inicial era a formação profissional dos nobres que serviriam aos interesses econômicos e políticos da família real portuguesa.

De fato, tradicionalmente, o Sistema Educacional Brasileiro e os seus diversos níveis de ensino são identificados como excludentes, por refletir as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais do país. Por causa disso, lutas históricas pela democratização do acesso e garantia da permanência nas escolas marcam a trajetória educacional brasileira.

Além deste aspecto negativo, o fato de ter sido colonizado por Portugal causou à *terra brasilis* atraso de séculos na inauguração de sua era educacional superior: há um grande lapso entre o início de funcionamento das primeiras universidades em nações colonizadas por outros povos, comparativamente com a criação das mesmas instituições no Brasil, fundadas apenas em 1808, com a chegada da família real portuguesa - o fato é que a elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades, de modo que, conforme Martins (2002), até a Proclamação da República (1889) o ensino superior “*desenvolveu-se muito lentamente, (...) e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além de garantir prestígio social.*”

Nesse período, a ampliação do ensino superior era contida pela baixa capacidade de investimentos do governo central e porque dependia de sua vontade política, que não trazia traços de aceitação da popularização das universidades, pelo que, até o final do século XIX, existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil.

Foi a Constituição da República de 1891 que disciplinou – e possibilitou, por conseguinte – à iniciativa privada criar seus próprios estabelecimentos de ensino superior, nascidos de investimentos das elites locais e confessionais católicas, sendo esta a causa de, em alguma medida, o sistema educacional privado representar a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central, mormente quando o projeto

elaborado pela elite intelectual laica defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior.

As primeiras décadas do séc. XX viram uma ampla reforma educacional, através da qual Getúlio Vargas, então no governo provisório, autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades e a cobrança das anuidades - uma vez que o ensino público não era gratuito. Ora, não se pode perder de vista que o ensino superior brasileiro foi marcado, desde sua origem até o final dos anos 1980, pela presença estatal na organização e regulação do sistema (Saviani, 2010). A partir desta realidade, vê-se nos anos 1950 que o compromisso do governo com a superação do subdesenvolvimento deu ao sistema universitário brasileiro um perfil híbrido e assimétrico. Em sua dimensão pública, o acesso às universidades era restrito e distribuído de modo a contemplar as regiões metropolitanas. Por seu turno, a rede privada de ensino superior era agraciada com incentivos especiais para seu crescimento e expansão (Marques; Cepêda, 2012).

Nas décadas seguintes, ressurgiu o movimento de defesa do ensino superior público, inclusive pugnando pela eliminação do setor privado por absorção pública. Entre as maiores críticas ao modelo universitário vigente, o movimento apontava o caráter elitista da universidade, uma vez que o elitismo se refletia no atendimento de parcela mínima da população – naturalmente, aquela dos estratos mais privilegiados, enquanto, a partir de 1970, se verificava a expansão do setor privado da educação, como consequência da política implantada pelo regime militar instaurado em 1964, que considerava as universidades como focos de subversão.

Ora, entre os anos de 1930 e 1960, cerca de 65% dos estabelecimentos de ensino eram privados, ao tempo em que cerca de 44% das matrículas no ensino superior eram nessas mesmas instituições. Apenas após a criação das universidades estaduais e a federalização pela anexação das instituições privadas esses números mudaram e as matrículas no ensino superior triplicaram. Por isso, uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato de a educação destinar-se também ao atendimento da massa e não exclusivamente da elite. Entretanto, se por um lado há um contingente expressivo de estudantes de nível superior proveniente das camadas de renda intermediária, salta à vista que os menos favorecidos não usufruem da igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior, seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou por carências do sistema, mas também por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental.

Pelo exposto, é inegável que a história da educação brasileira registra uma evolução marcada pelas desigualdades (Cury, citado por Martins, 2002), a uma porque a face dos sujeitos da privação é a dos negros, pardos, migrantes do campo e de regiões mais pobres do país, trabalhadores manuais, moradores de bairros periféricos e pessoas fora da faixa etária legal; a duas porque até mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, veio atender aos anseios dos setores privatistas e conservadores, o que acabou por legitimar e ampliar o sistema existente. A LDB se preocupou basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado.

Ao mesmo tempo e em contrapartida, o mercado contribuiu com o crescimento do ensino superior brasileiro, na medida em que, absorvendo novas tecnologias, fez surgirem demandas que auxiliaram na implantação e abertura de novos cursos e novas áreas de formação profissional, sendo possível notar que o aumento da demanda por ensino superior que vem se verificando no Brasil ao longo do tempo está associado ao crescimento das camadas economicamente médias da população e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal.

Muito embora esse crescimento seja uma decorrência lógica das circunstâncias econômico-sociais e históricas, é visível que o setor público não se preparou para ele, ao tempo em que o setor privado foi capaz de absorvê-lo, porque se concentrou na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores, tanto para o ingresso como para o prosseguimento dos estudos até a graduação.

Por este prisma, o padrão ditado pela presença estatal na organização e regulação do sistema de ensino superior foi alterado nos anos que sucederam a promulgação da Constituição Federal de 1988: na década de 1990, observou-se a paralisia da expansão da educação profissionalizante de nível superior das instituições federais brasileiras e, ao mesmo tempo, o crescimento substancial das instituições privadas.

Naquele momento foi empreendida uma reforma do ensino superior que objetivou a diversificação das fontes de financiamento e dos modelos de Instituições de Ensino Superior, bem como a redução dos custos por estudante.

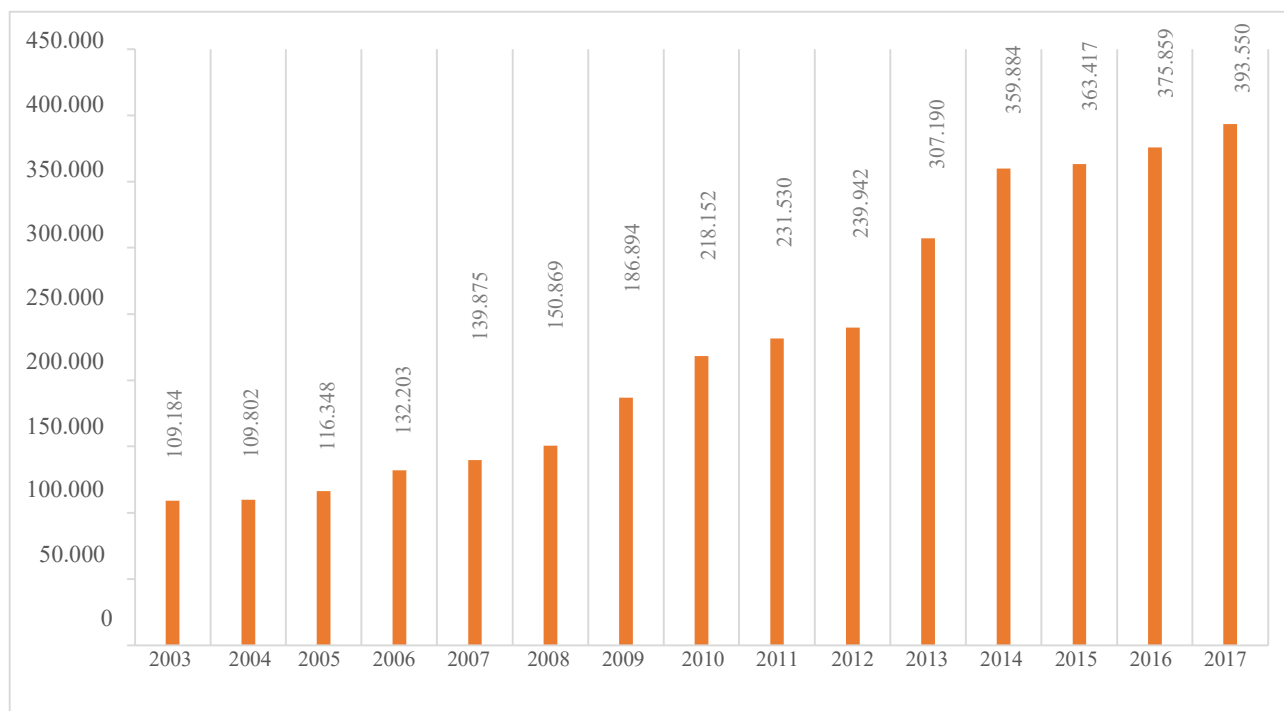
É importante observar que, neste mesmo lapso temporal, houve um crescimento exponencial dos cursos denominados EaD, ou “Ensino à Distância”, através dos quais os estudantes recebem formação profissional através de plataformas digitais, sem a necessidade de frequência aos bancos escolares. Esta nova modalidade de ensino superior – privado, frise-se - ajudou a alavancar os números dos matriculados nas universidades em todo o país.

Aliás, de acordo com Gomes et al (2018), a expansão da educação superior faz parte de conjunto de metas acordadas entre o governo brasileiro, Banco Mundial e FMI, resultando na implantação dos seguintes programas: Universidade para Todos (PROUNI); Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Ocorre que estes programas trazem uma expansão significativa de políticas sociais voltadas à garantia de acesso aos cursos oferecidos por instituições privadas. A este respeito, Agapito, citado por Gomes (2018), chega a afirmar que essas políticas sociais “passam a ser nichos de lucro e rentabilidade do capital”.

De fato, os programas sociais de acesso ao Ensino Superior, de um lado, facilitam o acesso e a permanência de estudantes, em especial aqueles de baixa renda, colaborando para a democratização da formação profissional universitária; por outro lado, possibilitam às instituições privadas vantagens financeiras e contribuem para sua expansão. Assim, há uma parceria em que o setor público apoia as atividades do ensino superior privado.

De outra banda, durante os anos 2000, houve significativa expansão de vagas e instituições federais de ensino superior. No período 2003-2017 registrou-se um crescimento de 260% no número de vagas ofertadas - apenas em 2017, foram mais de 393.000 vagas em cursos de graduação presencial nas universidades federais, como mostra o gráfico a seguir:

Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2017. Fonte: INEP, 2018 (2)



Da análise deste gráfico extrai-se que o crescimento do número de vagas tem relação direta com a abertura de novas instituições federais de ensino superior. Mencione-se, no ponto, que foram criadas 18 novas IFES no período de 2005 a 2017, contemplando quatro das cinco regiões do país.

Esta expansão trouxe um crescimento de 40% no percentual de universidades federais no país, com valores mais significativos na região Sul, seguida da região Nordeste. Em termos de novos campi abertos no mesmo processo de expansão, eram 148 em 2002, alcançando 408 em 2017, registrando-se crescimento de 176% em quinze anos. Em termos regionais, o Nordeste e o Norte lideraram a expansão.

2.3.2. A Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (6)

Primeira Universidade Federal a ter sua sede implantada no interior do Nordeste, a Univasf surgiu com a missão de levar o ensino público superior de qualidade ao Semiárido, numa proposta ousada de estar presente, desde a sua origem, em três dos nove estados da Região Nordeste.

Assim, foi criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002, por meio da Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, com sede na cidade de Petrolina, em Pernambuco. Também foram criados outros dois campi, situados nas cidades de Juazeiro, na Bahia, e de São Raimundo Nonato, no Piauí.

A partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007 pelo Decreto nº 6.096, a Universidade criou outros dois campi: Campus Ciências Agrárias (CCA), também em Petrolina e Campus Senhor do Bonfim (BA). Em 2012, foi aprovada pelo Conselho Universitário (Conuni) a criação do Campus Paulo Afonso (BA), que oferta o segundo curso de Medicina da Univasf. No dia 14 de julho de 2017, a proposta de criação do Campus Salgueiro (PE) foi aprovada pelo Conuni e no dia 25 de agosto do mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) autorizou o funcionamento do sétimo Campus da Univasf.

2.3.3. O novo perfil da comunidade discente das universidades federais

No mês de maio de 2018, a ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Educação Superior – promoveu a quinta edição do estudo sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação, e concluiu que a população discente conta hoje com maioria de negros e de estudantes provenientes de escolas públicas, e

ainda que a quantidade de mulheres também está acima de 50% nas instituições. O trabalho revelou que jovens negros representam 51,2% do total de estudantes de instituições federais de ensino. O valor, no entanto, ainda está aquém do levantado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Penad), do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, que aponta que, na população brasileira, o número de negros é 60% maior que o de brancos.

Além do aumento no número de estudantes negros, concluiu-se que 70,2% dos matriculados vem de famílias que recebem entre meio e um e meio salário mínimo. A pesquisa também revelou que 16,75% recebem mais de um e meio a três salários mínimos, de cinco a sete salários, 2,8%, de 10 a 20, 0,57% e mais de 20 salários, 0,06. Em 1996, o número de estudantes que recebiam meio salário mínimo por família era de 3,3%. Esse número caiu para 0,8% em 2003, 0,5 em 2010, e subiu para 31,97 em 2014, e caiu novamente para 26,6% em 2018.

De outra banda, os ingressos em universidades por concorrência ampla e por cota se equilibraram no correr dos anos. Em 2005, 96,9 dos estudantes entrou pela primeira modalidade e apenas 3,1% pela segunda. Em 2018, essa proporção ficou em 51,7% para 48,3%. A quantidade de universitários provenientes de escolas públicas também aumentou. Esses estudantes representam 64,7%. Desse total, 60,4% estudou exclusivamente em escola pública. Em 2013, esse total era de 37,5%, subiu para 44,8 em 2010, e 60,16 em 2014.

Por fim, observou-se que, atualmente, 30% dos universitários participam de algum programa de assistência estudantil. Desse total, 17,3%, de assistência em alimentação, seguido de transporte, 8,2% e moradia, 7,5% e 3% precisam de atendimento psicológico. Segundo o estudo da Andifes, a verba para atender esses estudantes está defasada. Os números apontam os resultados de 15 anos de políticas de cotas e democratização do ensino superior.

A II Pesquisa do Perfil foi realizada no período de novembro de 2003 a março de 2004, dela participando 47 IFES, o equivalente a 88,68% do total de 53 instituições federais. Novamente a pesquisa revelava que 42,8% dos estudantes “encontram-se nas classes [de renda] C, D e E” cuja renda média familiar mensal atingia, no máximo, R\$ 927,00, valor contido na faixa de vulnerabilidade social.

A terceira edição da Pesquisa de Perfil ocorreu em 2010, desta vez com estudantes de 56 IFES. Constatou-se que 43,7% dos(as) estudantes pertenciam às classes [de renda] C, D e E”.³ Nesta edição descobriu-se ainda que havia aumentado a presença de estudantes pretos, de 5,9% para 8,7%, e de pardos, de 28,3 para 32,1%, dado que refletia a

institucionalização das políticas de ação afirmativas e do REUNI, não obstante o percentual de negros ainda fosse inferior (40,8%) aos 50,7% apurados pelo Censo 2010 do IBGE.

A grande inflexão das IFES brasileiras rumo à democratização do acesso, tanto por critérios econômicos quanto raciais, foi captada pela IV Pesquisa, realizada em 2014.

2.3.4. Os cursos de Medicina no Brasil

Há mais de 200 anos existem faculdades de medicina no Brasil. A primeira surgiu em Salvador, Bahia, no dia 18 de fevereiro de 1808. No início era chamada de Escola de Cirurgia da Bahia. Hoje é mais conhecida como Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia, a FAMEB da UFBA.

No mesmo ano, surgiu também no Rio Janeiro o primeiro curso da região Sudeste, a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, mais tarde renomeada como Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ.

Hoje, existem ao todo 341 faculdades de medicina no Brasil. O levantamento foi feito pelo site Escolas Médicas (3), projeto criado por Antônio Celso Nunes Nassif, doutor em medicina e livre docente pela UFRJ.

Dessas, 200 são particulares e 141 públicas (78 federais, 35 estaduais, 19 municipais e 9 públicas descentralizadas). Elas oferecerem anualmente 35.288 vagas para futuros médicos. Os números expressam uma realidade importante para o presente estudo: o ensino médico no Brasil, desde a sua fundação até os dias atuais, vem sendo fortemente influenciado por decisões e conjunturas políticas, regimes de governo, modelos econômicos, propostas de intervenção social e de gestão das diferentes políticas públicas. Esses múltiplos elementos marcaram as características de evolução, distribuição e expansão desses cursos no país, conforme pontua Amaral (2016).

Conforme Oliveira et al (2019), no presente século, em período de menos de 20 anos, a expansão do número de escolas de medicina intensificou-se ainda mais e quase triplicou. No final de 2010, o número de cursos ativos chegou a 179 e alcançou a marca de 323 em 2018.

Se, por um lado, esse processo permitiu ascensão social nas camadas médias da sociedade, por outro, o contexto de desenvolvimento econômico do país exerceu forte pressão para o desenvolvimento da educação no ensino superior como importante dimensão da economia de mercado, ou seja, a política expansionista das universidades teve relação direta com o desenvolvimento econômico, tecnológico, político e social do país.

Pontua Amaral (idem) que a Constituição de 1988 consolidou a interface saúde e educação, ao tempo em que atribuiu ao Sistema Único de Saúde (SUS) a missão de ordenar a formação de recursos humanos para a área da saúde; em resposta, o Estado passou a desenvolver e apoiar ações no campo da formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde, fator que implicou, por consectário lógico, na promoção do aumento do número de vagas nas universidades.

2.3.5. A prática segregacionista na área Médica

Na proporção do aumento do número de vagas nas universidades e, por conseguinte, de profissionais médicos no mercado brasileiro, e considerada a carência de atendimento à saúde das populações de regiões remotas e/ou mais pobres, registram-se, ao longo dos anos, várias iniciativas públicas para atração e fixação de profissionais de saúde nestas regiões, como o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (1976), o Programa de Interiorização do Sistema Único de Saúde (1993), o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde (2001), o Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (2011) e, mais recentemente, o Programa Mais Médicos (2013) (Oliveira et al., 2019).

Aliás, importa frisar que não apenas o provimento inadequado de profissionais de saúde no território nacional – com números acanhados nas regiões mais pobres - consiste em problema que afeta o Brasil, assim como outros países; o excessivo número destes mesmos profissionais em determinadas áreas – leia-se, nos grandes centros urbanos - igualmente se constitui em problema de difícil solução. (Oliveira et al, 2019).

Exatamente por causa desta má distribuição e das causas que as explicam (mas não justificam) – como a indisponibilidade dos profissionais para atuarem (e, por consequência, também residirem) em localidades com índice reduzido de urbanização e pouca oferta de comodidades típicas dos grandes centros -, reconhecidamente, os programas públicos mencionados anteriormente encontraram e ainda encontram importantes dificuldades em sua implementação.

Constatação desta dificuldade fica evidenciada em notícia divulgada em jornal eletrônico veiculado no mês de fevereiro do ano em curso, informando que o Ministério da Saúde anunciou que está preparando um edital para readmissão de 1.800 médicos cubanos que vieram ao Brasil por meio do Programa Mais Médicos, criado no governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. O contrato prevê permanência de dois anos e não exige a revalidação do diploma.

Com esta ação, o governo espera preencher pelo menos as 757 vagas das localidades mais vulneráveis do país, de difícil fixação de médicos, o que vem deixando a população carente, entre outras coisas, também de assistência à saúde.

Além dos aspectos geográficos que expressam algum comportamento discriminatório dos egressos das escolas de medicina, conforme apontado acima, explícitos na baixa disponibilidade dos profissionais desta área para atuação nas regiões mais pobres e/ou mais remotas do Brasil, resta evidente, em outras circunstâncias, que a própria formação acadêmica dos médicos guarda características que redundam numa evidente estratificação social dentro dos próprios cursos de Medicina em todo Brasil.

Como fato ilustrativo desta situação, é possível mencionar que uma foto postada em redes sociais trouxe a público a história de uma senhora negra brasileira que, aos 74 anos, foi pela primeira vez consultada por um médico negro. Como o fato lhe parecera inusitado, ela pediu para o médico registrar numa foto o momento, e sua família divulgou a história pela internet.

Segundo ele mesmo revelou, o médico em questão passou por grandes dificuldades até sua graduação - desde necessidades financeiras até desconfiança e preconceito por ser negro e pobre num curso como o de medicina, dominado por estudantes brancos de melhores condições econômicas.

Acontece que mesmo após concluir o curso de Medicina, o dia a dia nos hospitais ainda não o isenta de situações desafiadoras, porque, segundo ele, é preciso sempre provar competência e mesmo se reafirmar, por causa das dúvidas sobre ele ser mesmo médico.

Com a publicação desta história de uma paciente que apenas aos 74 anos conhecera um médico negro, levantou-se a questão sobre quão poucos médicos negros as pessoas conhecem, fazendo claro que, ainda após muitas e grandes mudanças no cenário acadêmico do país, persiste o estereótipo de que, enquanto a cor da medicina é a branca, a cor do crime e do subemprego é negra.

Por outro lado, exemplos como o do médico citado revelam que se o jovem negro não consegue concluir uma faculdade, não é porque ele não é capaz, é porque ele teve menos oportunidade.

Fatos como este demonstram a importância de uma pesquisa que foi desenvolvida na Universidade Federal do Pará, buscando traçar um perfil das trajetórias acadêmicas de alunos que ingressaram pelo sistema de cotas, mediante a análise dos significados atribuídos pelos próprios estudantes a essa experiência que vivenciaram.

As conclusões do estudo sugerem que, em relação à amostra de estudantes entrevistados, o programa da UFPA tem sido eficaz em proporcionar a esses jovens o acesso e a permanência exitosa na academia, embora eles ainda enfrentem dificuldades financeiras, de acesso a bens culturais e o preconceito tanto por serem cotistas quanto por serem negros.

Dentro deste programa, no Curso de Medicina são formadas anualmente quatro turmas, divididas de acordo com a classificação dos estudantes nos exames de ingresso. Os de melhor pontuação iniciam as aulas no primeiro semestre. Os estudantes cotistas e os ingressantes através da repescagem iniciam os estudos no segundo semestre do ano.

Essa organização fez claro para os cotistas que os demais alunos achavam que eles não estavam lá por merecimento, porque não teriam estudado tanto quanto os não cotistas; apenas tiveram acesso à universidade por causa da “facilidade de conseguir a vaga”. Quanto a eles próprios (os não cotistas), conquistaram suas vagas porque teriam mais condições de estar lá. Segundo relatos, o ambiente social se torna tenso, porque os cotistas são vistos como estudantes fracos que conquistaram vagas nas universidades apenas por sorte, de modo que não são convidados nem mesmo para participarem das festas promovidas pelos colegas.

Para alguns alunos, a situação chega a causar episódios de alteração de humor e até de depressão, ainda mais quando as atividades acadêmicas precisam ser realizadas em grupos e os não cotistas se fecham entre eles, chegando a sonegar aos cotistas o acesso aos materiais que os professores disponibilizam.

Entretanto, a pesquisa revelou que os estudantes cotistas tiveram bom desempenho nas disciplinas e não demonstraram inferioridade quanto à bagagem intelectual em relação aos alunos não cotistas, e todos concluíram o curso no tempo normal.

Em outra vertente, a mesma pesquisa revelou a existência de preconceito também por parte dos professores, que acham que os alunos cotistas não têm condições de encarar o mesmo ritmo de estudos que o pessoal que veio da rede particular de ensino.

Por fim, questionados sobre se sofreram discriminação racial na universidade, os estudantes cotistas negros afirmaram que sim, “porque o estigma do médico é sempre ser um cara branco”.

Outro estudo, desenvolvido na Universidade de Brasília, revelou situação inversa – o preconceito de alunos contra docentes, quando um médico negro assumiu a cátedra no curso de Medicina e, após proferir a primeira aula em determinada turma, ouviu de um dos alunos que certamente aquilo era um “trote”.

De acordo com Carvalho (2006), casos desse tipo se multiplicam e geram em estudantes e profissionais o sentimento crônico de inadequação, tendência ao disfarce para proteger as convicções mais profundas e dificuldade em colocar com franqueza suas posições ideológicas.

Dadas estas considerações, é cabível promover análise que busque identificar nos cotistas os efeitos da representação social que fazem de sua condição de destinatário de uma política social inclusiva, porque a efetividade desta política não pode estar arraigada apenas no aspecto objetivo de quantificar a população de ingressos em cursos superiores pelo sistema de cotas, mas também – e principalmente – de tornar os cotistas plenos de seus direitos e da vivência de seus objetivos, sem obstáculos de quaisquer naturezas.

2.3.6. Dos efeitos das práticas segregacionistas sobre os segregados

Considerando-se o quadro antes exposto, e sob ângulo puramente sociológico, dada a nítida transversalidade do tema aqui proposto, é de se considerar, acerca dos efeitos do julgamento de uns indivíduos sobre os outros, a força da afirmação de Bauman e May (2010):

(...) situações (...) como aquelas em que somos julgados pelos outros, limitam nossas potencialidades. (...) Nesse caso, competimos uns com os outros, e o resultado pode depender apenas parcialmente de nossos esforços. Ao buscar uma vaga na universidade, podemos descobrir que a concorrência é de 20 candidatos por vaga disponível (...). (...) a faculdade talvez favoreça candidatos com determinada experiência social. Nossas ações, assim, tornam-se dependentes do julgamento de pessoas, uma avaliação sobre a qual exercemos controle limitado. Essas pessoas (...) estabelecem os limites de nossa liberdade. Fatores como esses, sobre os quais temos pouca ou nenhuma ingerência, influenciam muito os resultados de nossos esforços.

Observe-se que, em apertada síntese, a sociologia confere caráter de veracidade ao fato de o indivíduo, ao ser crivado por julgamento que eventualmente o coloque em posição inferior aos demais, ainda que guarde plena potencialidade de alcance de seus objetivos, correr o risco de sucumbir sob o peso da avaliação alheia e ter limitadas suas liberdades de escolha e de sucesso.

Ainda conforme Bauman e May (2010): “Nós nos tornamos dependentes de outros porque são eles que pronunciam o veredicto quanto à suficiência de nossos esforços e avaliam se apresentamos as características certas para justificar nossa admissão”.

Sob outro aspecto, também há que se considerar que, concomitantemente, os fatores materiais concorrem em larga escala para a capacidade de alcance dos objetivos de cada um, sem embargo do aspecto que deriva da determinação dos sujeitos. A falta de meios para

efetivação das decisões do indivíduo pode vir, de fato, a impedir-lhe de ser bem-sucedido, mormente quando suas decisões perpassam circunstâncias que lhe exigem disponibilidade de recursos muito além de suas possibilidades.

Sob estas análises, é possível concluir que a liberdade de escolha não garante a liberdade de efetivamente atuar sobre essas mesmas escolhas nem assegura a liberdade de atingir os resultados esperados, porque o exercício da liberdade de uns pode ser exatamente o limite à liberdade dos outros (Bauman e May, 2010).

Dado que os grupos sociais – formais ou informais – se constituem sob o pálio das expectativas que os integrantes trazem uns a respeito dos outros, resta indubitável a ocorrência da exclusão dos que não correspondem a tais expectativas.

Para Bauman e May (2010), as lacunas das expectativas sociais frustradas são preenchidas pela estereotipação dos indivíduos, ao mesmo tempo em que os grupos estabelecem o rol do que consideram aceitável – reside aí, de maneira clara, o nascedouro dos critérios de fortalecimento ou enfraquecimento da autoestima dos componentes destes mesmos grupos, que, conforme a maneira de falar, vestir, agir e comportar-se, podem sofrer julgamento dos demais e ser considerados apropriados ou estranhos.

Sob este ângulo, depreende-se que a representação social do estudante cotista, resultante, entre outras coisas, da maneira como é recebido e no meio acadêmico, pode ser determinante para a dimensão do alcance de seus objetivos.

2.4. Fundamentos jurídicos

O jurista Miguel Reale, em seu livro *Lições preliminares de Direito*, cita, para explicar os aspectos éticos do Direito, a obra do imortal poeta, filósofo e político de Florença, Dante Alighieri, que viveu no século XIII, em cuja obra *Il Convivio* assevera com a certeza e a firmeza dos grandes pensadores da humanidade: “*Jus est realis ac personalis hominis ad hominem proportio, quae servata servat societatem; corrupta, corrumpit*” (“O Direito é uma proporção real e pessoal, de homem para homem, que, conservada, conserva a sociedade; corrompida, corrompe-a”).

Por esta máxima, Dante leciona que o Direito é a ciência da proporcionalidade que se faz em lastro das ações dos homens, assim individualmente considerados como em coletividade, de modo que acaba por se fazer parte integrante das vivências todas das pessoas.

Para o poeta, esta proporcionalidade que deve imperar no estabelecimento dos direitos e deveres dos homens entre si guarda tamanha importância que, se violada, ameaça a integridade do próprio tecido social.

Bem por isso, a consideração dos aspectos jurídicos que fundamentam as políticas públicas inclusivas, como o sistema de cotas aqui estudado, guarda não só a característica de liame lógico entre as origens e os destinatários das ações afirmativas, mas também seu cabimento no mundo burocrático e normatizado em que as sociedades se desenvolvem.

Para além destas considerações, há que se observar que, mais amplo que as ideologias e características inerentes a cada povo em cada momento histórico de sua vivência em sociedade, jaz o corpo de direitos a que os indivíduos fazem jus, meramente por serem pessoas, e como, tais, sujeitos a merecerem o cuidado estatal, na forma da materialização de ações cuja índole é a de proporcionar bem-estar.

E estas ações, naturalmente, passam das ideias às vivências por meio da normatização que o Estado exige em sua atuação, assim transmutadas em leis de observação obrigatória, a reclamarem obediência e recursos à necessária produção de efeitos.

Sendo assim, nada mais razoável que se admitir a análise deste aspecto das políticas públicas – o da sua natureza, irremediavelmente jurídica.

Por outro lado, há que se observar, por ser demasiadamente importante, que os aspectos individuais que permeiam a implantação destas políticas públicas juridicamente constituídas fazem-nas imprescindíveis ou irrelevantes, conforme sejam recepcionadas pela sociedade como conquistas - e assim vivenciadas - ou sejam ineficazes em seus efeitos práticos.

Neste ponto, o estudo da Teoria das Representações Sociais faz-se de grande relevância, dados os conceitos das representações adiante abordados, e porque, sendo o meio através do qual os indivíduos internalizam e, após, externalizam os efeitos das ações estatais desenvolvidas diretamente para as pessoas, as representações, fazendo-se conhecidas, farão compreendidos os efeitos coletivos e as consequências deles tanto nos indivíduos quanto no tecido social como um todo.

2.4.1. Ihering e a necessidade de lutar para que os direitos existam

“A paz é o fim que o Direito tem em vista, a luta é o meio de que se serve para o conseguir” (Ihering, 2009). Com esta fantástica afirmação, Rudolf von Ihering, um dos luminares da filosofia jurídica, inaugura o texto da sua obra lapidar: *A Luta pelo Direito* (idem).

Neste texto, o jurista alemão faz inequívoco que

“A vida do direito é uma luta: luta dos povos, do Estado, das classes, dos indivíduos. Todos os direitos da humanidade foram conquistados na luta; todas as regras importantes do direito devem ter sido, em sua origem, arrancadas àqueles que a elas se opunham, e todo o direito, direito de um povo ou direito de um particular, faz presumir que alguém esteja decidido a mantê-lo com firmeza.” (idem, pág. 23)

Não sem razão, suas ideias em torno do que entende por processos de conquista e vivência dos direitos pelos povos e indivíduos encontraram e encontram eco nos estudos que fundamentam não apenas as atividades legislativas mas também aquelas que visam a melhor interpretação e aplicação das leis em boa parte do mundo.

Importante frisar que o texto de *A luta pelo direito*, resultado de conferência de mesmo nome proferida em 1872, jamais perdeu sua perfeita adequação às realidades sociais, ainda que passados quase século e meio de sua elaboração; ou seja, as sociedades - assim brasileira como estrangeiras - no cenário hodierno ou nos idos da história coletiva humana, jamais pavimentaram com flores os caminhos das conquistas sociais, políticas, culturais ou de quaisquer outras espécies. Contraditoriamente, o homem tem sido a maior barreira ao reconhecimento dos direitos do próprio homem.

Por isso, Ihering, referindo-se à imagem da deusa Themis, tida por representação da Justiça, e cuja efígie é uma mulher vendada portando uma espada e uma balança, esclarece que “a espada sem a balança é a força brutal; a balança sem a espada é a impotência do direito.” (idem, *ibidem*)

Nada mais esclarecedor. As crônicas da história das vivências sociais humanas não são mais que uma sucessão de conflitos, de maior ou menor dimensão geográfica, pela conquista ou pela preservação dos direitos dos povos e das pessoas consideradas individualmente. Mesmo os estudos mais rasos fazem sobejamente claro que a construção do corpo de direitos das pessoas passa, inexoravelmente, pelos debates e seus desdobramentos, pacíficos ou não. Não há reconhecimento de direitos sem luta, não há construção de patrimônio jurídico sem o esforço coletivo ou individual que precise ser despendido em sua defesa para implantação ou manutenção. De fato, a luta é a própria essência do direito.

Para melhor compreensão desta verdade, leciona Ihering, deve-se admitir que, a priori, o vocábulo “direito” encontra duas acepções: a objetiva e a subjetiva. Objetivamente, o direito é o conjunto de normas jurídicas que compõem o ordenamento de um Estado para seu povo. Subjetivamente – e este é o sentido que interessa a este estudo -, trata-se da transfusão da regra abstrata para o direito concreto da pessoa interessada.

O que não se pode deixar de observar é que, em ambos os sentidos, o direito encontra resistência, sempre; por ser tão resistido, então, deve dominar a resistência para permanecer existindo, e esse domínio não tem outra forma de se perfazer, senão pela luta.

Para esses aspectos, há uma explicação deveras simples: as sociedades humanas são, em geral, estratificadas e, em todas as estratificações, as camadas que se acomodam nos patamares superiores das pirâmides sociais tendem a, paulatinamente, ampliar ou eternizar seus privilégios, em detrimento dos que ocupam os estratos inferiores. Deste modo, o exercício dos direitos de quem está nas bases das estruturas sociais não se coaduna com os interesses dos que nelas se apoiam, uma vez que esse exercício tem o condão de, por vezes, exigir modificações que podem significar um sensível ataque a interesses privados existentes.

Conforme explicita Ihering, reside aí a mais viva resistência: aquela despendida pelos interesses no sentido de manutenção do seu *status quo*, porque logo que os costumes estão estabelecidos e os preconceitos arraigados, é vão e perigoso querê-los reformar, ou seja, para aqueles que defendem firmemente o direito adquirido sobre algo que exclui ou diminui a igualdade social, as demonstrações, por vezes violentas, de força estarão sempre motivadas e justificadas; entretanto, conforme ditam os registros das gentes, para estes resta a sucumbência sob o julgamento da história.

Já para os que amargam a exclusão, é um dever resistir à injustiça ultrajante, à lesão do direito que contém o caráter de desprezo do homem pelo próprio homem, considerado individual ou coletivamente. Assim, a luta é um dever do interessado para consigo próprio e um dever para com a sociedade, porque é necessária para que o direito se realize.

Assim, “a abolição da escravatura, os direitos de propriedade, as liberdades individuais foram alcançadas à custa de lutas ardentes (...) através dos séculos; sempre são direitos aniquilados que marcam o caminho seguido pelo direito.” (idem, pág. 28)

2.4.2. Dworkin: a compensação através do estabelecimento da discriminação

Ronald Dworkin, jurista norte-americano que desenvolveu raciocínio político, social e jurídico do qual se tem extraído importantes paradigmas para a atuação estatal da atualidade, é autor do lapidar *Levando os direitos a sério* (2002), livro concebido em 1977, cuja ideia central volita em torno dos mecanismos liberais de exercício dos direitos, alicerçados em raciocínio que deixa entrever conceitos como o das políticas públicas que ele denominou de “discriminação compensatória”, e que devem lastrear-se, fundamentalmente, no seguinte:

“Os argumentos de ideal não se baseiam em preferências, mas sim no argumento independente de que uma sociedade mais igualitária será uma sociedade melhor,

mesmo se seus cidadãos preferirem a desigualdade. Este argumento não nega a ninguém o direito de ser tratado como igual.” (idem, *ibidem*)

Por este viés, ações afirmativas podem ser ditas discriminatórias, uma vez que excluem do seu alcance uma camada da sociedade – aquela de maior poderio socioeconômico – para atender aos anseios das assim chamadas minorias – pessoas que têm em sua raça, etnia, condições econômicas ou ideológicas, verdadeiros impedimentos ao alcance dos seus objetivos de vida e/ou desenvolvimento de potenciais. Entretanto, esclarece o autor, esta discriminação é apenas aparente.

Ora, o que se observa aqui, claramente, é o reconhecimento pela filosofia jurídica clássica da criação e manutenção de corpo de direitos que, em princípio, pode parecer lastreado em viés de desigualdade, na medida em que se destina, a priori, à proteção dos interesses de apenas alguns das comunidades sociais.

Ocorre que é justamente aí que se encerra a hermenêutica do princípio da igualdade entre os homens: o tratamento dispensado às pessoas será tão mais igualitário quanto maior for a consideração das desigualdades que caracterizam os indivíduos. Simples assim.

Por este prisma, por exemplo, para que todos, indistintamente, alcancem o topo de uma escada, o Estado – e, por conseguinte, também a sociedade – deve disponibilizar aos que são incapacitados ou reduzidos em suas possibilidades de galgar os degraus, os meios hábeis a lhes minorar ou excluir as limitações, para que, ao fim e ao cabo, possam estar no degrau superior no mesmo instante em que lá chegam aqueles cujas capacidades são plenas.

De modo sucinto, Dworkin deixa claro que, sob sua ótica,

“Os critérios raciais não são necessariamente os padrões corretos para decidir quais candidatos serão aceitos pelas faculdades (...), mas o mesmo vale para os critérios intelectuais ou para quaisquer outros conjuntos de critérios. (...) O programa estará justificado unicamente se servir a uma política adequada, que respeite o direito de todos os membros da comunidade de serem tratados como iguais.” (idem, pág. 368)

2.4.3. A inclusão como meio para a concreção da justiça – a teoria de Rawls

Outro importante conteúdo principiológico da vida coletiva – a justiça – é o objeto de estudo da obra lapidar de John Rawls, filósofo político norte-americano, cuja obra mais importante, *Uma teoria da justiça*, escrita em 1971, trouxe à luz o cerne dos seus estudos acadêmicos, dedicados ao desenvolvimento da teoria que ele intitulou de “Justiça como equidade”, e que converge para a busca da resposta para a grande indagação: como tornar as sociedades mais justas?

A relevância do trabalho de Rawls pode ser entendida pelo grande alcance de suas ideias, uma vez que têm embasado boa parte das políticas públicas de muitos países - aí incluso o Brasil - a exemplo da Teoria da Renda Mínima, que lastreia os programas de transferência direta de verba dos governos para os cidadãos. No Brasil, esta política rawlsiana recebeu o nome de “Programa Bolsa Família”.

A ideia da teoria da Renda Mínima tem sua origem entre economistas liberais, que veem a transferência de renda do Estado para o povo como uma política social com participação do governo limitada, o que reduz a corrupção e o crescimento da burocracia. Mas a ideia também agrada às ideologias de esquerda, que vêem a renda mínima como um direito, principalmente em países onde a incidência de pobreza, desemprego e desigualdade de renda é alta.

Outro campo ao qual se pode relacionar a teoria de Rawls é o das ações afirmativas, que ele embasa no princípio da igualdade de oportunidades. Para Rawls, a desigualdade é inerente à condição do homem em sociedade, principalmente por ser ele um “egoísta racional”, que apenas supera essa condição ao se associar a outros para estabelecer os princípios da vida em comum. (Rawls, 2000)

Uma vez escolhidos os princípios para essa sociedade, que são o “princípio da liberdade igual para todos” e o “princípio da diferença”, caberá a cada sociedade, em seu plano doméstico, deliberar sobre a forma de pôr em prática esses princípios

A igualdade de oportunidades só pode ser efetiva se todos se beneficiarem das mesmas condições formais de educação, saúde e alimentação, dentre outros bens primários, requisitos mínimos para a redução das desigualdades a um nível aceitável para os que se encontram na base da pirâmide social. Este é o enunciado do princípio da diferença. Como diz Rawls,

“igualdade de oportunidades é um certo conjunto de instituições que assegura igualmente boa educação e chances de cultura para todos e que mantém aberta a competição para posições com base em qualidades razoavelmente relacionadas à performance”. (idem, *ibidem*)

É fato que a ideia de justiça guarda algumas considerações variáveis no tempo, no espaço e entre grupamentos, mas também é fato que há um elemento comum entre os mais distintos conceitos: será justo aquilo que corresponder à proporcionalidade entre causa e efeito, sem distinções de quaisquer matizes.

Assim é que, em Rawls, faz-se evidente que “chega-se à igualdade democrática por meio da combinação do princípio da igualdade equitativa de oportunidades com o princípio da diferença.” (idem, pág. 79).

Ainda segundo sua teoria da justiça, “A ordem social não deve estabelecer e assegurar as perspectivas mais atraentes dos que estão em melhores condições, a não ser que, fazendo isso, traga também vantagens para os menos afortunados.” (idem, pág. 80)

Faz-se possível compreender, deste modo, que John Rawls conseguiu, pela clareza e razoabilidade dos seus argumentos, equilibrar polos distintos do pensamento jurídico-econômico do século XX, principalmente por considerar que as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade, na conformidade com o princípio da diferença.

Bem por causa desse viés impresso por Rawls em sua Teoria da Justiça é que seu pensamento se faz adequado à fundamentação do estudo em tela: constata-se uma evidente relação do raciocínio rawlsiano com a implementação de políticas públicas tais como o sistema de cotas, de cunho equitativo, social e fortemente fundamentado na cooperação entre os indivíduos.

2.5. Fundamentos Teóricos

A abordagem analítica do presente estudo, muito embora tangencie os fundamentos jurídicos da norma que instituiu os sistemas de cotas nas universidades do Brasil, busca em todo o tempo aproximar-se da compreensão que os destinatários destes sistemas – mais especificamente os cotistas sociais do curso de Medicina da Univasf – elaboram individualmente acerca das suas vivências e experiências no bojo do dito sistema, a partir das opiniões, ideias e conhecimentos que expressam.

De fato, interessam à pesquisa o alcance das representações sociais que estes estudantes fazem de si mesmos enquanto cotistas, inseridos que estão no meio acadêmico que antes lhes era menos permeável.

Por este sentido, os tópicos a seguir buscam relacionar a Teoria das Representações Sociais – TRS – e, por conseguinte, os postulados psicossociais pertinentes ao tema em estudo, com a estrita observação institucional e aplicação prática das leis e demais normas que constituem o mencionado sistema, como forma de compreensão de como a elaboração e adoção de políticas públicas de inclusão social atuam enquanto componentes do desenvolvimento de determinados comportamentos dos indivíduos em suas coletividades, e de como as coletividades respondem a estes fenômenos.

2.5.1. As Representações Sociais, de Durkheim a Jodelet. O marco de Moscovici.

No período compreendido entre o final do século XIX e os primórdios do século XX, o francês Émile Durkheim, desenvolvendo um programa de investigação sociológica através da qual fosse possível elaborar uma interpretação geral da sociedade, tornou-se um dos primeiros teóricos a repensar a produção do conhecimento em termos propriamente sociológicos, através da demonstração das conexões entre ela e o contexto social ou as estruturas sociais (Oliveira, 2012).

Dentro desta teoria, por exemplo, a ideia de Kant de que as categorias do pensamento representam uma condição inata ao indivíduo são substituídas por Durkheim pelo postulado segundo o qual tal condição se dá no interior da sociedade e não nas consciências individuais.

Por este prisma é que na obra “*As formas elementares da vida religiosa*”, Durkheim analisa o Totemismo, sistema religioso praticado pelas sociedades primitivas, chegando à conclusão de que o culto à força impessoal do Totem representava, na verdade, o culto à força impessoal e coletiva da própria sociedade (Amaro, 2014).

Entendendo, portanto, que a religião compreende um universo cognitivo segundo o qual os indivíduos percebem o mundo, Durkheim conclui que as categorias fundamentais do pensamento, a saber, as categorias de tempo e espaço, originam-se na experiência social, uma vez que constituem representações coletivas.

Nesse sentido, se a religião exerce uma função cognitiva (de classificação, categorização e racionalização do mundo), é possível considerar que as formas posteriores de pensar e sistematizar a realidade, no caso, a filosofia e a ciência, têm sua raiz ligada ao fenômeno religioso.

Observa-se que a visão “durkheimiana” procura reformular em termos sociológicos a relação entre os níveis de conhecimento empírico e racional. Para o autor, a experiência sensível está associada à ideia do indivíduo, enquanto a razão se relaciona à ideia de sociedade, ou seja, sozinho o indivíduo alcançaria apenas o conhecimento empírico, mas somente como sujeito social, como portador das representações coletivas, conseguiria chegar à razão.

Pela visão de Durkheim, a sociedade ampara-se, para existir, no fato de seus membros partilharem uma similar visão de mundo, ou seja, se os homens não tivessem uma concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa de todas as coisas, a vida em comum seria impossível.

Assim, a sociedade, para existir como tal, torna-se, pela imposição de seus conceitos comuns, qual um peso, uma autoridade sobre os indivíduos, a fim de prevenir as dissidências. Este raciocínio – o das representações coletivas, segundo o qual não somente o indivíduo, mas também as sociedades pensam e constroem coletivamente as realidades que os seus membros conhecem – foi o ponto fulcral do desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais por Serge Moscovici, em sua tese de doutorado intitulada *La psychanalyse, son image et son public*, publicada em 1961.

Moscovici, um psicólogo social romeno radicado na França, após ter sofrido as consequências do antissemitismo e de se ter tornado figura central do movimento transnacional de criação da Psicologia Social, se ocupou, a partir da análise da obra de Durkheim, em estudar como e por que as pessoas partilham o conhecimento e constituem sua realidade comum, de como transformam ideias em práticas.

Em sua tese de doutorado publicada em 1961, *Psychanalyse, son image et son publique*, Moscovici estudou, a partir do conceito de representações coletivas proposto por Émile Durkheim, as diversas maneiras pelas quais a psicanálise era percebida e difundida socialmente. Pela discussão sobre a relação entre linguagem e representação, este trabalho acabou por se fazer de extrema importância e grande repercussão, tanto assim que em 2014 foi lançada uma coletânea de textos organizados por Almeida, Santos e Trindade, em comemoração aos cinquenta anos do lançamento da tese. No prefácio da coletânea, Vieiralves afirma que

A topografia do cotidiano de Moscovici vai do microcosmo ao macrocosmo, e seus limites são estabelecidos nas fronteiras da interação social. (...) O novo objeto da psicologia social é um encontro, muitas vezes indiferenciado, entre indivíduo e sociedade. A dimensão do tempo de Moscovici é dialógica, onde o passado permanece e se reinventa (através do processo de ancoragem) e o presente não se encerra em si mesmo. A afirmação teórica do cotidiano e o estabelecimento de sua centralidade na análise psicossocial provocaram mudanças substantivas na metodologia, na concepção do objeto e na própria definição da psicologia social que prevalecia até então. (Vieiralves, 2014, sem numeração de página)

De fato, o texto de 1961 toma a representação social como o objeto por excelência da psicologia social, num tempo em que o pensamento emanado do senso comum, oriundo das conversações cotidianas, era considerado vulgar e menor, quando comparado àquele derivado da ciência.

Pode-se afirmar que, quando Moscovici conferiu um novo valor ao pensamento social, tomando-o como um saber prático pelo qual os grupos humanos constituem a realidade e com

ela convivem, ele transformou as representações sociais numa lógica estruturada de modo singular, que permite a um determinado grupo social compreender o mundo que o rodeia e lidar com os problemas que nele identifica.

Sua obra “Representações sociais: investigações em psicologia social” (2015) afirma que, de acordo com a teoria das RS, os fenômenos sociais como as crenças e religiões são aprendidos e estudados em sua gênese construtiva, como resultado de processos psicológicos e sociológicos.

Neste ponto, é importante observar, como fez Robert Farr em “As raízes da Psicologia Social Moderna”, (1996, p.151) que a sociologia e a psicologia são, hoje, disciplinas distintas, mas num período inicial muitos sociólogos e psicólogos teorizaram tanto sobre o indivíduo como sobre a sociedade e a cultura. Apenas o aprofundamento dos estudos e o desenvolvimento de teorias cada vez mais específicas de cada área fez possível que os sociólogos concordassem que “são as situações sociais - cujas causas não são encontradas na natureza ou na vontade individual, mas na sociedade, nos grupos sociais ou nas ações sociais que as condicionam - que interessam à sociologia. Assim, o objeto da sociologia como ciência, ou seja, aquilo que a sociologia estuda, constitui-se historicamente como o conjunto de relacionamentos que os homens estabelecem entre si na vida em sociedade – relações de cooperação, conflito, interdependência, etc. Interessa para a sociologia, portanto, não o indivíduo isolado, mas inter-relacionado com os diferentes grupos sociais dos quais faz parte, como a escola, a família, as classes sociais, etc. Não é o ‘homem’ enquanto ser isolado da história que interessa ao estudo da sociedade, mas ‘os homens’ enquanto seres que vivem e fazem parte da história”. (Tomazi, 2000, p.244)

Por seu turno, a psicologia tem como foco de estudo o indivíduo tomado de maneira privilegiada em relação ao meio social, estudado de modo isolado, proeminente e abstratamente, sem, muitas vezes, enxergar como ele se produz socialmente, como se acomoda em seu ambiente, qual a sua percepção na condição de parte do todo grupal no qual está inserido.

Assim, num tempo em que a separação entre psicologia e sociologia ainda era completa, Serge Moscovici, em *La Psychanalyse (...)*, ousou afirmar, sem rodeios, que, se a realidade das representações é fácil de ser compreendida, o conceito não o é, em face da sua posição “mista” entre conceitos sociológicos e conceitos psicológicos. A partir daí, Moscovici faz-se claramente filiado à corrente de pensamento sociopsicológico tida como minoritária ou, conforme Duveen (2015), marginal, em relação à psicologia.

Vale ressaltar que, até aquele momento, a psicologia social, teorizada por Wilhelm Wundt a partir do seu método denominado *Völkerpsychologie* – um tipo de psicologia que lidava com os produtos comunitários e culturais da natureza humana–vinha sendo rechaçada pela possibilidade que apresentava, na visão das correntes de pensamento psicológico, de eclipsar o status científico da psicologia, por estar situada entre os conceitos sociológicos e psicológicos.

Aliás, Duveen (2015) pontua que Robert Farr afirmou mesmo que a dicotomia promovida por Durkheim entre representações individuais e coletivas (as primeiras seriam campo de estudo da psicologia e as segundas, da sociologia) “contribuiu para a institucionalização duma crise na psicologia social. (...) sempre que formas sociais de psicologia surgiram, nós testemunhamos o mesmo drama de exclusão que marcou a recepção do trabalho de Wundt” (Duveen, 2015, p. 11).

Posteriormente, em *The invention of Society* (2005), Moscovici demonstra que o referencial necessário ao alcance e decodificação dos fenômenos sociais deve mesclar conceitos psicológicos e sociológicos, de forma que seja possível conhecer os liames entre a psicologia humana e as questões sociais e culturais do homem em seu tempo.

A razão de ser desta mescla vem de as representações sociais de um indivíduo resultarem da necessidade desse indivíduo conduzir-se do estranho para o familiar, ou seja, de ele transformar em seu interior aquilo que transcende as referências comuns de um grupo – o estranho - naquilo que lhe é familiar, através do processo denominado *ancoragem* –o estabelecimento psicológico de vínculo do novo com o conhecido, na dinâmica social.

Ora, resta muito claro que o fenômeno das representações sociais não pode ocorrer fora das coletividades, ou seja, um indivíduo isolado não as pode elaborar para si mesmo, e é muito simples entender a razão disso: todos os elementos do processo de representação nascem das comunicações intragrupos – o conhecimento e a linguagem, por exemplo: eis reconhecida, deste modo, a legitimidade da psicologia social como seara de estudo das Representações Sociais e, mais além, de seu caráter de ciência.

De fato, em seu livro de 2015, *Representações Sociais: investigações em psicologia social*, Moscovici afirma de modo muito claro que:

“Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções.

Moscovici evidenciou, deste modo, que as representações são resultados das inevitáveis contribuições do meio social para a individualidade.

O trabalho pioneiro de Moscovici, entretanto, de acordo com ponderação de Alda Judith Mazzoti (1994), não logrou apresentar uma formulação estrita das RS, mantendo seu conceito de todo carregado de "fluidez", fato que atraiu inúmeras críticas, apesar de claramente ter favorecido a expansão do campo de pesquisa através da contribuição de pesquisadores de diversas áreas.

Aqui, cumpre destacar o trabalho da psicóloga francesa Denise Jodelet, que, em 1985, defendeu a tese de doutorado intitulada *Folies et représentations sociales* -traduzida no Brasil em 2004 como *Loucura e representações sociais* – que tinha como objetivo reconstruir a história das representações de um grupo confrontado com a loucura. Mais tarde, em 1989, a tese foi publicada em livro, com prefácio do próprio Serge Moscovici.

Através deste trabalho, Jodelet buscou nas RS a compreensão da dinâmica do jogo das relações sociais, sobretudo na sua relação com a alteridade, ainda tentando compreender como as relações que estabelecemos com os outros, os contornos da identidade grupal e a relação com a alteridade são mediados pelas RS.

Pela adoção deste viés em seus estudos, Mazzoti (1994) conclui que Jodelet guarda estreita coerência com Moscovici (2003), principalmente quando este afirma que as relações sociais precedem de modo prático e lógico as relações com os objetos, ou seja, o que é determinante nos fenômenos que nos ocupam não é agir sobre os objetos ou reagir a eles, mas interagir com os sujeitos.

Desde então, Jodelet passou a analisar a evolução do conceito de representação social, destacando sua complexidade e chamando a atenção para sua transversalidade no campo das ciências humanas, de modo que, sendo "um domínio de pesquisa dotado de instrumentos conceituais e metodologias próprias", constitui-se claramente numa teoria (Jodelet, 1989, citada por Mazzoti, 1994, p. 27).

Tendo se tornado principal colaboradora de Moscovici, Jodelet assume a tarefa de sistematização do campo das RS e contribui para o seu aprofundamento teórico, procurando esclarecer melhor seu conceito e analisando os processos responsáveis por sua construção, ao tempo em que especifica suas características e fases, e esclarece a forma pela qual os mecanismos sociais interferem na elaboração psicológica que constitui a representação e como esta elaboração psicológica interfere na interação social.

Em outros estudos, nos quais buscou sistematizar os conceitos inaugurados por Moscovici, Jodelet trata do enraizamento social da representação em seu objeto, ou seja, como é conferido ao objeto de representação um significado, como a representação é utilizada como um sistema de interpretação do mundo e como a representação integra a novidade em um sistema de pensamento pré-existente e as transformações nesse sistema que dela resultam. (Almeida, Santos e Trindade, 2014)

A partir daí, conclui-se que a identificação das representações sociais é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e esclarecer os determinantes das práticas sociais. De modo específico, no presente estudo, a TRS, uma vez que viabiliza a apreensão dos sentidos que orientam as condutas dos indivíduos e grupos, contribuindo na construção da realidade social em que se inserem, constitui-se no instrumento teórico-metodológico adequado à busca da compreensão de como os cotistas representam socialmente a si mesmos, na qualidade de destinatários de um sistema social inclusivo.

2.5.2. As Representações Sociais e a relação do indivíduo com a sociedade

Em 1982, Serge Moscovici publicou artigo intitulado *The coming era of social representation*, conforme menciona Santos (1994), no qual distingue três fases sucessivas na história da Psicologia Social.

De maneira sucinta, diz-se que a primeira estudou as atitudes humanas diante dos conflitos de cognições. Na segunda fase, as relações entre o sujeito e o outro torna-se o foco dos estudos, sendo desenvolvidos os conceitos em torno da percepção social e buscando-se compreender como o sujeito ordenava e explicava o comportamento do outro. Na terceira fase, surge a proposta de Moscovici sobre o estudo das Representações Sociais - nesta perspectiva, as representações que os indivíduos fazem dos seres humanos e dos grupos sociais são feitas a partir da história e da cultura de cada um, ou seja, a partir do senso comum. Esse estudo implicava, pois, a análise das formas culturais de expressão dos grupos, a organização e transformação dessa expressão além da análise de sua função mediadora entre o indivíduo e a sociedade.

Desta forma, a proposta básica do estudo da representação social é a busca de compreensão do processo de construção social da realidade. O estudo de Moscovici teve o mérito de propor uma noção que permite considerar o sujeito como produtor e produto de uma determinada sociedade. Assim, ele abriu a perspectiva de interconectar conceitos da

Sociologia e da Psicologia considerando que a sociedade, como produto humano, é, na verdade, uma reelaboração humana.

Ainda em Moscovici, os estudos das representações sociais ganharam reforço com a obra de 1995 antes mencionada, na qual o autor se expressa como a seguir:

(...) formas de pensamento coletivo estão fortemente incorporadas nas motivações e expectativas dos indivíduos, que dependem, para sua eficácia, em geral, de sua ação. (...) Essas três coisas – a primazia das representações ou crenças, a origem social das percepções e das crenças e o papel, algumas vezes de coação, dessas representações e crenças são o pano de fundo sobre o qual a teoria das representações sociais se desenvolveu.

Deste excerto pode-se destacar a nítida relação estabelecida entre as coletividades e os indivíduos, explícita quando Moscovici afirma que as expectativas e motivações dos indivíduos incorporam formas de pensamento coletivo; ou seja, as representações sociais dos indivíduos se constroem na interação com a sociedade.

Sendo a representação social uma construção do sujeito sobre o objeto e não a sua reprodução, essa reconstrução se dá a partir de informações que ele recebe do e sobre o objeto. Essas informações são filtradas e arquivadas na memória de forma esquemática e coerente, de modo que permite ao sujeito compreendê-lo e agir sobre ele.

De acordo com estudos desenvolvidos por Ivana Marková, publicados em 2017, ao longo de sua vida, Moscovici empreendeu uma busca para responder o que é “social” e “individual”. Acabou por postular que não se pode conceituar o social e o individual como duas entidades separadas.

Para fundamentação da assertiva de Moscovici, pode-se mencionar que

Em vez disso, o Eu e o(s) Outro(s) (ou o Ego-Alter) são mutuamente interdependentes em e pela interação. O Ego-Alter gera conjuntamente sua realidade social - objetos de conhecimento, crenças ou imagens. Aqui já temos a base da interação triangular: Ego-Alter-Objeto, na TRS.

A partir desta nova conceituação, ainda segundo Marková (idem), Bauer e Gaskell (citados por Marková, 2017), seguindo as diretrizes do pensamento de Moscovici, desenvolveram um modelo para ilustrar a triangulação ego-alter-objeto, concentrando-se na dimensão temporal da construção de significados de senso comum. Os autores representam o triângulo como uma construção alongada que capta transversalmente o passado, o presente e o futuro de significados de senso comum.

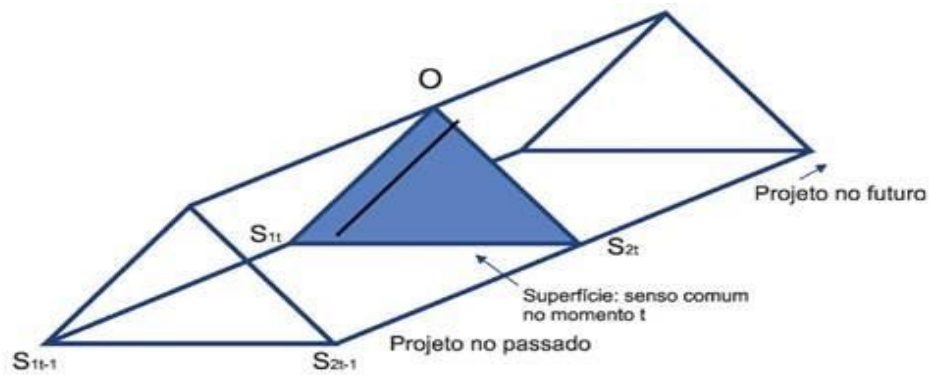


Figura 02 - Triângulo de Bauer-Gaskell

Este modelo, apelidado de “Toblerone” por conta da semelhança com o chocolate suíço, tem uma importância particular para o estudo de grupos sociais, por considerar que grupos crescem e subdividem-se; em tais grupos subdivididos há uma variedade de estruturas triangulares dinâmicas coexistindo, competindo, cooperando ou em conflito umas com as outras. Conseqüentemente, diferentes tipos de senso comum dominam em diferentes subgrupos, ao mesmo tempo, e podem seguir diferentes caminhos ao longo do tempo (Marková, 1997). Então pode-se inferir que a representação social é conteúdo e processo, e seu estudo remete necessariamente aos processos perspectivos e imaginários do sujeito, às forças sociais e conteúdos culturais subjacentes às relações numa sociedade determinada, bem como à sua função mediadora entre indivíduo e sociedade.

Neste mesmo caminho e como principal colaboradora de Moscovici, Jodelet (citada por Mazzoti, 1994) também trata de demonstrar que as relações sociais precedem as relações com os objetos, quando afirma que a interação com os sujeitos guarda maior relevância do que agir sobre os objetos ou reagir a eles.

De forma muito mais minudente e em artigo mais recente, Jodelet (2019) leciona:

os componentes das representações podem ser organizados em categorias claramente diferenciadas de saber, significação e sentido. Cada representação, seja de um objeto, uma pessoa ou de um evento, inclui: a) elementos de conhecimento, adquiridos por transmissão social ou experiência, b) significações atribuídas ao objeto em função de pressupostos compartilhados socialmente pela comunicação e levados pela linguagem (...), c) sentidos que ela reveste para o sujeito (...) em função de sua compleição psicológica, suas experiências, crenças ou adesões ideológicas.

Sob sua ótica, Jodelet (idem), como fizeram Bauer e Gaskell (*op. cit.*), adota visão tridimensional da abordagem dos fenômenos representativos, uma vez que ela afirma que eles se encontram na intersecção de três esferas de pertença: a esfera subjetiva, a esfera intersubjetiva e a esfera transobjetiva. Para a autora, os elementos privados, sociais e coletivos não se unem num amálgama, mas numa estrutura estratificada, ou seja, o sistema de

representação de um dado objeto organiza-se em estratos, alguns dos quais atravessam o conjunto do corpo social (como a ideologia e os modelos culturais, por exemplo) – estes servem de suporte às produções situadas no tempo e no espaço, como aquelas idealizadas no modelo “Toblerone”.

Ainda, a representação social é uma modalidade de conhecimento e uma interpretação do real, determinada pela estrutura da sociedade onde ela se desenvolve.

No entanto, essa influência não é linear, isto é, não se pode compreender a representação social como sendo resultado único de processos socioeconômicos. Se, por um lado, as normas e valores sociais são fundamentais na gênese dos sistemas de orientação do sujeito, por outro lado eles se combinam com as atitudes e motivações construídas ao longo das experiências pessoais através de uma história. Essa combinação implica um duplo movimento de objetivação e subjetivação do objeto. (Santos, 1994)

Nesse caminho, torna-se claro que, no estudo das representações sociais não se pode deixar de considerar os sujeitos, porque apenas através da compreensão de suas conexões com os modos de vida é que se pode entender a identidade possível que um sistema de saberes assume em um momento histórico dado.

Assim, é fundamental, para descrever as representações sociais em sua pluralidade, se conhecer quem fala, qual a sua posição na estrutura social e quais os espaços sociais que produzem esse discurso. É essa relação dialética entre o individual e o social que marca a singularidade de algumas representações. Dentro da teoria, o social passa a ser constituído como uma multiplicidade construída, fundamentalmente, a partir de uma relação de forças num campo historicamente dado (Chaves e Silva, 2013).

Ora, diante de novos fenômenos produzidos dentro das coletividades humanas, gerando transformações ou dotados de potencialidade bastante para causar alterações nas relações e circunstâncias da vida em sociedade, observa-se que há uma necessária repercussão na produção científica, na medida em que os pesquisadores se veem instados a compreender e explicar as mudanças sociais, possibilitando a emergência de medidas que melhorem a qualidade de vida dos indivíduos e as suas relações sociais.

Isto é bastante para se reconhecer a estreita ligação existente entre os processos sociais concretos e cotidianos com a produção científica na área das representações sociais, já que a ciência é uma atividade humana e, portanto, não deve ser pensada como um aspecto desvinculado da sociedade.

Ademais, há temáticas que só permitem aproximação através do próprio sujeito e, nesse sentido, a TRS oferece um excelente suporte às pesquisas, uma vez que pauta a sua

investigação a partir do conhecimento do indivíduo ou grupo estudado, e como esse conhecimento orienta as suas práticas cotidianas.

Em suma, a TRS é uma das perspectivas de compreensão da realidade social, dos relacionamentos humanos e da produção de conhecimento da vida cotidiana. É, portanto, uma abordagem psicossociológica sobre o processo de construção do pensamento social.

Por este prisma, o estudo em tela encontra nas representações sociais o referencial psicossocial de estudo e análise dos processos que se constituem nos objetivos da pesquisa, na medida em que permite o alcance da compreensão dos processos individuais de significação e ressignificação das mudanças promovidas pela política de cotas sociais para ingresso na universidade sobre os acadêmicos beneficiários do sistema.

2.5.3. O suporte metodológico das Representações Sociais

A tratar-se mais especificamente da adoção da TRS como recurso metodológico, é relevante que se analise o seguinte aspecto: há correntes filosóficas que defendem que o mundo real e o mundo dos pensamentos não são uma só e mesma coisa. Tudo o que transcende o indivíduo – objetos, acontecimentos, linguagens, expressões diversas - precisa ser por este compreendido para ser aceito e vivenciado. Aquilo que é estranho, incomum ou de natureza diversa daquelas já apreendidas, deste modo, precisa ser devidamente processado pelos indivíduos para que estes possam agir ou reagir de modo adequado. É este o processo das representações sociais, que as torna, por conseguinte, capazes de ser entendidas como as formas pelas quais o indivíduo internaliza o mundo.

Sobre este aspecto, em seu texto “*Representações sociais: um domínio em expansão*”, Jodelet (2001, p. 1) esclarece que todos precisam saber como se comportar, dominar o mundo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam - por isso as pessoas criam as representações. É fundamental reconhecer que, para lidar com um mundo de objetos, pessoas e acontecimentos ou ideias, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo, e para atuar conjuntamente com os demais indivíduos que compõem uma sociedade ou grupo social, as pessoas servem de apoio umas às outras, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, sendo esta a razão de as representações sociais serem tão importantes na vida cotidiana: elas guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

Por outro lado, no processo de construção de uma representação social, ou seja, no transcurso da compreensão e domínio do novo com vistas a rotulá-lo e torná-lo familiar, as pessoas lançam mão dos conceitos que já existem e que lhes são conhecidos para formarem a significação de que necessitam para transformação do novo em algo comum. Este mecanismo se chama “ancoragem”, e é definido por Moscovici (2015, p. 61) como

[...] um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. É quase como que ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social.

Neste diapasão, pode-se depreender que “ancorar” é, de fato, dar nome, rotular ou definir algo de acordo com um rol de conceitos preestabelecidos, com vistas a tornar as coisas estranhas – que causam distanciamento, estranheza ou resistência – em coisas familiares, passíveis de classificação, de modo que seja possível fazer conhecido o desconhecido.

Por seu turno, neste mesmo processo de construção das representações sociais, um outro instrumento – denominado “objetivação” – é utilizado na tentativa de fazer que o mundo intangível dos pensamentos seja, de alguma forma, transportado para o mundo tangível, real, das coisas físicas.

Ainda de acordo com Moscovici (idem, p.71), *“a materialização de uma abstração é uma das características mais misteriosas do pensamento e da fala. [...] tal autoridade está fundamentada na arte de transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra.”* É por este meio que, por exemplo, um religioso se refere a Deus como um pai, transformando o que é invisível e intangível naquilo que pode ser compreendido e, por conseguinte, alcançado.

Assumindo-se a abordagem processual das representações sociais, proposta por Jodelet, vê-se o fenômeno da ancoragem relacionado com três funções básicas que se encontram na base da representação: a função cognitiva de integração da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de fundamentação e orientação das condutas e das relações sociais.

Assim, a ancoragem como instrumentalização do saber permite compreender como os elementos da representação expressam as relações sociais. Esse é o processo pensado por Jodelet, que só tem lugar depois da objetivação, já que a estrutura gráfica se converte em um guia de leitura, através de uma generalização funcional como referência para compreender a realidade. Aqui o sujeito recorre ao que é familiar para realizar uma espécie de conversão da novidade (Morera et al, 2015).

Ademais, é de se considerar a perspectiva plurimetodológica das RS: a identificação do conteúdo; o estudo, a importância e a hierarquia das relações entre os elementos.

Tem-se, deste modo, a abordagem processual das representações sociais possibilitando o uso de distintos métodos de pesquisa e instrumentos de coleta de dados, sendo possível a utilização do citado viés plurimetodológico das representações.

Neste passo, a pesquisa em tela se desenvolveu a partir da aplicação de metodologia de quantificação numérica de parte das informações, na medida em que

Na pesquisa quantitativa há uma análise dos dados em que a matemática é a linguagem utilizada para a interpretação dos resultados colhidos para fazer a correlação da realidade empírica com a teoria que embasa o estudo.

A linguagem matemática tem demonstrado ser capaz de descrever, representar ou interpretar a multidiversidade de seres vivos e suas inter-relações. As pesquisas quantitativas atuam em níveis de realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos observáveis. (Silva, 2010)

Estas considerações podem explicar a relevância de, neste estudo, serem quantificados os participantes e identificadas em linguagem matemática as circunstâncias em que se encontravam no momento da pesquisa, como forma de caracterização do público pesquisado e identificação da inserção dele nos parâmetros sob estudo.

Uma vez quantificadas as informações extraídas dos instrumentos de pesquisa, a abordagem quantitativa foi utilizada para análise dos dados, o que permitiu que os fenômenos estudados fossem visualizados de modo concreto, assim como se fez possível a visualização concreta dos elementos, sua incidência e a correlação dos eventos com a Teoria das Representações Sociais, fulcro da pesquisa.

2.5.4. As representações sociais do preconceito e da exclusão

Em 1970, nos Estados Unidos, uma mulher negra, jovem e culta foi levada a julgamento sob acusações de conspiração, sequestro e homicídio, por causa de uma suposta ligação sua com uma tentativa de fuga de réus do Tribunal de Justiça de São Francisco.

Durante dezoito meses, tempo que durou o julgamento, Angela Davis foi o centro das atenções da mídia e da população do país que, em massa, acorreu às ruas em manifestações por sua absolvição.

Não sem razão, os debates durante seu julgamento trouxeram a lume uma grande discussão sobre a gravíssima condição negra na sociedade norte-americana de cinquenta anos atrás – preconceito e exclusão talvez resumissem tudo.

Segundo a própria Angela (1981), “alguns dos sintomas mais evidentes da desintegração social só são reconhecidos como um problema sério após assumirem tamanha proporção epidêmica que parecem não ter solução”.

Hoje, passadas cinco décadas desde que Angela se tornou conhecida pelo seu ativismo contra a discriminação racial, o mundo continua acompanhando, agora online e em tempo real, a brutalidade e a violência com que os negros são tratados, nas mais diversas circunstâncias. Desde o dia 25 de maio deste ano de 2020, a imprensa vem noticiando movimentos de protestos em todo o mundo, desta vez porque um homem negro, sozinho e desarmado foi imobilizado por policiais e, à luz do dia, diante das pessoas que assistiam à cena e ainda das câmeras que registravam tudo, foi estrangulado, sem qualquer chance de defesa, até a morte. Porque era negro.

Embora o episódio tenha causado escândalo, ninguém pode negar que a sociedade que, através de políticas públicas inclusivas, fez aumentar em 178% a população preta ou parda nas universidades, entre os anos de 2003 e 2014 (Torres et al, 2019), é a mesma cujas forças institucionais de segurança matam três vezes mais jovens negros que brancos e que coloca em risco as vidas das pessoas por causa da cor de sua pele.

No Brasil, uma outra contradição: pesquisas fizeram claro que, ao mesmo tempo em que ações afirmativas materializam tanto a reparação da dívida histórica com as minorias sociais quanto a ascensão social destas minorias, a adoção de cotas raciais coloca os negros, na visão do mercado de trabalho, numa posição de inferioridade intelectual, por acreditar que eles necessitam de ajuda para ingressar na universidade, enquanto ex-cotistas sociais brancos não recebem este julgamento (idem, ibidem).

Ora, uma vez que a temática do preconceito não perde sua atualidade, estando sempre presente na pauta do convívio social, importa ressaltar os estudos a ele dedicados ao longo do tempo, e que chegaram a considerá-lo sob perspectiva psicológica, na qual características do indivíduo cujas ações permitiam classificá-lo como preconceituoso e discriminador eram identificadas como a origem de sua forma de agir, entre elas o tipo de personalidade, a rigidez do estilo de pensamento e a ignorância (Rossow et al, 2019).

Após a década de 60 do século XX, o fato de o indivíduo considerar que características compartilhadas por ele com os que lhe são próximos são corretas, adequadas e, portanto, superiores, desloca-se do plano da personalidade para o plano das relações intergrupos. De fato, o viés do favorecimento endogrupal passa a ser visto no quadro dos

conflitos ideológicos próprios de cada sociedade, ou seja, como consequência das relações de poder entre os grupos.

Camino (citado por Rossow et al, 2019) argumenta que

O preconceito floresce em condições psicossociais que propiciam uma forma específica de organização dos processos afetivos e cognitivos, que possibilitam justificar as diferenças sociais existentes, a partir do que dão suporte aos processos de hostilidade e exclusão.

Não é diferente o que se extrai das experiências relativas à inserção de negros, pardos e pobres nas universidades públicas, através do sistema de cotas raciais e sociais. Pesquisa conduzida por Naiff et al (2009) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro revelou que, naquele estudo, o provável núcleo central da representação social dos estudantes cotistas estrutura-se diante de uma imagem ideologizada referente às justificativas empregadas para a implantação das cotas para negros e pardos (racismo e preconceito), enquanto que as dimensões contrárias aparecem apenas de forma periférica. Esta construção muda nos auto-identificados como negros e pardos.

Por isso, segundo Jodelet (citada por Naiff et al, idem), há necessidade de contextualizar os grupos que representam um determinado objeto social: esta contextualização, neste caso, auxilia no entendimento do porquê do discurso meritocrático estar presente de forma tão intensa no estrato beneficiado pelas cotas - os sujeitos que conseguiram, apesar de todas as dificuldades estruturais, adentrar no ensino superior público sem utilizar o sistema de cotas, entende sua inserção como regida pelos mesmos princípios que servem a todos, isto é, o mérito. Desse modo, se eles conseguiram, outros também em situação similar podem fazer o mesmo, pelo que entendem como injusto que indivíduos possam beneficiar-se de ações afirmativas que os levariam para a universidade pública através de um esforço menor que o empregado por eles.

Por outro lado, alguns cenários sociais também são fortemente carregados de pressões normativas, no qual se incluem as questões discriminatórias, levando aos sujeitos a constituir um campo representacional formado por elementos que resistem a serem verbalizados. Este campo representacional é denominado de “zona muda das representações sociais” e pode ser definido como

“um subconjunto específico de cognições ou de crenças, que, mesmo sendo disponíveis, não são expressadas pelos sujeitos nas condições normais de produção e que se forem expressas (notadamente em certas situações) poderiam questionar os valores morais ou as normas valorizadas pelo grupo” (Guimelli, Deschamps, citados por Naiff et al, 2009).

Desta forma, a sociedade construiu uma estrutura psicossocial de estabelecimento de castas, onde cada indivíduo é alocado de acordo com critérios como a cor da pele, a etnia e a condição econômica.

Esta estrutura está arraigada fortemente nas coletividades, de modo que tanto os privilegiados quanto os próprios excluídos, em alguma medida, acabam por representar a cor branca da pele e suas diversas associações estéticas – cor dos olhos, dos cabelos e demais características – como legitimadores de superioridade, ao mesmo tempo em que a associação das questões raciais com as questões econômicas aumenta significativamente a percepção dos indivíduos acerca das melhores ou piores qualidades e méritos dos sujeitos.

Aqui percebe-se com nitidez as representações que estão presentes historicamente nos grupamentos e que são perceptíveis no campo das relações interpessoais, como expressões coletivas não facilmente perceptíveis entre as pessoas, uma vez que estas internalizaram e legitimaram a existência do separatismo, justificando-o com discursos que atribuem à meritocracia um papel deslocado de seus reais objetivos, capaz de explicar a exclusão racial e social. Verifica-se ainda uma contradição entre crenças favoráveis constituintes de um provável núcleo central da representação social e uma atitude majoritariamente desfavorável, explicada pelo fato de que os elementos contra-normativos estariam presentes em uma zona muda da representação social sobre cotas para negros e pardos (Naiff et al., 2009).

Por fim, na conformidade das palavras de Gerard Duveen, em texto introdutório da obra *Representações Sociais – investigação em psicologia social*, de Serge Moscovici (2015), as representações sociais emergem, frequentemente, a partir de pontos duradouros de conflito, o que torna a TRS adequada ao presente estudo:

“Mais frequentemente, as representações sociais emergem a partir de pontos duradouros de conflito, dentro das estruturas representacionais da própria cultura, por exemplo, na tensão entre o reconhecimento formal da universalidade dos ‘direitos do homem’, e sua negação a grupos específicos dentro da sociedade. As lutas que tais fatos acarretaram foram também lutas para novas formas de representação. O fenômeno das representações está, por isso, ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade. E é para dar uma explicação dessa ligação que Moscovici sugeriu que as representações sociais são a forma de criação coletiva, em condições de modernidade, uma formulação implicando que, sob outras condições de vida social, a forma de criação de vida coletiva pode também ser diferente”. (idem, pág. 16)

*Se não houver frutos, valeu a beleza das flores;
Se não houver flores, valeu a sobra das folhas;
Se não houver folhas, valeu a intenção da semente”*
Henfil

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar as representações sociais de estudantes cotistas do curso de Medicina da Universidade Federal do Vale do São Francisco, campus de Petrolina, sobre o sistema de cotas.

3.2 Específicos

- i) Identificar as representações sociais dos cotistas do curso de Medicina da Univasf, egressos de escolas públicas, enquanto sujeitos de direitos.
- ii) Avaliar como as representações sociais dos cotistas influenciam nas visões que eles possuem do cotidiano acadêmico.
- iii) Analisar como os cotistas se veem enquanto destinatários do sistema de cotas.

“ O espírito científico, fortemente armado com seu método, não existe sem a religiosidade cósmica. Ela se distingue da crença das multidões ingênuas. Mas o sábio, bem convencido da lei de causalidade de qualquer acontecimento, decifra o futuro e o passado submetidos às mesmas regras de necessidade e determinismo. Sua religiosidade consiste em extasiar-se diante da harmonia das leis da natureza, revelando uma inteligência tão superior que todos os pensamentos humanos e todo seu engenho não podem desvendar, diante dela, a não ser seu nada irrisório.”
Albert Einstein

4. MÉTODO

4.1 Delineamento da pesquisa

Piovesan e Temporini (1995) apontam que, ao se pretender realizar pesquisa sobre fatores humanos, recomenda-se o estudo prévio da realidade em que se inserem os sujeitos, com a finalidade principal de basear os estudos nas suas experiências reais, no seu vocabulário e ambiente de vida, ao mesmo tempo em que deve-se fazer uso da racionalidade na interpretação dos dados coligidos, porque é a razão que deve fornecer os meios de análise e os critérios mais adequados para a interpretação do real, de modo a descobrir neles as regularidades e constâncias que os explicam cientificamente.

Considerados estes aspectos, a aplicação da Teoria das Representações Sociais como aspecto teórico norteador se torna mais adequada (Santos & Almeida, 2005; Jodelet, 2001; Sá, 1998), sendo observado seu aspecto plurimetodológico, como apontado por Moscovici (2004) e por Creswell (2010), integrando métodos quantitativos e qualitativos para ampliação do entendimento possível sobre o objeto do estudo: em primeiro plano, foi procedida análise quantitativa das respostas aos questionários aplicados, e, em segundo plano, avaliação qualitativa destas mesmas respostas, para que o objeto da pesquisa seja melhor apreendido e mensurado.

Ainda, foi procedida pesquisa exploratória, com natureza qualitativa e contextual, fundamentada na Teoria das Representações Sociais, (Moscovici, 2015).

A escolha da pesquisa exploratória fundamenta-se em que ela permite um conhecimento mais completo e mais adequado da realidade que se propõe estudar, além de ser, nas palavras de Piovesan e Temporini (1995), citando Babbie:

Much of social research is conducted to explore a topic, to provide a beginning familiarity with that topic. This purpose is typical when a researcher is examining a new interest or when the subject of study is itself relatively new and unstudied.¹

Quando associada a métodos qualitativos, a pesquisa exploratória permite uma compreensão de um grupo social, que será capaz de produzir informações aprofundadas e ilustrativas. A pesquisa qualitativa possui estratégias de abordagem que são capazes de investigar um fenômeno social culturalmente compartilhado, procurando apreender seu universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (Flick, 2004).

Para este estudo, foi estabelecida a aplicação eletrônica de questionários a população que foi mensurada a partir da determinação legal do número de vagas para cotistas, de modo que podia-se alcançar o máximo de 40 participantes. Uma vez que a submissão à pesquisa se deu através do voluntariado, 26 estudantes aceitaram responder aos questionários. Do material colhido, 5 conjuntos de respostas foram desconsiderados por não se enquadrarem nos critérios de inclusão: estudante do curso da Univasf, do curso de Medicina, ingresso pelo sistema de cotas. Desta forma, 21 questionários tiveram as respostas analisadas.

4.2 Aspectos éticos

O estudo respeitou as Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos, através da Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido ao comitê de ética em julho de 2018 e foi aprovado sob o número de CAAE 20092518.2.0000.5196.

A pesquisa foi realizada nos primeiro e segundo e períodos do curso de Medicina da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, campus de Petrolina (PE), sob termo de aceite da Coordenação do referido curso.

Os resultados serão apresentados à Pro Reitoria de Assistência ao Estudante (PROAE) da UNIVASF, bem como aos próprios participantes.

A devolutiva será compartilhada mediante reunião com os participantes, em data a ser acordada. Os dados desta pesquisa também serão submetidos a publicação em periódico científico especializado ainda a escolher.

¹ “Muito da pesquisa social é conduzida para explorar um tópico, para construir uma familiaridade inicial com aquele tópico. Este objetivo é típico quando um pesquisador está examinando um novo interesse ou quando o objeto de estudo é, ele mesmo, relativamente novo e pouco estudado”.

4.4. A análise prototípica

Em artigo de 2013, Santos (6) apontou a Teoria das Representações Sociais (TRS) como referencial didático-metodológico de pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, afirmando que uma técnica para caracterizar a estrutura de uma representação social seria a evocação de palavras, feita em duas etapas: a primeira, chamada “análise prototípica”, baseia-se no cálculo de frequências e ordens de evocação das palavras, enquanto que a segunda está centrada na formulação de categorias, englobando as evocações e avaliando suas frequências, composições e co-ocorrências.

Conforme o autor, a análise prototípica tornou-se uma das estratégias mais populares para estudar representações sociais:

Essa popularidade deve-se à relativa simplicidade para conseguir resultados pertinentes a partir de dados pouco estruturados. (...) para estudos com finalidade exploratória a técnica de Vergès dá indicações prováveis de centralidade válidas. Também contribuiu para a difusão da técnica a criação de um programa de computador chamado Evocation (Vergès, Scano & Junique, 2002), o qual permite efetuar todos os procedimentos de classificação e cálculo exigidos pela análise prototípica.

Por seu turno, Wachelke e Wolker (2011), citando Vergès, Tyzka & Vergès (1994), fazem claro que a análise prototípica parte do pressuposto que os elementos da representação social com importância em sua estrutura são mais prototípicos, isto é, mais acessíveis à consciência. Em outra passagem, citando Jodelet (1965) e Flament & Rouquette (2003), os mesmos autores sublinham que esta é uma técnica que se aplica a respostas de associação livre, ou seja, frases ou expressões curtas fornecidas a um estímulo indutor, e restringe-se à expressão da representação social por meio de material verbal recolhido como evocações.

Dentro deste raciocínio, a utilização de recursos que permitem a pronta visualização dos termos evocados com maior frequência - como os programas que organizam em nuvens de palavras as respostas dos questionários, dando relevo em tamanho e cor àquelas mais utilizadas pelos respondentes - se torna em instrumento de grande valia para o acesso às expressões que demonstram com maior clareza a representação social dos pesquisados sobre o objeto da pesquisa.

4.5. População

A partir de informações apreendidas em conversas informais com professores e estudantes de diversos cursos e instituições de ensino superior de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), observou-se indícios de que os estudantes cotistas dos cursos de Medicina registram, de

modo mais contundente e constante, impressões, opiniões e fatos, por vezes, com aspectos polêmicos, sobre suas condições de cotistas, quando comparados com estudantes de mesma condição em outros cursos - esta foi a razão de escolha do curso onde a pesquisa foi efetivada.

Já o estabelecimento do número de estudantes a ser pesquisados fundamentou-se na Lei 12.711/2012, cujo art. 1º tornou obrigatória nas Universidades Federais a reserva de 50% das vagas dos seus cursos de graduação aos estudantes egressos de escolas públicas. Considerando-se que é de 80 (oitenta) o número total de vagas disponibilizadas anualmente ao curso de Medicina na Univasf, *campus* de Petrolina, conforme publicado em 2018 no sítio eletrônico da Universidade, o número máximo de estudantes cotistas a comporem a população de interesse do presente estudo não deveria exceder 40 (quarenta) indivíduos.

Tratando-se da determinação da quantidade de participantes por amostra, é importante frisar que Wachelke e Wolter (2011) fizeram claro que não há indicações precisas acerca de um mínimo para ter resultados válidos, sendo possível chegar a resultados conclusivos até mesmo com 25% de participantes da amostra considerada, apesar de este exemplo não ser praticável com todas as configurações de dados - de modo geral, quanto mais numeroso o grupo de participantes, mais estáveis serão os resultados.

Os critérios de inclusão considerados foram ser estudante da Univasf, estar cursando o primeiro ano do curso de Medicina e ter ingressado na Universidade pelo sistema de cotas sociais. Como critério de exclusão, foi caracterizado o participante que, durante a pesquisa, tenha eventualmente mudado de curso ou de Instituição de Ensino, ou que não tenha ingressado pelo sistema de cotas.

Nesta pesquisa, do universo de 40 (quarenta) cotistas estudantes do primeiro ano de Medicina da Univasf, 26 (vinte e seis), distribuídos nos primeiro e segundo períodos, atenderam ao convite para participação na pesquisa, ou seja, cerca de 35% da população de cotistas optou pela não adesão à pesquisa.

Ressalte-se que situações alheias à vontade da pesquisadora e dos respondentes contribuíram para que a aplicação dos questionários em meio eletrônico ficasse parcialmente prejudicada; por exemplo, a multiplicidade de informes compartilhados pelos estudantes do segundo período pelo Whatsapp e por e-mail fez com que o link da pesquisa, encaminhado por estes meios, passasse despercebido para a maior parte deles.

Por esta razão, houve que a aplicação dos questionários a estes alunos precisasse ser presencial, através do preenchimento de formulário impresso, em encontro que teve lugar em sala de aulas, no turno vespertino, durante intervalo entre aulas. Antes de distribuídos os

questionários, a pesquisadora explicou as razões e os procedimentos referentes à pesquisa, além de seus aspectos éticos e da voluntariedade da adesão.

Já a aplicação do questionário aos alunos do primeiro período que se dispuseram a participar da pesquisa deu-se pelo envio do link do questionário para o e-mail da turma, que o acessou e respondeu eletronicamente.

Pelo exposto, a amostra acabou sendo constituída da seguinte forma: a pesquisa contou com 26 participações: 08 no primeiro período, por meio eletrônico e 18 no segundo período, em formulário impresso; todos os respondentes declararam ter ingressado na universidade através da submissão ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); deles, 05 declararam ter ingressado através da ampla concorrência, ou seja, fora do sistema de cotas. Desta forma, dos 26 questionários respondidos, 21 preencheram os requisitos mínimos de inclusão na amostra: estudante do curso de Medicina da Univasf, cursando o primeiro ano (primeiro ou segundo período), ingresso através de reserva de vagas para egressos de escolas públicas (cotas sociais).

Por fim, excluídos os questionários respondidos por estudantes que não compunham o grupo de interesse, verificou-se que 15 formulários válidos foram preenchidos em meio impresso, aplicado no segundo período, e 6 foram respondidos em meio eletrônico, pelos alunos do primeiro período do curso.

Importante ressaltar que, para fins desta pesquisa, foram consideradas as respostas sem distinção do período do curso em que os respondentes se encontravam no momento da pesquisa.

4.6. Instrumentos de coleta de dados

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário segmentado em três partes distintas, a saber: a primeira parte, constituída apenas por três perguntas, destinou-se a verificar a inclusão do discente nas categorias estabelecidas como critérios para participação na pesquisa: ser estudante do curso de Medicina da Univasf, *campus* de Petrolina, selecionado para a Universidade pelo sistema de cotas para egressos de escolas públicas; a segunda parte teve referência com os aspectos socioeconômico, consistentes em perguntas elaboradas com base nos formulários aplicados aos discentes pela Pró-Reitoria de Assistência ao Estudante – PROAE – da Univasf. Esta parte teve por objetivo permitir a análise da situação econômica dos pesquisados, para verificação de eventual relação entre esta situação e a condição de cotistas; a terceira parte, por sua vez, constituiu-se, efetivamente, no

questionário semiestruturado, destinado especificamente ao conhecimento relativo à representação social que os investigados fazem de si mesmos, sob a perspectiva de suas condições de cotistas sociais.

Por sua vez, as questões que compõem o questionário semiestruturado foram elaboradas a partir da conversa informal mantida com cotistas e seus familiares e amigos, além de docentes, e ainda a partir de comentários divulgados em redes sociais e textos diversos publicados em jornais e revistas populares.

4.7. Procedimentos de coleta de dados

Inicialmente, foi procedido o levantamento da população de estudantes do curso de Medicina da Univasf, *campus* de Petrolina, junto ao respectivo colegiado, com vistas à constituição da população. Para tanto, a pesquisadora se reportou ao coordenador do curso de interesse, mediante anuência concedida formalmente em documento próprio, após o que foram feitas as visitas às salas de aula. Em seguida, procedeu-se à aplicação eletrônica dos questionários, encaminhados pela rede social WhatsApp, através de link de acesso.

No momento das visitas às salas de aula, foram igualmente explicados o projeto e seus objetivos e informado aos estudantes que eles receberiam, em seus endereços eletrônicos ou através dos celulares, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário da pesquisa, que deveriam ser respondidos e devolvidos pelo mesmo meio eletrônico.

Tendo em vista a perspectiva metodológica a ser empregada, a coleta adotou inicialmente a aplicação por meio eletrônico de questionário semiestruturado, com vistas ao fornecimento de dados qualitativos (Bauer & Gaskell, 2015; Sá, 1998).

É importante frisar que a metodologia já teve sua eficiência comprovada, na medida em que Jodelet (2005) utilizou diversas técnicas de investigação tanto quantitativas (amostragem probabilística, determinação do tamanho da amostra) como qualitativas (documentos, observação, entrevistas), alcançando efetividade que assinala a importância deste último método.

Para a consecução da pesquisa sob aspecto qualitativo, neste estudo, a coleta das informações adotou a aplicação de questionário semiestruturado, de cujas respostas foram pinçadas expressões que revelem uma ideia ou avaliação referente ao tema proposto. A partir daí, tornou-se possível uma categorização de dados, agrupando-os por afinidade. Destes grupos surgiram as categorias principais, a partir das quais se permite a construção de um mapeamento, na fase posterior de análise. (Bauer & Gaskell, 2015; Sá, 1998).

Assim, as respostas às questões semiestruturadas propostas foram recortadas em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos), agrupadas tematicamente, as quais possibilitaram as inferências. Por este processo indutivo ou inferencial, procurou-se compreender o sentido da fala dos pesquisados. Em seguida, os resultados foram analisados para que deles se extraísse os conteúdos manifestos e latentes, por meio da inferência e interpretação, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes (Silva e Fossá, 2015).

4.8. Procedimentos de análise de dados

Inicialmente foi feita triagem dos questionários respondidos a partir da verificação da adequação aos critérios de inclusão na pesquisa, para procedimento de eventuais exclusões.

Em seguida, sob aplicação da análise de Conteúdo Temático de Bardin (2002), se procedeu a uma análise das respostas do questionário, com vistas a inferir como os respondentes representam a si mesmos enquanto estudantes cotistas, buscando estabelecer indicadores comuns a mais de um pesquisado para a interpretação das informações coletadas.

Sequencialmente, os questionários foram recortados em blocos de respostas que guardassem alguma semelhança entre si, de modo a permitir a classificação e agregação das informações de forma representativa das características do conteúdo. Em cada bloco de questões foram identificadas palavras-chaves que permitiram uma primeira categorização, feita de acordo com temas correlatos (Bardin, 2002). Uma segunda categorização agrupou tematicamente as categorias iniciais, para compreender o sentido da fala dos pesquisados e buscar eventual nova significação (Silva e Fossá, 2015).

Por fim, foi feita a interpretação dos dados, tentando captar os conteúdos manifestos e latentes do material coletado. As informações resultantes deste processo foram transferidas para o sistema Pro Word Cloud, que consiste em uma suíte do pacote Office do Programa Word, desenvolvida para demonstração da representatividade de uma palavra ou expressão nos discursos de determinado grupo sob estudo, a partir da análise da frequência com que é mencionada.

Desta forma, frases e palavras das respostas ao questionário foram inseridas no programa, que as transformou numa nuvem de palavras e ressaltou, pelo tamanho, aquelas cuja frequência foi maior dentro do grupo pesquisado, carregando maior significado para os pesquisados, ou seja, aquelas que são o maior ponto comum entre eles, de modo que se torna possível inferir o que a maioria dos respondentes apresenta em relação ao objeto do estudo.

“ Coisa dificultosa é que homens tão derramados nas coisas exteriores
cheguem a se ver interiormente, como convém” .
Antonio Vieira

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após excluídos os conjuntos de respostas oferecidas por estudantes não ingressos pelo sistema de cotas, os 21 questionários válidos para a pesquisa passaram para a fase de análise das informações socioeconômicas (destinadas a oferecer elementos de contorno etário, econômico e social dos partícipes) e das respostas às questões semiestruturadas.

5.1. Informações socioeconômicas

Inicialmente, observou-se que na amostra tomada para estudo há predominância de estudantes do sexo masculino, muito embora deva-se considerar que esta predominância não deve ser interpretada de modo a afirmar que o curso é predominantemente frequentado por pessoas do sexo masculino. Assim, é de se considerar que a diferença numérica aqui decorre da natural aleatoriedade da amostra, e nesta seara apenas deverá ser considerada. Além disso, especificamente acerca do objeto deste estudo, não há registros científicos que façam inferir que pessoas dos sexos feminino e masculino se representem socialmente de modos diversos com relação a políticas públicas, inexistindo impacto decorrente do gênero ou da sexualidade.

Com relação à faixa etária, 96% da amostra têm idade inferior a 25 anos, ou seja, a amostra conta, majoritariamente, com estudantes que têm sua primeira experiência como universitários. Dentro do aspecto qualitativo, este fato tem grande relevância para a caracterização do impacto resultante das circunstâncias que envolvem os respondentes,

principalmente quando a primeira experiência como universitários se soma à qualificação de cotistas, num ambiente originariamente dominado por pessoas de outros estratos sociais .

Depois, sendo as representações sociais processos que envolvem os sujeitos em suas relações com os outros e com a sociedade, as representações dos mais jovens terão características próprias, o que deve ser considerado nas interpretações dos resultados.

Quanto às condições de moradia, infere-se dos dados apresentados que o fato de a maioria alugar quartos ou morar com familiares ou colegas pode significar pouca capacidade econômica. Concomitantemente, quase 20% recebem Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA), com valor mensal de R\$ 400,00. Entretanto, mais de 80% não recebem bolsa nem qualquer outro auxílio financeiro, ao mesmo tempo em que também não desenvolvem nenhuma atividade remunerada. Apesar de essa informação poder ser interpretada como se estes mais de 80% tivessem condições econômicas favoráveis, de modo a não precisarem de auxílios, quando em consonância com as demais informações – egresso de escolas públicas, condições de moradia, etc. - observa-se que a realidade aponta para graves dificuldades a exigirem dos estudantes sacrifícios para se manterem na universidade.

Por fim, das informações que compõem a Tabela 3 resta imperativo que muito provavelmente a faixa etária influencia no fato de que mais de quase 76% dos respondentes nunca trabalhou, ao tempo em que pouco menos de 15% se encontrava desempregado ao tempo da pesquisa e quase 5% estava empregado mas pediu demissão para poder estudar. Por outro lado, cerca de 5% declarou precisar trabalhar informalmente (desenvolvendo atividades como “bicos”) para colaborar com o próprio sustento. Este quadro, interpretado em consonância com os demais, permite que se trace um perfil dos constituintes da amostra: estudantes muito jovens, de baixa renda (um terço deles necessita de auxílio alimentação e/ou bolsa de estudo para permitir ou facilitar sua permanência no curso de Medicina), recém egressos do ensino médio e, por conseguinte, em sua primeira experiência como universitários.

Além das informações que foram obtidas a partir da interpretação dos dados constantes das tabelas supra expostas, extrai-se dos questionários, por exemplo, que 15% dos respondentes possuem familiares que recebem Auxílio Alimentação da Univasf.

Em outro ponto, quando perguntados sobre qual a melhor definição do Programa de Assistência Estudantil (PROAE), 80% afirmaram que entendem ser “Direito de Cidadania”, enquanto os demais definiram o programa como “Assistencialismo”.

Ao justificar e comentar as respostas, quase 45% argumentaram que teriam grandes dificuldades em cursar a faculdade caso não tivesse este auxílio, de modo que entendem ser ele fundamental para manter o aluno, por oportunizar que ele continue estudando. Em outra direção, quase 20% argumentaram que este era um direito básico do cidadão; por fim, uma outra porção (15%), opinou no sentido de ser esta era uma forma de ampliar a equidade.

Cotejando estas respostas, verifica-se que existe um sentimento de desconforto em um de cada sete estudantes cotistas com relação ao fato de precisarem se valer das cotas para serem universitários, ao mesmo tempo em que estes mesmos sujeitos, de maneira geral, atribuem ao sistema que oportunizou a presença deles no ambiente acadêmico as qualidades de “oportuno” e “inclusivo”, conforme se observa na análise das questões semiestruturadas.

Tabela 1 – Gênero e faixa etária dos respondentes

Gênero		Faixa Etária	
Feminino	Masculino	17 a 25 anos	26 a 30 anos
9 (42,8%)	12 (57,2%)	20 (95,2%)	1 (4,8%)

Tabela 2 - Condições de Moradia e exercício de atividade remunerada na Universidade

Moradia				Tipo de atividade	
Família	República	Quarto alugado	Outra situação	Não tem	Bolsa acadêmica
15 (71,4%)	1 (4,8%)	4 (19%)	1 (4,8%)	17 (80,9%)	4 (19,1%)

Tabela 3 – Exercício de Atividades Remuneradas não acadêmicas

Tipo de Atividade	Valor Absoluto	Percentual
Carteira Assinada	0	---
Estava empregado e saiu para estudar	1	4,8 %
Trabalho informal (bico, temporário, etc)	1	4,8 %
Desempregado	3	14,2 %
Nunca trabalhou	16	76,2 %
Total	21	100%

5.2. Análise das respostas às questões semiestruturadas

A questão de nº 10 do questionário que lastreou a pesquisa pediu que os respondentes escrevessem as cinco primeiras palavras que lhes viessem à mente ao pensar nos efeitos de políticas públicas sociais, como o sistema de cotas em universidades. Os grupos de palavras

oferecidos nas respostas foram inseridos no programa Pro Word Cloud, da suíte Office 365, gerando, sob análise prototípica, a nuvem de palavras reproduzida a seguir:



O programa trata conjuntos de palavras e expressões a partir da frequência com que aparecem nos discursos proferidos pelos respondentes, formatando em tamanho maior e, por consequência, dando mais destaque, as palavras que foram mais vezes utilizadas no texto estudado.

Dentro do estrato da pesquisa que os autores Wachelke e Wolter (idem) chamam de “associações livres”, a análise quantitativa das respostas trouxe que 45% do total de respondentes relacionaram, majoritariamente, “oportunidade” e “inclusão”, estando, portanto, estes vocábulos na zona de alta frequência de respostas. Outras palavras com alta frequência foram “direito” e “equidade”, eleitas por 38% dos pesquisados. A expressão “igualdade” foi eleita por quase 30% dos estudantes pesquisados.

Pela análise oferecida na formação da nuvem de palavras, vê-se que o vocábulo “oportunidade” foi o mais repetido pelos cotistas pesquisados, deixando entrever que o

sistema de cotas sociais é percebido por seus destinatários, de modo mais abrangente, como a chance que eles tiveram de alcançar a vaga na universidade.

Ainda nesta esteira, as palavras “equidade”, “igualdade”, “cidadania”, “inclusão”, “pertencimento”, “acesso” e “direito” vêm logo em seguida na escala de frequência de citação, permitindo inferir que os pesquisados representam o sistema de cotas sociais como uma oportunidade que lhes é dada de materialização de um direito de cidadania para acesso e inclusão ao ambiente que, de outra forma, - como demonstra o vocábulo “desigualdade”, de mesma frequência – não estaria ao alcance.

É importante dar relevo aos vocábulos “*justiça*” e “*reparação*” que, embora não tenham aparecido com a mesma frequência que os anteriormente citados, tiveram suas menções incluídas na nuvem, fazendo evidenciar um outro aspecto da representação que os cotistas fazem das cotas que os beneficiaram: a do cumprimento pelo Estado do dever de corrigir a falha histórica causada pelo alijamento de uma parcela da sociedade do alcance de direitos simples, como o do acesso à educação superior e formação profissional de qualidade.

Em vertente oposta, foi possível identificar a presença dos vocábulos “*paliativo*” “*malandragem*”, “*suborno*”, “*fraude*” e “*indevido*” como qualificadores do mesmo sistema de cotas que oportunizou aos respondentes estarem na condição de estudantes universitários.

Todos estes adjetivos foram proferidos por apenas dois dos 21 respondentes, ambos do segundo período; ou seja, a representatividade é muito pequena em relação à amostra considerada, muito embora essas respostas mereçam um cuidadoso olhar e análise, na medida em que evidenciam a existência de indivíduos que se representam socialmente de maneira complexa, admitindo o benefício das cotas para uma importante conquista de suas vidas, ao mesmo tempo em que enxergam o sistema inclusivo como condenável em seus processos.

Neste ponto, se torna oportuno sublinhar que as representações sociais revelam importante aspecto da individualidade: a identidade dos sujeitos com o ambiente ou com as circunstâncias que o cercam e constroem. Assim, no caso em apreço, observa-se que os respondentes em questão, ainda que beneficiados por uma política pública inclusiva, a ela tecem duras críticas, na medida em que lhe atribuem adjetivos depreciadores e nitidamente hostis.

Uma tal disposição íntima revela traços daquilo a que o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (2002) chamou de “*má consciência*” – uma disposição que o homem pode demonstrar de justificar e repetir como verdadeiros os discursos daqueles que os oprimem ou

escravizam, legitimando-lhes os posicionamentos, ainda que com prejuízo para si mesmo – conforme leciona o filósofo no trecho a seguir:

Todos os instintos que não se descarregam para fora voltam-se para dentro – isto é o que chamo de interiorização do homem: é assim que no homem cresce o que depois se denomina “sua alma”. (...) Aqueles terríveis bastiões com que a organização do Estado se protegia dos velhos instintos de liberdade – os castigos, sobretudo, estão entre esses bastiões – fizeram com que todos aqueles instintos do homem selvagem, livre e errante se voltassem para trás, contra o homem mesmo. A hostilidade, a crueldade, o prazer na perseguição, no assalto, na mudança, na destruição – tudo isso se voltando contra os possuidores de tais instintos: esta é a origem da má consciência. Esse homem que, por falta de inimigos e resistências exteriores, cerrado numa opressiva estreiteza e regularidade de costumes, impacientemente lacerou, perseguiu, corroe, espicaçou, maltratou a si mesmo (...) tornou-se o inventor da má consciência. (Nietzsche, 1998)

Em outra de suas grandes obras, o mesmo Nietzsche (2002) afirmou:

Na história da sociedade há um ponto de fadiga e enfraquecimento doentios em que ela até toma partido pelo que a prejudica, pelo criminoso, e o faz a sério e honestamente.

De fato, o fenômeno da má consciência não foi verificado apenas por Nietzsche. Sendo um posicionamento dos indivíduos dentro da coletividade, a má consciência é publicamente conhecida e, deste modo, até aceita na caracterização do homem dito “civilizado”. Na obra *Fenomenologia do Espírito*, o magistral filósofo alemão Hegel (1999) registra aquilo que ele denominou de “alienação da consciência” - processo no qual o homem é dominado pela riqueza em expansão de seu meio econômico, social e político, e vem a esquecer que seu livre desenvolvimento é a meta final de todas essas obras; em vez disso, rende-se ao seu império. De acordo com o filósofo, “os homens sempre procuram perpetuar uma cultura estabelecida; assim fazendo, perpetuam sua própria frustração”.

É imperioso admitir que esse comportamento no seio da sociedade humana não é apenas comum, mas, em muitos aspectos, até mesmo incentivado como um dever-ser, adequado aos padrões almejados pelos indivíduos que se querem prósperos em suas relações com o meio e com os outros. Este também é um processo internalizado no indivíduo pelas representações sociais que ele faz da sua realidade, conforme Moscovici (1995) leciona:

(...) representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um “referencial de um pensamento preexistente”; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. Elas são, sobretudo, o objeto de um permanente trabalho social no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis.

Observa-se que os indivíduos são instados à construção de discursos e desenvolvimento de comportamentos que se amoldem aos referenciais que lhes são familiares e tidos por aceitáveis, para que possam se representar socialmente como bem-sucedidos em seu meio, ainda que, como demonstram os teóricos, o meio promova o tolhimento de sua individualidade.

Tanto é assim, que o eminente Paulo Freire (2005), na sua *Pedagogia do Oprimido*, trata do fenômeno como sendo “oprimidos que ‘hospedam’ o opressor em si”. De acordo com o mestre, os oprimidos vivem “a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor”, conforme leciona em trechos como o que se segue:

O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade. Isto decorre do fato de que, em certo momento de sua experiência existencial, os oprimidos assumem uma postura que chamamos de “aderência” ao opressor. (...) O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora. (...) Daí esta quase aberração: um dos polos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com seu contrário.

Por seu turno, Eduardo Gianetti (1997), em seu livro *Autoengano*, debruçou-se sobre a mesma temática sob viés diverso, uma vez que sua obra trata da relação que o ser humano trava consigo mesmo no âmbito intrapsíquico, de que resulta uma condição na qual o indivíduo leva a si mesmo a viver, se comportar e se relacionar de acordo com “verdades” que ele mesmo criou para si, ou seja, ele constrói uma “lente” através da qual percebe o mundo ao seu redor e que influencia na interpretação que ele faz de tudo.

Numa perspectiva coletiva, o autoengano é tratado por Gianetti, por exemplo, a respeito daquilo que ele chamou de “hipnose da boa causa”:

A hipnose da boa causa é cega, mas certa. Não importando o lado em que estejam na polêmica, o padrão básico de assimilação e memorização é comum: as pessoas tendem marcadamente a se lembrar dos argumentos plausíveis que sustentam a sua posição e dos absurdos que se opõem a ela. E é só. A hipnose da boa causa, qualquer que ela seja, produz no indivíduo uma espécie de cegueira protetora. (...) A honestidade e a boa-fé da cegueira são a senha do autoengano e sua condição essencial de eficácia.

Não sem razão, cabe aqui ligeira digressão sobre a Teoria da Banalidade do Mal, esposada por Hannah Arendt (1999) ao dissecar, com marcante lucidez, o raciocínio desenvolvido por Adolf Eichman, carrasco nazista responsável por incontáveis crimes de guerra, e que, durante seu julgamento em Jerusalém, demonstrou com fria tranquilidade interpretar seus atos como o cumprimento da “ (...) a nova lei da terra, baseada nas ordens do

Furher”. Segundo ele, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis, inclusive justificando-se pela aplicação dos princípios morais de Kant, dando à sua filosofia uma interpretação que se adequava aos crimes que praticava: para ele, o imperativo categórico de Kant foi traduzido em “*o princípio de minha vontade deve ser sempre tal que possa se transformar no princípio de leis gerais*”. Por fim, quando foi encarregado de conduzir judeus em massa para o morticínio, passou a ter como norte o “*imperativo categórico do Terceiro Reich: aja de tal modo que o Furher, se souber de sua atitude, a aprove*” .

Para Sigmund Freud (2010), por fim, este fenômeno, quaisquer que sejam seus nomes ou conceituações, se traduz em nada além de pendor natural do homem que, instado a viver num sistema civilizado de convivência com seus semelhantes, em relação a eles não nutre outros sentimentos que não os de desprezo e de hostilidade, passando ainda pela desconsideração de sua condição humana:

O ser humano não é uma criatura branda, (...) para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. Em circunstâncias favoráveis, (...) revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie. A civilização tem de recorrer a tudo para pôr limites aos instintos agressivos do homem, para manter em xeque suas manifestações.

Sopesando-se todas estas teorias à luz da TRS, infere-se que as respostas aos questionários aqui analisados revelam sujeitos que provavelmente representam a si mesmos como indivíduos que estão acima do sistema de cotas, e que, sendo superiores a esta política pública e a tudo o que ela, seus mentores e executores representam na sua visão, eles dela se utilizaram apenas circunstancialmente, por ser, provavelmente, o único instrumento que lhes veio às mãos para o alcance mais imediato de seus objetivos. A representação que eles fazem os aproxima tanto do sujeito descrito por Nietzsche – obliquamente, ele hostiliza a si mesmo, conforme preconiza a teoria da má consciência – quanto do quadro descrito por Paulo Freire (2005), na medida em que eles se utilizam de expressões que denotam um juízo de valor depreciativo da política pública atribuída, em outro ponto do questionário, como sendo de autoria de determinado partido político, ou seja, eles representam a si mesmos como partidários de uma ideologia que repele políticas públicas da natureza do sistema de cotas, embora sejam beneficiários do mesmo sistema. Eles, a toda evidência, hospedam o opositor dentro deles mesmos.

5.3. Grupos temáticos

As respostas dos questionários, tanto das questões discursivas quanto das questões objetivas, foram submetidas a análise prototípica (Santos, 2013), sob perspectiva quanti-quali e efetivada em duas coordenadas (Walchelke e Wolker, 2011): a frequência de surgimento de termos e expressões e a interpretação dos discursos dos respondentes.

Em outra vertente, a ocorrência de representações sociais contraditórias em alguns indivíduos também foi analisada sob a lente da abordagem processual de Jodelet, na busca do entendimento do discurso de quem se beneficia de uma política pública, ao mesmo tempo em que a denigre e avilta. Dado tratar-se fundamentalmente de uma pesquisa qualitativa, admite-se que as contradições, contrassensos e respostas negativas à admissão do benefício de que se está a desfrutar são muito importantes - respostas minoritárias podem ser tão significativas quanto respostas majoritárias.

Portanto, foram escolhidas as respostas mais emblemáticas da caracterização de cada grupo temático e, para evitar a identificação dos respondentes, utilizada a aleatoriedade.

Em seguida, através da análise de conteúdo de Bardin (2002), foram estabelecidas categorias a partir dos traços comuns que emergiram do material, o que permitiu a formação de grupos temáticos, conforme os respondentes tenham se declarado beneficiários do sistema de cotas sociais para ingresso no curso de Medicina da Univasf, em conjunto com as seguintes representações sociais:

- . **Grupo I** – Adaptados ao ambiente acadêmico e integrados ao grupo social da Universidade.
- . **Grupo II** – Relativamente adaptados ao ambiente acadêmico e excluídos do grupo social da Universidade por circunstâncias econômicas, culturais ou sociais.
- . **Grupo III** – Contrários e/ou críticos ao sistema de cotas sociais para ingresso na Universidade.

5.3.1. Grupo I

O primeiro grupo foi formado a partir de respostas que denotam que parte dos cotistas respondentes interpreta o sistema de cotas das universidades como política pública relevante e de grande importância na vida deles, e ainda que representam a si mesmos como adaptados ao grupo social acadêmico e integrados ao ambiente universitário sem grandes dificuldades, não tendo percepção de barreiras entre eles e os não cotistas ou entre eles e os docentes, o que se extrai das expressões como “feliz”, “grata”, “segura”, “positivo” e “satisfação”.

Sendo as representações sociais complexos de significados que implicam generalizações abstratas em conjunto com valores e sugestões sociais específicas, geradas num contexto concreto (Valsiner, 2015), as respostas colacionadas neste grupo também admitem concluir que os respondentes se representam socialmente como indivíduos satisfeitos por terem alcançado, através do sistema de cotas sociais, um importante objetivo de vida – o ingresso no curso de Medicina.

Concomitantemente, as respostas às questões quantitativas deixam objetivamente claro que os respondentes estão confortáveis no ambiente social da universidade, demonstrando bom sentimento de pertencimento e inclusão, provavelmente representando a si mesmos socialmente como partes ativas e sujeitos comuns ao ambiente em que foram inseridos através das cotas, sendo este aspecto positivo não apenas para a vivência social do grupo, mas igualmente para o bem-estar dos indivíduos.

Pergunta 18: Que sentimentos você percebe em si mesmo(a) com relação ao fato de ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas?

Respostas:

. *Orgulho por ser a primeira da família a ingressar em uma graduação pública através do sistema de cotas, o que antigamente seria impossível aos olhos dos mais velhos que afirmam as dificuldades.*

. *Felicidade e gratidão. É uma oportunidade que meus familiares, com mesmo histórico de educação, não tiveram.*

. *Autoafirmação.*

. *Sinto-me segura na Univasf, porém já ouvi relatos sobre como a realidade em outras universidades é mais cruel para cotistas.*

Questão 1: De 0 a 5, que nota você daria para o sentimento que você possui de pertencimento ao ambiente social da universidade, considerando seu ingresso através do sistema de cotas?

Escala: Zero: nenhum pertencimento; Um: pouquíssimo pertencimento; Dois: pouco pertencimento; Três: pertencimento em nível que considero normal; Quatro: pertencimento levemente acima da expectativa; Cinco: sentimento de pleno pertencimento.

Respostas:

Escala 0	Escala 1	Escala 2	Escala 3	Escala 4	Escala 5	Não opinaram
1	1	1	5	7	6	0

Questão 2: De 0 a 5, que nota você daria para algum eventual sentimento de desconforto originado do fato de ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas sociais?

Escala: Zero: sentimento de total desconforto; Um: muito desconforto; Dois: pouco desconforto; Três: algum desconforto; Quatro: baixíssimo desconforto; Cinco: ausência total de desconforto.

Respostas:

Escala 0	Escala 1	Escala 2	Escala 3	Escala 4	Escala 5	Não opinaram
4	0	1	5	5	6	0

Questão 3: De 0 a 5, que nota você daria para sua percepção de inclusão no ambiente social da universidade, na qualidade de estudante cotista?

Escala: Zero: não me sinto incluído no ambiente social acadêmico; Um: pouquíssima inclusão; Dois: pouca inclusão; Três: há inclusão, mas em nível abaixo do desejado; Quatro: inclusão em bom nível; Cinco: inclusão total, plena.

Respostas:

Escala 0	Escala 1	Escala 2	Escala 3	Escala 4	Escala 5	Não opinaram
1	2	1	4	5	8	0

Questão 14: Quais sensações o ambiente de relacionamentos interpessoais do seu curso de graduação causa a você?

Respostas:

Muito agradável	Agradável	Indiferente	Desagradável	Muito desagradável
5	11	2	3	0

Questão 15: Quais sensações o ambiente de relacionamentos interpessoais da universidade causa na sua percepção?

Respostas:

Muito agradável	Agradável	Indiferente	Desagradável	Muito desagradável
3	9	7	2	0

5.3.2. Grupo II

Este grupo foi constituído pelos cotistas que interpretam o sistema de cotas das universidades como políticas públicas relevantes e de grande importância na vida deles. Entretanto, admitem existir uma barreira social entre cotistas e não cotistas no ambiente acadêmico, de modo que, muito embora eles descrevam a satisfação de serem estudantes de Medicina da Univasf, deixam entrever sentimentos como tristeza, medo, vergonha, timidez e exclusão em relação aos colegas não cotistas e aos professores.

A análise quantitativa reforçou este quadro, na medida em que, por exemplo, a maioria dos respondentes opinou que existe nítida ou total estratificação social nos cursos graduação: ao serem questionados se entendem haver relação entre o estrato social e a disponibilidade de vagas no ensino superior, 70% crê existir grande relação e 15% afirma que a existência de vagas nas universidades depende do estrato social do estudante.

Quando a pesquisa questionou sobre a qualidade da educação básica e as políticas públicas para educação, pouco mais de 80% argumentou que a qualidade da educação básica é mesmo essencial para que o estudante de escolas públicas ingresse na universidade, e que a qualificação dos professores destas escolas é o diferencial para conseguir acesso aos cursos superiores; no mesmo sentido, a quase totalidade respondeu que maiores investimentos na qualificação dos professores tem muita importância na conquista das vagas por parte dos estudantes, e que políticas públicas para educação são extremamente relevantes.

Nas questões discursivas, os respondentes aqui agrupados trouxeram visões e opiniões que denotam sentimentos de confronto e oposição com relação aos demais indivíduos

do grupo social da universidade, principalmente quando evocam símbolos como a “resistência” e os “obstáculos”. Pelo que se extrai do que eles expuseram, o sentimento de pertencimento à universidade é relativamente alto, mas o desconforto pelo fato de ser cotista se amplia para além desse pertencimento, reforçado pela baixa percepção de inclusão. Cabe aqui considerar que o ambiente acadêmico tem se mostrado hostil para um número considerável de cotistas, apenas pelo fato de serem eles cotistas.

Por fim, analisando-se as considerações tecidas por ampla maioria dos cotistas pesquisados acerca de eventual desigualdade em relação aos não cotistas, em relação ao repertório conteudista trazido do ensino fundamental e médio, como fator de inclusão e pertencimento ao ambiente acadêmico, resta evidenciado que, em alguma medida, eles atribuem à aparente parca bagagem de conhecimentos que possuem a pouca inclusão e acolhimento no ambiente universitário, explicando o próprio sentimento de inambientação na universidade pelo fato de não trazerem repertório tão robusto quanto o que acreditam que trazem das escolas privadas os não cotistas, ou seja, responsabilizam a si mesmos pelo sentimento de inadequação que o ambiente social da universidade lhes desperta.

Pergunta 16: Escolha algo – animal, obra literária, objeto, etc. - que represente para você a sua condição de estudante cotista universitário, e explique o sentido dessa escolha:

Respostas:

- . *Filme “Desafiando Gigantes”, onde você precisa desempenhar mais esforço para permanecer devido as dificuldades.*
- . *Uma estrada tortuosa e cheia de obstáculos, por razões autoexplicativas.*
- . *No momento me comparo ao Rock Lee, um jovem desacreditado do anime "Naruto", pois esse não conseguia aprender ninjutsus, algo como poderes. Porém quando acreditado por seu professor Gui Sensei, esse com muito esforço conseguiu se tornar forte e lutar com portadores de ninjutsus, apenas com sua força física e seus Taijutsus (algo como artes marciais, sem a necessidade de poderes).*
- . *Bicho-Preguiça. Não tenho vontade de assistir as aulas ou de ir para a universidade quando acordo, às vezes não consigo comer direito.*
- . *Camaleão. Às vezes é preciso se misturar e entender que todos estão em níveis diferentes e você precisa acompanhar tudo.*

Pergunta 17: O que representa para você a sua condição de estudante cotista?

Respostas:

- . *Que eu tive um direito cumprido.*
- . *Resistência.*
- . *Inclusão.*
- . *Condição de conquista/direito assegurado*
- . *Direito e reconhecimento.*

Pergunta 18: Que sentimentos você percebe em si mesmo(a) com relação ao fato de ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas?

Respostas:

. *Feliz por ter tido esta oportunidade, mas triste por não ter tido as oportunidades que outras pessoas tiveram.*

. *Felicidade, visto que meu ingresso teria sido ainda mais difícil caso não houvesse cotas.*

. *Receio, medo, mas gratidão e força.*

. *Felicidade. Não me intimido por isso.*

. *Às vezes fico feliz por isso, outras fico triste por não me sentir confortável com meus colegas de classe e com o curso de graduação*

Pergunta 22: Como você avalia sua condição de cotista, levando em consideração a percepção de eventuais conflitos com não cotistas, docentes, etc.?

Respostas:

. *Evito muito conflitos, com medo de apontarem o dedo.*

. *Avalio negativamente. Percebo que alguns professores parecem fazer distinção se você é cotista ou não, ou se você tirou a maior nota no Enem.*

. *Em eventuais conflitos com não cotistas a condição de cotista é vista de maneira negativa, privilégio, o que certamente fomenta possíveis conflitos.*

5.3.3. Grupo III

Apenas dois cotistas sociais compuseram este grupo, ambos estudantes do segundo período. Trata-se de indivíduos que representaram a si mesmos socialmente, por exemplo, como indiferentes ao ambiente de relacionamentos interpessoais da universidade, ao tempo em que se declararam contrários a eventual ampliação da política social que os beneficiou.

Quando requerido que adjetivassem os efeitos das políticas públicas sociais, classificaram o sistema de cotas como “malandragem”, “suborno” e “*corrupção incentivada pelo governo petista*”, enquanto nas questões que trataram das sugestões para melhorias do sistema educacional do país, de modo que se torne igualitário e capaz de promover com maior efetividade o acesso à universidade, um deles escolheu nada responder, enquanto o outro limitou-se a opinar, duas vezes, favorável à “*militarização das escolas*”.

A interpretação das representações sociais deste grupo requer, primeiramente, a retomada dos conceitos de Nietzsche, Eduardo Gianetti e Paulo Freire (op. cit), na medida em que se verifica, de pronto, nos respondentes, a má consciência, caracterizada quando as respostas ao questionário socioeconômico deixam entrever que ambos guardam poucas condições financeiras, mormente quando um deles informa ser bolsista de Iniciação Acadêmica – BIA - ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, ambos qualificam como “assistencialismo” a existência de políticas de auxílio a estudantes carentes, como o Auxílio Alimentação, que faz parte do Programa de Assistência ao Estudante - PROAE – da Univasf.

Em seguida, o autoengano revela-se no enquadramento na situação descrita por Gianetti (op.cit), que explica:

(...) as pessoas tendem marcadamente a se lembrar dos argumentos plausíveis que sustentam a sua posição e dos absurdos que se opõem a ela. E é só. Tudo, é claro, com a maior naturalidade e boa-fé desse mundo...

Em terceiro lugar, conforme Paulo Freire (op.cit):

A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade.

Somado a isso, a leitura das respostas às questões semiestruturadas leva a crer que eles representam a si mesmos como pessoas que se valeram do sistema de cotas apenas como aproveitamento da oportunidade de alcance de um objetivo de vida, ou seja, encaram esta política tão somente como um atalho útil e providencial.

Ainda conforme Paulo Freire,

O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora. Daí esta quase aberração: um dos polos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário.

De fato, a representação social que fazem de sua própria condição de cotista guarda flagrante contradição, o que enriquece o repertório de discursos analisados, uma vez que a TRS é também multifacetada e pode mesmo fazer clara a existência de palavras, ações e opiniões contraditórios num mesmo indivíduo, em relação às mesmas circunstâncias.

Aliás, neste ponto, será relevante invocar lição de Jessé Souza (2017) quando, em seu histórico *A Elite do Atraso*, afirma, sem rodeios:

O que antes era ciência passa a ser, por força dos meios de aprendizado, como escolas e universidades, e meios de divulgação, como jornais, televisão e cinema, crença compartilhada socialmente. Por força tanto da legitimidade e do prestígio da ciência quanto do poder de repetição e convencimento midiático, as pessoas passam a pensar o mundo de tal modo que favorece a reprodução de todos os privilégios que estão ganhando. (...) Todo racismo, inclusive o culturalismo racista dominante no mundo inteiro, precisa escravizar o oprimido no seu espírito e não apenas no seu corpo. Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar seu corpo e seu bolso.

Pelo exposto, a análise que se pode promover das representações sociais dos respondentes, muito embora fundamentada tão somente no corpo de respostas ao questionário desta pesquisa, pode vir a colocá-los na posição de quem se representa como negando a assunção de sua própria realidade e, ao mesmo tempo, de quem se utiliza daquilo que hostiliza para chegar onde pretende.

Neste ponto, cabe ainda uma digressão acerca da possibilidade de que este perfil indique, em alguma medida, a rejeição dos sujeitos à sua própria condição social, uma vez que, sendo egressos de escolas públicas, talvez possuam condição econômica frágil.

Pergunta 19: Se fosse dado a você o poder de aperfeiçoar o acesso às universidades, que ações você desenvolveria?

Respostas:

Indivíduo A: (não respondeu)

Indivíduo B: Melhorar o ensino médio = militarizar as escolas.

5.3.4. Pertencimento, inclusão e desconforto

Este tópico é dedicado à análise de uma única manifestação, escrita em questionário submetido aos cotistas do segundo período, que chamou a atenção pela riqueza de significado que carrega - quando foi solicitado que o respondente escolhesse algo que representasse sua condição de cotista, ele respondeu, literalmente: *“Um animal abandonado – quer estar ali, mas tem medo do que os outros podem fazer, devido à sua condição.”*

Para buscar entender, ainda que de forma pouco profunda, a colocação do indivíduo, é preciso, antes de mais nada, alcançar o conceito de “animal abandonado” – uma criatura desprotegida, que não pertence ao ambiente onde se encontra, da qual ninguém assume a propriedade ou que não compõe nenhuma família ou grupo social. É não só a expressão da solidão, mas, muito mais que isso, do desamparo e da fragilidade. Daí resulta o temor do que *“os outros podem fazer, devido à sua condição”*: os outros podem fazer tudo o que quiserem com o animal abandonado. Ninguém se importará.

No contexto da pesquisa, está-se diante de um estudante do curso de Medicina de universidade federal, que representa a si mesmo, socialmente, como alguém que carece de pertencimento, que, compondo estatística e formalmente a classe de discentes do curso, está fora do círculo social onde deambula.

De outra banda, comparar-se a “um animal abandonado” no ambiente acadêmico pode ser entendido como a demonstração de um sentimento de inferioridade em relação ao ambiente onde está inserido, ou ainda de completo desamparo e de dificuldade na convivência com os demais acadêmicos.

Ainda, a afirmação deixa entrever que este respondente enxerga nos demais indivíduos da comunidade acadêmica o poder de fazer com ele coisas que ele teme e que, à primeira vista, ele parece não se sentir capaz de evitar ou de delas se proteger.

Ora, as representações sociais, como teoria, descobrem em cada indivíduo seu papel de ator social engajado na construção de identidades funcionais que lhe permitem desempenhar as relações sociais, ou seja, os sentidos deixam de estar nos conteúdos cognitivos para estarem na organização social do discurso. Assim, as representações sociais tomam as falas de um sujeito como sendo, a um tempo, linguagem e ato.

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de considerar a importância que o meio e os instrumentos manejados pelos que o compõem têm na construção do discurso desse respondente e da representação que ele faz de si mesmo. Há aí a força da discriminação descrita por Allport em sua obra de 1954, *The nature of prejudice* (citado por Rossow, 2019), levada a efeito por meio de manifestações não explícitas nem assumidas com clareza, ambientada em espaços protegidos, nos quais são menores as chances de confrontos e reações.

Sobre este fenômeno, Boaventura de Sousa Santos, em texto intitulado *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*, faz importante digressão, desenvolvendo raciocínio sobre o que ele chamou de *pensamento abissal*:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. (...) A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo "deste lado da linha" só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.

Por este prisma, o dono do discurso aqui analisado, até onde se pode inferir da sua linguagem, pode estar adotando representação de si mesmo que, ao mesmo tempo, reflita sua localização fora do espaço social da universidade – no abismo descrito por Boaventura, talvez - enquanto o caracteriza como um animal abandonado, provavelmente por causa de sentimentos como isolamento, timidez e reclusão.

Em outra dimensão, a representação social deste cotista denota que a adoção de políticas públicas afirmativas perde parte de sua efetividade pela não adoção da interdisciplinaridade, da implementação de sistemas de apoio, orientação e suporte dos beneficiários.

Isto porque a criação de programas sociais, como o sistema de cotas, através de leis, não prescinde do encontro dos saberes, ou seja, da construção de ações transversais, de programas que integrem não só a cogência da obediência a estas leis, mas que também contem com a atuação, por exemplo, da Psicossociologia na preparação dos ambientes que receberão os cotistas e no acompanhamento e suporte destes cotistas, para uma melhor integração ao novo grupo social.

*Dê-me, Senhor, agudeza para entender, capacidade para reter,
método e faculdade para aprender, sutileza para interpretar,
graça e abundância para falar, acerto ao começar,
direção ao progredir e perfeição ao concluir...”*
São Tomás de Aquino

6. CONCLUSÃO

Viver em sociedade caracteriza algumas espécies, como as abelhas e as formigas, mas não os homens, no dizer da corrente filosófica contratualista. Para esta corrente, o ser humano tomou a decisão racional de se tornar gregário e alienou a si mesmo, como forma de auferir vantagens advindas da vivência coletiva. Desta forma, para viver em grupos, os indivíduos concordam em abrir mão de parte de seus posicionamentos, pensamentos e ações, em prol da pacífica convivência com os demais e também em favor de sua própria prosperidade.

Muitas outras circunstâncias, entretanto, surgiram como variáveis da equação da convivência dos diferentes dentro das coletividades – dentre elas, destaca-se o preconceito (principalmente o racismo), por seu peso e importância.

Ao longo da história da sociedade, entretanto, ela vem buscando – ou fazendo parecer que sim – meios de exclusão dos racismos. Entretanto, há sintomas que denunciam o vazio dessa busca, na medida em que ela não se constitui de formas efetivas de exclusão do preconceito, mas da criação de novos preconceitos, de mais complexa feição.

Neste sentido, por exemplo, a mera existência de expressões como “*politicamente correto*”, que denota a necessidade de se fazer esforço para o convívio, já mostra a eficácia do preconceito que divide o mundo entre pessoas consideradas de maior e de menor valor. A desigualdade ontológica permanece efetivamente sentida, na dimensão das emoções, e tem que ser negada por um esforço do intelecto que precisa se policiar. O racismo culturalista

passa a ser uma dimensão não refletida do comportamento social, seja na relação entre os povos, seja na relação entre as classes de um mesmo país. Os sujeitos precisam se esforçar para tratar certas pessoas como se fossem iguais a eles.

Quando se considera que a implantação de políticas públicas de natureza afirmativa, como as cotas para ingresso nas universidades, traz em seus alicerces laivos desse “esforço politicamente correto”, observa-se a dimensão da importância de estudos como o que ora se conclui, na medida em que, dos seus resultados, pode-se inferir o saldo positivo destas políticas sobre os indivíduos que delas são destinatários, ao tempo em que se torna possível avaliar, a partir de análises da linha do tempo dos ambientes sociais universitários, o impacto da implantação dos programas inclusivos.

De fato, esta pesquisa traz indícios, através das representações sociais dos cotistas, de que as políticas públicas de promoção do acesso dos estudantes egressos do ensino público às universidades ainda carecem de avanços na busca pela plena integração deles no meio acadêmico, o que significa a necessidade de constituição de duas estruturas distintas: normas jurídicas que determinem a cogência da adoção ampla e irrestrita das cotas, e ações na área da Psicossociologia, mediante programas de socialização do ambiente acadêmico e ainda de orientação e acompanhamento dos cotistas, docentes e não cotistas, para que o ambiente das universidades seja não apenas o espaço da formação profissional de nível superior, mas também ponto de convergência positiva de diferentes vivências, olhares e integração social.

Resta evidenciado que não é suficiente criar vagas em cursos superiores nem destiná-las àqueles que de outra forma não as ocupariam: sem que as universidades – discentes e docentes – estejam preparadas para recepcionar os cotistas de maneira equânime, ausentes quaisquer traços de distinção, o resultado da política pública inclusiva será apenas parcial, alcançando efetividade tão somente em garantir a formação profissional de nível superior dos cotistas, mas falhará fragorosamente na promoção da evolução do espaço social universitário.

É preciso reconhecer que a saúde da sociedade carece não apenas de profissionais ou de cidadãos atuantes em seus espaços comuns, como famílias, guetos e comunidades religiosas, mas, muito mais que isso, a sociedade precisa ser a coletividade de indivíduos que se inter-relacionam de forma plena e indistinta, numa troca constante e enriquecedora de informações, cultura, cooperação e reconhecimento, para que o resultado seja uma curva ascendente de aquisição de direitos e melhoria da qualidade de vida em comum.

Bem por isso, na conclusão deste estudo se pode entender que há ainda pouco sentimento de pertencimento dos cotistas do curso de Medicina da Univasf ao ambiente onde

passam uma parcela considerável do seu tempo e onde estão recebendo a formação para o desempenho de seus misteres profissionais em futuro próximo, dentro da mesma sociedade onde se sentem excluídos e para onde levarão suas experiências e vivências, tanto quanto levarão seus conhecimentos e competências na área médica.

Isto se explica pela inefetividade das políticas inclusivas na promoção da ambientação dos sujeitos, simplesmente porque aceitação não decorre do cumprimento das leis. De fato, as representações sociais dos cotistas neste estudo fizeram suficientemente clara essa verdade: ainda que a lei estabeleça como obrigatória a inclusão e proibido o racismo, o preconceito implícito explica o comportamento diferencial e promove a continuação do racismo, e não a sua superação.

Neste passo, é possível inferir que o estudante cotista beneficiário da reserva de vagas para egressos das escolas públicas no curso de Medicina da Univasf, de modo geral, representa a si mesmo, a um só tempo, como credor e merecedor desta política pública inclusiva, pelo que se acredita pertencente ao ambiente social da universidade tanto quanto todos os demais estudantes, e também como devedor (com qualificação menos ampla) de repertório de conhecimentos que melhor o abalizasse à inclusão na vida acadêmica. Ao mesmo tempo, ele atua em seu novo ambiente social sob viés de fragilidade e descompasso com os demais, no aspecto da aceitação e da inclusão.

No tocante ao fundamento teórico, espera-se que a pesquisa possa contribuir com o aprofundamento das questões de políticas públicas e ações afirmativas sociais. Já do ponto de vista do avanço do conhecimento científico-metodológico, é esperado que a pesquisa possa contribuir para a maior aplicabilidade e visibilidade da teoria das Representações Sociais e seus possíveis usos. Por fim, do ponto de vista social, espera-se que o enfoque dado na pesquisa, por meio do recorte realizado para o objeto, possa dar visibilidade a questões sociais pontuais e produzir espaços de diálogo, ampliando lugares de fala e protagonismo do grupo social analisado.

De forma ampla, pode-se concluir que, na visão dos cotistas, ao mesmo tempo em que a Universidade os admitiu através de sistemática inclusiva, seus ambientes e o curso de Medicina, de modo mais específico, não foram plenamente preparados para recebê-los, porque ainda não há a adoção de ações sociais no meio acadêmico voltadas à redução das diferenças que eles percebem entre si mesmos e os demais estudantes, ainda que, claramente, a presença deles seja entendida como o resultado de uma ação de reparação social e de justiça.

“ Que ninguém se engane, só consigo a simplicidade através de muito trabalho.”

Clarice Lispector

7. REFERÊNCIAS

_____. (1995). *Magno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*. Raul Maia Jr (coord.). São Paulo: Difusão Cultural do Livro.

_____. (2019). *Estatísticas nacionais*. Disponível em: <https://www.escolasmedicas.com.br/estatisticas-nacionais.php>. Acesso em: 11 jun.

_____. *Protágoras de Abdera (480 - 411 a.C.)*. In “Só Filosofia”. Disponível na Internet em <http://www.filosofia.com.br>

ABRIC, J. C. (1998). *A abordagem estrutural das representações sociais*. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares em representações sociais*. Goiânia: AB Editora.

ALIGHIERI, Dante. *El Convivio*. In <https://www.livrosgratis.com.br>

ALMEIDA, A. M. de Oliveira; SANTOS, M. de F. de Souza; TRINDADE, Z. Araujo, (orgs.). (2014). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik.

AMARAL, José Luiz Gomes do. (2016). *O exame terminal salvaguarda a Medicina*. In: Revista da Associação Paulista de Medicina (<http://associacaopaulistamedicina.org.br>).

AMARO, Rolf. (2014). *As Etapas do Pensamento Sociológico: Émile Durkheim – As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Disponível em www.resumodaobra.com.

ARENDDT, Hannah. (1999). *Eichman em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.

BARDIN, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70.

- BAUER, M. W., Gaskell, G. (2015). *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- BAUMAN e MAY. (2010). *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRASIL. Constituição. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p.
- BRASIL. (2012). *Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012: lei de cotas sociais nas universidades*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>.
- BULOS, Uadi L. (2002). *Constituição Federal Anotada*. São Paulo: Saraiva.
- CARVALHO, José Jorge de. (2006). *O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro*. Disponível em <https://www.revistas.usp.br>.
- CHAVES e SILVA, Antonio Marcos e Priscila de Lima. (2013). *Representações Sociais*. In: *Psicologia social: temas e teorias*. Ana Raquel Rosa Torres et al (orgs). Brasília: Tschnopolitik.
- CRESWELL, J.W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a Ed.). Porto Alegre: ArtMed.
- DAVIS, Angela. (1981). “*Estupro, racismo e o mito do estuprador negro*”. E-book Kindle.
- DWORKIN, Ronald. (2002). *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes.
- DUVEEN, Gerard. (2015). Texto de introdução à obra “*Representações Sociais. Investigações em psicologia social*” . Rio de Janeiro, Vozes.
- FERRARI, Hélio Oliveira e LIMA, Luciano Vieira. (2016). *O uso de Representações Sociais como metodologia para avaliações diagnósticas*. Anais do Workshops do V Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2016).
- FERRAZ, Cláudio. (2018). *Renda mínima é uma ideia de esquerda ou de direita?* Disponível em <https://www.nexojornal.com.br>.
- FREIRE, Paulo. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREUD, Sigmund. (2010). *O mal estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. Obras completas, vol. 18. Trad. Paulo C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- GIANETTI, Eduardo. (1997). *Autoengano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOBBI, Beatriz. (2011). *O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*. Disponível em <https://www.researchgate.net/>

- GOMES, Válter; MACHADO-TAYLOR, M. de Lourdes; SARAIVA, E. Viana. (2018). *O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização*. Ciência & Trópico, Recife, v.42, n. 1, jan/jul. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br>
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (1999). *Fenomenologia do Espírito*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.
- IHERING, Rudolf von. (2009). *A luta pelo direito*. São Paulo: Martin Claret.
- JESUÍNO, J. Correia; MENDES, Felismina R.P.; LOPES, Manuel J., organizadores. *As representações sociais nas sociedades em mudança*. (2015). Rio de Janeiro: Vozes.
- JODELET, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- JODELET, D. (2001). *Representações Sociais: um domínio em expansão*. Disponível em www.researchgate.net.
- JODELET, Denise. (2019). *Reflexões sobre os fenômenos representativos*. In: Representações sociais, identidade e preconceito: estudos de psicologia social. Adriano R.A. Nascimento et al (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica.
- LEMOS, Isabele Batista de. (2017). *Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade*. Disponível em <http://www.scielo.br>.
- MARKOVÁ, Ivana. (2017). *A fabricação da teoria de representações sociais*. In: Cadernos de Pesquisa, vol.47 n.163, São Paulo Jan./Mar. Disponível em <http://www.scielo.br>
- MARTINS, Antonio C. Pereira. (2002). *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. Acta Cirurgica Brasileira (on-line version), vol.17, suppl.3. São Paulo: Scielo.
- MARQUES, Antonio C. Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. *Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos*, in: Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br>.
- MAZZOTI, Alda J. Alves. (1994). *Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação*. Brasília: Revista Em Aberto (on-line), ano 14, n.61, jan./mar.
- MAZZOTI, Alda J. Alves. (2002). *A abordagem estrutural das representações sociais*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520. Disponível em www.revistas.pucsp.br.
- MORERA, Jaime A. C. et al. (2015). *Aspectos Teóricos e metodológicos das representações sociais*. In: Texto e Contexto – Enfermagem. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php>
- MOSCOVICI, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.

- MOSCOVICI, S. (2005). *The invention of society*. Oxford (Grã Bretanha): Polity Press.
- MOSCOVICI, S. (2015). *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- NAIFF, Denis G. M.; NAIFF, Luciene A. M.; SOUZA, Marcos A. (2009). *As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras*. In: Estudos e pesquisas em psicologia. Rio de Janeiro: Pepsic. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org>
- NIETZSCHE, Friedrich. (2002). *Para além do bem e do mal*. Coleção **A obra-prima de cada autor**. São Paulo: Martin Claret.
- NIETZSCHE, Friedrich. (2002). *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Bruno L.C.A de; PEREIRA, Marina U.L; PEREIRA Jr., Gerson A. (2019). *Evolução, distribuição e expansão dos cursos de medicina no Brasil (1808-2018)*. Revista eletrônica Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.scielo.br>
- OLIVEIRA, Cida. (2020). *Bolsonaro vai apelar aos cubanos para manter atendimento médico*. Revista eletrônica Rede Brasil Atual. São Paulo. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br>.
- OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. (2004). *Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais (on-line version), vol. 19, n. 55.
- OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. (2012). *O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares*. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article>. Revista eletrônica Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul/dez.
- OLIVEN, Arabela C. (2007). *Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil os Estados Unidos e o Brasil*. Revista eletrônica Educação, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr.
- PETERS, Gabriel. (2013). *Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, nº 83, 2013. Disponível em www.scielo.br.
- PIOVESAN, Armando e TEMPORINI, Edméa Rita. (1995). *Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública*. In: Revista saúde pública, n.29. Disponível em <http://www.scielo.br/>
- RAWLS, John. (2000). *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes.

- REALE, Miguel. (2002). *Lições preliminares de Direito*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva.
- ROSSOW, Beatriz; ALVES, Larissa; MENANDRO, Paulo. (2019). *O preconceito acima de todos: racismo e relações de poder*. In: Representações Sociais, identidade e preconceito: estudos de psicologia social. Adriano R.A. do Nascimento et al. (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica. E-book Kindle.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2007). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: Novos estudos CEBRAP, São Paulo. Disponível em <https://www.scielo.br>
- SANTOS, M. F. S. & Almeida, L. M. (2005). *Diálogos com a teoria da representação social*. Ed. Universitária da UFPE.
- SANTOS, Maria de Fátima de Souza. (1994). *Representação Social e a relação indivíduo-sociedade*. In: *PepSic*, vol.2, n. 3, Ribeirão Preto. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>
- SANTOS, M. P. dos. (2013). *A teoria das representações sociais como referencial didático-metodológico de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais aplicadas*. Revista eletrônica “Emancipação”. Ponta Grossa. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>.
- SÁ, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- SAVIANI, Dermeval. (2010). *Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação*. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago. Disponível em <http://www.scielo.br>.
- SILVA, A. Henning, FOSSÁ, Maria Trevisan. (2015). *Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos*. *Qualit@s Rev. Eletrônica*. ISSN 16774280. V.17. nº 01.
- SILVA, de Plácido e. (2006). *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- SILVA, F. (2017). *Inserção dos egressos da faculdade Estácio do Pará no mercado de trabalho: o curso de administração em foco (2012 / 2015)*. RAC- Revista de Administração e Contabilidade da Faculdade Estácio do Pará.
- SILVA, Gisele C. R. Fernandes da. (2010). *O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa*. Disponível em www.psicologia.com.pt.

SIMÕES, Mara Leite. (2013). *O surgimento das Universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente*. In: Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.22, n.2, p. 136-152, jul.-dez.

SOUZA, Jessé. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.

TOMAZI, Nelson Dacio. (1993). *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual.

TORRES, Ana Raquel; LINHARES, Layanne V.; FREITAS, Hévilla R. de. (2019). *Desvelando o preconceito ligado às políticas afirmativas: análise dos posicionamentos de pré-universitários e universitários sobre as cotas nas universidades*. In: Representações Sociais, identidade e preconceito: estudos de psicologia social. Adriano R.A. do Nascimento et al. (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica. E-book Kindle.

VALSINER, Jean. (2015). *Hierarquias de signos – representação social no seu contexto dinâmico*. In: As representações sociais na sociedade em mudança. Jorge Correia Jesuíno et al (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes.

WACHELKE, João e WOLTER, Rafael. (2011). *Crerios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais*. Revista Eletrônica “Psicologia: Teoria e Pesquisa”. ISSN 0102-3772. Vol. 27, nº 4, Brasília.

Sites consultados:

- (1) <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br>
- (2) <https://www.stf.jus.br>
- (3) <http://www.andifes.org.br>
- (4) <https://www.terra.com.br/noticias>
- (5) <https://www.escolasmedicas.com.br/estatisticas-nacionais.php>
- (6) <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>
- (7) <http://portais.univasf.edu.br>

*“ Se sou consciente, então existe a minha consciência,
e caso eu deixe de ser consciente,
não existirá nem o eu nem o meu mundo” .*
Farias Brito

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

1. DADOS DOS PESQUISADORES

Orientador: Marcelo Silva de Souza Ribeiro, docente do Colegiado de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: mribeiro27@gmail.com. Telefone: (74) 9 8819-3538.

Pesquisadora responsável: Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro, discente do Mestrado em Psicologia da UNIVASF. E-mail: chirley.cordeiro@facape.br Telefone: (74) 98815-2468. End.: Condomínio Paulo VI, Quadra D, 22, Lomanto Jr, Juazeiro (BA), CEP 48904-357.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

Nome do participante: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Telefone: _____

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “ *As representações sociais de estudantes cotistas de uma Universidade Federal sobre o sistema de cotas*”. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar as representações sociais de estudantes cotistas da Universidade Federal do Vale do São Francisco sobre o sistema de cotas.

Sua participação é importante e acontecerá de modo voluntário. Ressalta-se que esse projeto somente será iniciado após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CEP-Univasf), que é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que visa defender e proteger o bem-estar dos indivíduos que participam de pesquisas científicas. Além disso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será encaminhado eletronicamente, através de e-mail, de modo que será possível ao participante imprimir para si uma via deste documento. Leia atentamente as informações abaixo e faça, se desejar, qualquer pergunta para esclarecimento e/ou modificações.

. Responsabilidade do participante: sua contribuição neste estudo é responder um questionário, onde serão feitas algumas perguntas sobre sua autopercepção na condição de estudante cotista. A sua

responsabilidade é implicar-se ao responder às perguntas de forma comprometida. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução de 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

. Riscos, desconfortos e benefícios: a sua participação não infringe as normas legais e éticas em pesquisas realizadas com seres humanos, logo, você estará exposto(a) a riscos mínimos, a exemplo de algum desconforto diante das perguntas constantes dos questionários. Logo, você deve estar ciente de que, durante a realização dos encontros, você pode se sentir desconfortável pelo tempo de sua proposição ou por fazer referência a alguma temática que para você não seja agradável. Porém, esteja livre para encerrar sua participação a qualquer momento se assim desejar, sem obrigação de ter que dar esclarecimentos aos pesquisadores. Garantimos o sigilo de todas as informações e por isso, a realização da pesquisa ocorre *on line*, como forma de garantia de privacidade e com o intuito de se tornar o mais confortável e imparcial possível. Ainda, ressaltamos que a pesquisadora e seu orientador estão devidamente treinados e capacitados para melhor conduzir a pesquisa, a fim de evitar quaisquer desconfortos e/ou danos. Se mesmo assim, ainda houver desistência e/ou não desejo de participar da pesquisa, isso será levado em consideração e devidamente respeitado. Como participante voluntário, você tem a liberdade para não responder ou participar de questionamentos que lhe causarem incômodo. Você não receberá nenhum benefício financeiro ao fazer parte voluntariamente dessa pesquisa, mas poderá sentir-se beneficiado ao contribuir diretamente e/ou indiretamente com a produção de conhecimento científico sobre um tema importante para sua comunidade. É importante afirmar que a pesquisadora e o orientador se manterão todo o tempo disponíveis para adotarem as medidas necessárias ao suprimento de quaisquer necessidades dos pesquisados, tais como fornecimento de informações, esclarecimentos acerca do método e dos objetivos da pesquisa e sobre quaisquer das questões que compõem o questionário, com vistas à redução de eventuais desconfortos causados pela pesquisa. Ainda, reafirmamos que será garantido o sigilo acerca dos dados fornecidos pelos pesquisados, mesmo na hipótese de publicação dos conteúdos dos questionários em livros e/ou periódicos especializados e/ou divulgação em eventos científicos.

. Sobre a exposição dos dados – garantia de sigilo e privacidade: os dados obtidos nesta pesquisa, inclusive aqueles fornecidos por você, poderão ser publicados em livros e/ou periódicos especializados e/ou divulgados em eventos científicos assegurando, contudo, o sigilo e privacidade obrigatória a respeito de sua identificação. Você também possui o direito garantido de acesso aos resultados da pesquisa, principalmente os que você julgar que estejam conectados à sua participação e declarações.

. Armazenamento dos dados coletados: os dados dessa pesquisa serão armazenados em forma de arquivos digitalizados em banco de dados formato Word nos arquivos do computador do professor orientador e/ou do discente pesquisador.

. Forma de assistência: caso ocorra desconforto e/ou risco, a pesquisadora responsável providenciará assistência imediata, integral e pelo tempo que for necessário a todos os participantes.

. Despesas: você declara ter ciência de que não será remunerado para participar dessa pesquisa.

Declara ainda que todas as despesas que venham a ocorrer com a pesquisa serão custeadas exclusivamente pelos pesquisadores responsáveis. Não é previsto nenhum tipo de despesa material com alimentação, mas se ocorrer algum dano proveniente de sua participação na pesquisa, você terá direito ao ressarcimento de gastos pontuais relacionados às condições mínimas de sua participação e não terá nenhum dispêndio financeiro. Caso você sofra algum dano durante a sua participação, terá cobertura material (indenização) para reparação do dano. Você tem a liberdade de recusar-se a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo ou dano.

. Sobre questionamentos: os pesquisadores responsáveis pela coleta de dados oferecerão os devidos esclarecimentos a respeito da pesquisa. Se necessário você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa com os pesquisadores do projeto e para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Univasf que tem a função de proteger o bem-estar de indivíduos que participam de pesquisas científicas. Os contatos estão descritos no final deste termo.

Além disso, o pesquisador responsável declara e se responsabiliza pelo cumprimento de todas as exigências éticas de acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Declaro que, após ter sido convenientemente esclarecido sobre os objetivos desta investigação e procedimentos a serem adotados, permito a minha participação na presente pesquisa.

Petrolina-PE, ____ de _____ de 2018.

Nome do participante

Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro
pesquisadora

Marcelo Silva de Souza Ribeiro
orientador

OBSERVAÇÃO: Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar a pesquisadora, o orientador – através dos contatos informados acima - e ainda o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIVASF), que é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, e que visa defender e proteger o bem-estar dos indivíduos que participam de pesquisas científicas.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIVASF

Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - Petrolina/PE – Prédio da Reitoria – 2º andar

Telefone: (87) 2101-6896 - E-mail: cep@univasf.edu.br

QUESTIONÁRIOS

Prezado estudante

Seja bem-vindo à nossa pesquisa. Sua participação é motivo de muita satisfação, e o questionário não tomará mais que dez minutos do seu tempo. Antes de você iniciar as respostas é importante que saiba que está colaborando com um estudo cujo objetivo é a busca da compreensão do sentimento de pertencimento do estudante cotista ao ambiente acadêmico e de como ele se representa na qualidade de cotista, ou seja, como compreende sua posição na universidade. Além disso, esta pesquisa também objetiva a construção e fortalecimento de políticas institucionais que sejam positivas para a comunidade acadêmica da qual você faz parte, na medida em que conhecemos o perfil e entendemos a maneira como os discentes se representam enquanto acadêmicos cotistas e um excelente caminho de desenvolvimento institucional e de estabelecimento de diálogo. Se houver alguma dúvida, entre em contato conosco.

Muito obrigada

Chirley Cardêiro – Fone/whatsapp - (74) 98815-2168

Email: chirley.cardeiro@univasf.br

Primeira parte - Adequação do estudante aos critérios de inclusão

1. Cursa Medicina na Univasf: () Sim () Não
2. Período atual do curso de Medicina: () 1º período () 2º período () outros
3. Ingressou na Universidade através do sistema de cotas para estudantes de escolas públicas: () Sim () Não

Segunda parte – Perfil do estudante

1. Gênero? () Masculino () Feminino
2. Idade? (marque uma opção indicando a faixa etária onde você se situa)

() Entre 18 e 25 anos	() Entre 36 e 40 anos
() Entre 26 e 30 anos	() Mais de 41 anos
() Entre 31 e 35 anos	
3. Você estudou o Ensino Médio em:

() Todo em rede pública federal, estadual ou municipal
() Parte em rede pública e parte em rede particular
() Todo em rede particular
4. Forma de ingresso na UNIVASF:

a) Enem	b) Transferência interna/externa	c) Portador de Diploma
---------	----------------------------------	------------------------
5. Atividade acadêmica remunerada (na UNIVASF)

() Não tem atividade acadêmica remunerada
() Bolsa acadêmica - Qual? _____ Valor mensal: R\$ _____
() Estágios
() Monitoria

6. Algum membro de sua família possuiu Auxílio Alimentação na UNIVASF?
 Sim Não
7. Condições de moradia - Você mora com:
 Família/parentes
 República
 Alojamento de outra instituição - Qual? _____
 Pensão ou hotel
 Quarto alugado
 Outra situação - Qual? _____
8. Situação econômica (Atividade remunerada não acadêmica)
 Trabalha com vínculo empregatício (carteira assinada) - Salário: R\$ _____
 Estava empregado (saiu para estudar)
 Trabalho informal (bico, contrato temporário) - Renda: R\$ _____
 Desempregado
 Nunca trabalhei
9. Informações sobre o Programa de Assistência Estudantil - PROAE
- 9.1. Como você avalia a política da Universidade de prestar assistência aos alunos, por exemplo, através do Auxílio Alimentação? Direito de cidadania Assistencialismo Outros
- 9.2. Comente sua resposta: _____

Terceira parte – Questões semiestruturadas

Nesta seção serão realizadas perguntas procurando definir como o colaborador se percebe como estudante cotista. As definições serão dadas a partir de escala na qual quanto menor o número, pior a autopercepção, e quanto maior o número, melhor a autopercepção. Destaque o número que corresponde à sua definição:

1. De 0 a 5, que nota você daria para o sentimento que você possui de pertencimento ao ambiente social da universidade, considerando seu ingresso através do sistema de cotas?

Escala: Zero: nenhum pertencimento; Um: pouquíssimo pertencimento; Dois: pouco pertencimento; Três: pertencimento em nível que considero normal; Quatro: pertencimento levemente acima da expectativa; Cinco: sentimento de pleno pertencimento.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

2. De 0 a 5, que nota você daria para algum eventual sentimento de desconforto originado do fato de ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas sociais?

Escala: Zero: sentimento de total desconforto; Um: muito desconforto; Dois: pouco desconforto; Três: algum desconforto; Quatro: baixíssimo desconforto; Cinco: ausência total de desconforto.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

3. De 0 a 5, que nota você daria para sua percepção de inclusão no ambiente social da universidade, na qualidade de estudante cotista?

Escala: Zero: Não me sinto incluído no ambiente social acadêmico; Um: pouquíssima inclusão; Dois: pouca inclusão; Três: há inclusão, mas em nível abaixo do desejado; Quatro: inclusão em bom nível; Cinco: inclusão total, plena.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

4. Se você sente que existe desigualdade entre o repertório de conteúdos adquiridos na escola por você e aquele demonstrado pelos estudantes não cotistas, que nota, de 0 a 5, você daria para esta percepção?

Escala: Zero: desigualdade em alta escala; Um: muita desigualdade; Dois: desigualdade; Três: pouca desigualdade; Quatro: quase nenhuma desigualdade; Cinco: nenhuma desigualdade.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

A seguir estão questões sobre o conceito que você possui sobre educação pública, formação de docentes, acesso à universidade, entre outros. Não é necessário domínio sobre os temas, é suficiente externar seu posicionamento.

5. Você avalia que a qualidade da educação básica pública tem relevância na conquista de vagas dos estudantes no ensino superior?

Escala: Zero: Não; Um: pouquíssima relevância; Dois: pouca relevância; Três: há relevância em alguma medida; Quatro: relevante; Cinco: a educação básica de qualidade é essencial para que o estudante ingresso na universidade.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

6. Analisando os níveis de investimento do governo em qualificação dos professores do ensino público infantil, fundamental e médio, você vê relação desse fator com a capacidade dos estudantes de escolas públicas de conquistarem vagas nas universidades?

Escala: Zero: não há qualquer relação; Um: pouquíssima relação; Dois: pouca relação; Três: há alguma relação; Quatro: há muita relação; Cinco: a conquista dos estudantes de vagas em universidades depende quase totalmente do nível de capacitação dos professores.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

7. Você entende que há alguma relação entre o estrato social do estudante e a disponibilidade de vagas para ele no ensino superior?

Escala: Zero: ausência de relação; Um: pouquíssima relação; Dois: pouca relação; Três: há alguma relação; Quatro: há muita relação; Cinco: a existência de vagas nas universidades depende do estrato social do estudante.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

8. É possível afirmar, na sua opinião, que existem cursos de graduação em nível superior que são majoritariamente destinados a pessoas de classes econômicas mais elevadas?

Escala: Zero: não há cursos com este perfil; Um: pouquíssimos cursos possuem esta característica; Dois: há alguns cursos; Três: há uma certa diferenciação social entre os cursos de graduação; Quatro: há nítida estratificação social na graduação; Cinco: há total estratificação social entre os cursos de graduação.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

9. Na sua opinião, qual a relevância da discussão de temas como as políticas públicas?

Escala: Zero: nenhuma; Um: pouquíssima relevância; Dois: pouca relevância; Três: há relevância em alguma medida; Quatro: relevante; Cinco: a educação básica de qualidade é essencial para que o estudante ingresso na universidade.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

10. Escreva as cinco primeiras palavras que vêm à sua mente quando você pensa nos efeitos de políticas públicas sociais, como o sistema de cotas em universidades:

11. Como você opinaria, em uma frase, acerca da possibilidade de ampliação das cotas sociais nas universidades?

12. Se o sistema de cotas sociais não é, na sua opinião, uma política pública efetiva, quais seriam as eventuais falhas e como poderiam ser corrigidas?

13. Como seria, a seu ver e em breves palavras, um sistema educacional plenamente igualitário?

Abaixo estão questões sobre como você se sente enquanto parte do ambiente acadêmico

14. Quais sensações o ambiente de relacionamentos interpessoais do seu curso de graduação causa a você?

a) Muito agradável b) agradável c) indiferente d) desagradável e) muito desagradável

15. Quais sensações o ambiente de relacionamentos interpessoais da universidade causa na sua percepção?

a) Muito agradável b) agradável c) indiferente d) desagradável e) muito desagradável

16. Escolha algo – animal, obra literária, objeto, etc. - que represente para você a sua condição de estudante cotista universitário, e explique o sentido dessa escolha:

17. O que representa para você a sua condição de estudante cotista?

18. Que sentimentos você percebe em si mesmo(a) com relação ao fato de ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas?

19. Se fosse dado a você o poder de aperfeiçoar o acesso às universidades, que ações você desenvolveria?

20. Qual a maior falha que existe, na sua opinião, no sistema de reserva de vagas em universidades para estudantes egressos de escolas públicas?

21. Em poucas palavras, como você associaria o sistema de cotas aos conceitos de liberdade, direitos humanos e cidadania?

22. Como você avalia sua condição de cotista, levando em consideração a percepção de eventuais conflitos com não cotistas, docentes, etc.?

Muito obrigada por sua colaboração